



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 58

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 08 de março de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Tiago Branco e Marco Costa substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Elisa Sousa*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos.

Por decisão da Conferência de Líderes os trabalhos iniciaram-se com a Agenda da Reunião, com o primeiro ponto: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 96/XII – “Sobre o conflito na Ucrânia”**.

Esta iniciativa foi apresentada por todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento no nosso Parlamento.

Para a apresentação da Resolução usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia.

No debate, usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Pedro

Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Ind.*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

O Projeto de Resolução n.º 96/XII – “Sobre o conflito na Ucrânia”, foi aprovado por unanimidade

Seguiu-se um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra.

Os trabalhos prosseguiram com o [Debate de urgência sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 2030](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Ind.*), Nuno Barata (*IL*), João Bruto da Costa (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Bruno Belo (*PSD*), bem como o bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*).

Posteriormente foi apresentado e debatido o [Projeto de Resolução n.º 88/XII – "Implementação de testes de diagnóstico antigénico rápido \(TDAR\) do streptococcus beta-hemolítico do grupo A e sua disponibilização nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Salomé Matos (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se o debate conjunto dos pontos seguintes da Agenda:

- [Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na](#)

Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM,

- Projeto de Resolução n.º 31/XII – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE,

- Projeto de Resolução n.º 33/XII – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel – MUSAMI”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação das iniciativas pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN), iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados José Contente (PS), Marco Costa (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Desejo-vos uma boa semana de trabalho.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Serôdeo Melo

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, em primeiro lugar, dirigir umas palavras de boas-vindas ao Sr. Deputado João Melo. Desejo-lhe, em nome deste Parlamento, um bom trabalho.

Permitam-me também, neste dia, uma saudação muito especial às Sras. Deputadas e às Sras. Secretárias Regionais, sendo o Dia Internacional da Mulher e, através de V. Exas., a todas as açorianas neste dia que é conferido a todas as senhoras.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Decidiu a Conferência de Líderes iniciar os nossos trabalhos com a Agenda, com o primeiro ponto: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 96/XII – “Sobre o conflito na Ucrânia”**.

Esta é uma iniciativa apresentada por todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento no nosso Parlamento. Está aberto o período para a discussão do pedido de urgência. Creio que ele está mais do que justificado e que não existirão, infelizmente, inscrições.

Portanto, coloco à votação este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Decidiu também a Conferência de Líderes que a apresentação da Resolução seria feita pelo Presidente da Assembleia, depois abriremos, como é natural, um período de debate sobre esta matéria.

A 24 de fevereiro, o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, após meses em que negou essa intenção, quer diretamente, quer através de declarações de dirigentes do seu governo, concretizou uma invasão militar em larga escala na Ucrânia com o objetivo de conseguir, pela força das armas, uma alegada desmilitarização desse país europeu.

Na mesma declaração, Putin ameaçou que qualquer país que tentasse interferir nessa invasão militar, sofreria “consequências nunca antes vistas”.

Desde a primeira hora que esse ato de desprezo pela soberania de um estado europeu e de espezinhamento da ordem jurídica internacional tem sido, heroica e prontamente combatido por muitos: pelo exército ucraniano, por civis ucranianos que defendem a sua terra, mas também por cidadãos russos que, sob a ameaça de prisão, contestam, em sucessivas manifestações, nas ruas de várias cidades russas, esse ato ditatorial de agressão bélica, entre muitos outros.

Há mais de uma semana que o exército russo, sob as ordens de Putin, coloca a Ucrânia a ferro e fogo, inclusive com bombardeamentos a cidades, sendo

que dos combates entre os invasores russos e o exército ucraniano, tem resultado morte, destruição e uma onda de refugiados de guerra na Europa que se estima em poder atingir cerca de 10 milhões de pessoas.

Não há qualquer justificação que possa prevalecer perante as terríveis consequências que a invasão militar decidida por Putin acarreta para o Povo Ucraniano e, fruto das sanções económicas entretanto aprovadas contra o regime de Putin, também traz para o Povo Russo.

Aliás, são já vários milhares de cidadãos que, em diversas cidades da Rússia, se têm manifestado contra esta guerra.

Perante o drama da guerra e perante as suas terríveis consequências, desde logo, para as populações civis, têm-se sucedido os apelos de diversas instituições, organismos internacionais e países para que seja retomada a via do diálogo e das negociações para ultrapassar os diferendos que existem entre as partes envolvidas no conflito.

A este propósito, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, fez um apelo dramático ao Presidente Putin: “pare as suas tropas no ataque à Ucrânia e dê uma oportunidade à paz”.

A cada dia que passa, agrava-se a situação humanitária na Ucrânia, morrem civis, tantas e tantas crianças, escasseiam bens de primeira necessidade e o número de refugiados não cessa de aumentar.

A Europa e o mundo assistem àquela que pode vir a ser uma das maiores crises humanitárias dos últimos tempos.

Na reafirmação que os valores da Paz, da Concórdia, da Liberdade, da Democracia e do respeito pela Vida são invioláveis, e devem ser defendidos firmemente, em qualquer circunstância, reside a motivação desta iniciativa do Parlamento dos Açores.

Assim, os Grupos Parlamentares do PS-Açores, PSD-Açores, CDS-PP/Açores, BE, PPM e Representações Parlamentares do CH, IL e PAN, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e do artigo 145.º do nosso

Regimento, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove o seguinte Projeto de Resolução:

- 1- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores condena, nos termos mais veementes possível, a invasão militar da Ucrânia pelas forças armadas da Federação Russa, ordenada por Vladimir Putin.
- 2- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apela à imediata retirada das tropas russas do território ucraniano e apoia todas as iniciativas que visem a paz e expressa a sua solidariedade para com todos aqueles que, na Ucrânia ou fora dela, sofrem os horrores da guerra.
- 3- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores associa-se a todas as manifestações pela Paz, não esquecendo as que têm lugar na Rússia, e manifesta-se, igualmente, solidária com os milhares de cidadãos russos detidos por essa razão, pelo regime de Putin.
- 4- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma salienta a importância do Governo dos Açores de, perante a crise humanitária que assola o território europeu, avaliar e concretizar a solidariedade com a Ucrânia, nomeadamente, através do envio de bens de primeira necessidade e no acolhimento de refugiados ucranianos.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

8 de março de 2022

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cerca de 21 anos depois, cerca de duas dezenas de anos depois, novamente temos uma situação de guerra na Europa.

Aquilo que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de salientar, neste momento, são, fundamentalmente, os aspetos que, nesta Proposta de Resolução e nesta situação, nos parecem importantes salientar.

Em primeiro lugar, o que está em causa. E o que está em causa não é mais do que a guerra em si mesma, naquilo que ela significa de destruição da ordem jurídica internacional, naquilo que ela significa de cedência perante a barbárie e a destruição, naquilo que ela significa de agressão a um conjunto de valores que fazem da Europa e que fazem, não só da Europa, mas da humanidade, na generalidade, aquilo que ela é.

Esta guerra, como todas as guerras naturalmente, tem as suas motivações. Não tem as suas justificações.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, no meio de tudo isto, o que a nós parece-nos também importante salientar é que, no nosso entendimento, e na sequência lógica do nosso entendimento, para o passado, para o presente e para o futuro, não há guerras justas! Não há agressões militares justificáveis!

O segundo aspeto que gostaria de salientar tem a ver que esta não é uma guerra entre povos. Esta é uma guerra de um regime ditatorial, contra um povo e, por isso, é que revemo-nos naqueles que são os termos desta Proposta de Resolução, não esquecendo também que há milhares, e milhares, de cidadãos russos, que têm sido presos, que têm sido detidos, pura e simplesmente, porque se manifestam contra esta agressão militar do regime do seu país contra um outro povo.

Não podemos, nesta questão, simplificá-la ao ponto de censurar todo um povo, quando é claro, e evidente para todos, que a decisão de invadir militarmente a Ucrânia não foi, e não é, uma decisão querida, ou sequer decidida, ou sequer exigida pelo povo russo.

Concluiria a minha intervenção, nesta fase, alertando, para além daquilo que é evidente, ou dos perigos que são evidentes, face a esta situação de guerra, para um perigo que todos nós vamos passar, senão o mais grave, que não está afastado da generalização deste conflito armado a um espaço maior, pelo menos e, seguramente, a de nos próximos tempos sofrermos, de forma particularmente evidente, as consequências que esta guerra traz.

E é muito importante preservarmos, permanecermos com a consciência de que, por muitas consequências económicas que nos possam afetar, há outros, há um povo que morre todos os dias, há civis que morrem todos os dias e que perdem todos os seus haveres, exatamente por estarem no espaço da guerra, ou onde a guerra se desenvolve.

E serve isto para dizer que, segundo aquilo que é comumente, ou que é a análise comumente partilhada por vários analistas, este não será um conflito breve. Este será um conflito que, mesmo que não arraste toda a Europa e o mundo para um conflito armado, trará consequências inegáveis, do ponto de vista económico e do ponto de vista social, a todo o mundo.

E é importante não nos ficarmos apenas pelas proclamações da solidariedade, não nos ficarmos apenas pelas proclamações de que estamos solidários com aqueles que são afetados pela guerra, diretamente.

É importante preservarmos este sentido solidário, mesmo quando essas consequências passarem, ou afetarem, de forma mais direta, aqueles que não estão diretamente envolvidos no conflito armado.

Não posso, naturalmente, concluir, sem uma referência a um dos dramas que este conflito traz: o drama dos refugiados, daqueles que deixam tudo para salvar a vida.

É importante, é essencial, é, no fundo, também uma afirmação daquilo que a nossa Autonomia é, ou pode ser, que os órgãos de Governo próprio e, nomeadamente o Governo Regional, possa mobilizar os recursos que estiver à sua disposição para acudir àqueles que procuram um porto seguro e um porto de paz.

No caso concreto, acredito que o Governo já estará a desenvolver estas iniciativas, mas é importante que elas não se esgotem apenas nesse tempo, perdurem no tempo, enquanto, no fundo, tivermos esta situação a afetar milhares, milhões de cidadãos por toda a Europa.

O que resultar, ou resultará, deste conflito, ninguém sabe e ninguém pode dizer. As consequências que ele já está a ter são evidentes para todos e

entram-nos todos os dias pela porta dentro, pela casa dentro, nomeadamente através das notícias.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em nome do Partido Socialista Açores, votamos favoravelmente esta Proposta de Resolução, neste entendimento, neste espírito, salientando que, hoje, e também aqui, está em causa aquilo que, como órgão político, e como órgão de Governo próprio desta Região, pudemos e devemos manifestar em nome do povo dos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata nos Açores, inicie esta intervenção, sobre esta Proposta de Resolução, evocando um poeta, celebrado na Ucrânia, Tarás Shevchenko, num poema que escreveu, intitulado: “É-me indiferente”.

«Já não me importa...

É-me indiferente

Que eu morra na Ucrânia, ou algures,

Que alguém me lembre, ou me olvide

Sozinho entre as neves do exílio,

Ai, não me importa, não me importa!

Cresci no exílio, como escravo,

Pois, exilado morrerei

E tudo levarei comigo.

Não deixo nem um rasto leve

Em nossa Ucrânia tão gloriosa,
Em nossa pátria escravizada.
Não lembrará o pai ao filho,
Não lhe dirá: "Ai, reze, filho,
Pois, pelo amor que teve à Ucrânia,
Outrora, foi sacrificado..."
E não me importa que esse filho
Reze, ou não reze por minha alma.
O que me dói é que homens maus
A Ucrânia embalam com mentiras
E um dia acorde o incêndio e o roubo.
Ai, isso, sim é que me importa!»

Evoco este poema, precisamente, porque estamos a viver, talvez, na nossa geração, o momento mais dramático da história da Europa, em termos daquilo que é a grosseira violação do Direito Internacional, por parte de um tirano e ditador, que é Vladimir Putin.

Uma violação do Direito Internacional que tem levado a inúmeras violações dos Direitos Humanos, numa invasão injustificada e completamente não provocada por um povo que é inocente perante as bombas que caem nas suas casas e que destroem as suas cidades, as suas vidas e ceifam a vida de pessoas inocentes.

Neste momento, em que nós, aqui, confortavelmente, neste cantinho da Europa, neste paraíso do atlântico, olhamos aquilo que nos parece longe, mas que sentimos como se fosse a nossa própria história que está a ser posta em causa, as conquistas que levaram tantas e tantas vidas, tantos milhões de vidas, para que houvesse paz e segurança, numa Europa que se quer de desenvolvimento e de realização da liberdade e dos direitos dos seus povos.

É este ataque, esta violência, esta forma inaceitável para todos nós, enquanto defensores da liberdade e do direito que, nesta invasão e nesta agressão injustificada, nos invocam também para a necessidade de não deixarmos, em

momento algum, de lembrar que há um povo na Europa que, neste momento, vê o seu território devassado por uma força, enormemente, superior em termos militares e que, sem olhar a meios, leva tudo à sua frente para concretizar um desejo totalitário de um ditador que ainda governa nesta Europa.

E, hoje, particularmente, no Dia Internacional da Mulher, em que assistimos, muitas vezes, quase sem reação, a tantas mulheres e crianças que são obrigadas a deixar os seus maridos, os seus pais, os seus filhos, para trás, para fugirem naquilo que hoje já se estima que possam atingir os 2 milhões de refugiados, em menos de 15 dias de invasão (2 milhões de refugiados na Europa!);

Em que no Dia Internacional da Mulher devemos invocar também essa resiliência, essa força que as mulheres simbolizam nessa mensagem, também para todos nós, de que fugir do seu país com as crianças pelas mãos, com os velhos pelos braços, tantas e tantas mulheres que também ficam para trás e que deixam para trás toda uma vida, toda a construção de um país que está a ser destruído;

É também neste dia, que queremos invocar a sua coragem e a sua força para resistirem a esta brutal e injustificada agressão.

Esta é uma guerra injusta, como já disse, e como quero salientar, injustificada, e que nós todos, enquanto povos, que prezamos as democracias liberais, ocidentais, que prezamos a liberdade e os Direitos Humanos, temos persistentemente de condenar e, invariavelmente, de sancionar; sancionar, porque a alternativa é bem pior para o nosso futuro, é bem pior para o nosso presente e para o presente desta Europa, e também dos países que integram a NATO, assistir a esta ambição totalitária de um regime, por parte de um ditador, que quer, de alguma forma, trazer para Europa um passado que nós todos tanto gostaríamos de ver, ou gostaríamos que não pudesse ser novamente uma realidade.

Este é um momento em que esta Assembleia, na sua expressão que não é mais do que solidária, mas também de desafio à nossa consciência e à nossa capacidade de podermos lutar contra esta forma de dominar, ou de tentar dominar os povos pela força, violando o seu território e a sua integridade; nós, daquilo que podemos, com a nossa indignação e com a nossa expressão de solidariedade, também não deixar de dar uma mensagem da importância que os Açores têm neste contexto geopolítico mundial, e que não deixa de ser também, da nossa parte, importante salientar que estaremos sempre do lado certo da história, do lado daqueles que defendem a liberdade, a democracia e os direitos humanos contra qualquer ameaça totalitária que surja em qualquer tempo.

E é na dissuasão em que os Açores fazem parte desse contexto geopolítico também, que temos que nos afirmar para além daquilo que é a capacidade de sermos solidários e também, por isso, o nosso apelo e a nossa subscrição desta Resolução.

É, por isso, nesta primeira intervenção, que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata queria deixar esta mensagem, sobretudo, de solidariedade, de apoio e de compreensão pelo sofrimento de um povo que, há demasiados anos, vive numa ameaça permanente e que, neste momento, vive perante a queda das bombas nas suas casas e no seu território, a destruir e a ceifar as vidas do seu povo que foge com as suas mulheres, crianças e idosos de uma guerra absolutamente injustificada, criminosa e não provocada.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo, permitam-me também, porque há falta de melhor, cite novamente Tarás Shevchenko, celebrado poeta ucraniano, que escreveu um poema chamado: “O testamento”.

«Depois de eu morrer, enterrai-me

Na terra por sobre a colina,

No meio do largo deserto

Da minha querida Ucrânia.

Afim de eu poder contemplar
A vasta campina ao redor,
E ouvir as correntes do Dniipro
Descer com saudoso rumor.
Depois de ele ter, da Ucrânia,
O sangue do inimigo, levado,
P'ra o fundo do mar, deixarei
Os campos com o solo lavrado.
Espido de tudo às alturas
Do céu voarei, subirei
A Deus, dirigir-lhe-ei preces...
A Deus por enquanto eu não amei...
Irmãos, sepultai-me, levantai-me,
As férreas correntes quebrai!
Com o sangue do vosso inimigo
O livre terreno regai.
Irmãos, não deixeis de enviar
De mim, em palavras bondosas,
P'ra grande família, p'ra o lar
Paterno, lembranças saudosas»

“Slava Ukraini”!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde o dia 24 de fevereiro, que o mundo assiste a algo que achou que, dificilmente, seria possível assistirmos à guerra despoletada por Vladimir Putin, numa invasão militar à Ucrânia, numa agressão ao povo ucraniano e onde, diariamente, assistimos a cenários de guerra, de sofrimento, onde civis, famílias, idosos, crianças, são atingidos num ato de desprezo, por aquilo que é a soberania de um país, que é a Ucrânia, do povo ucraniano, um país a ser tomado à força. É aquilo que estamos a assistir.

Mas também, desde o início desta guerra, começou um sentimento de união entre as pessoas, de solidariedade com os ucranianos que estão isolados, que estão no campo de batalha, que são refugiados, que ficaram sem nada.

Essas manifestações de solidariedade têm existido por todo o mundo, tem existido aqui nos Açores. Muitas são as freguesias, os concelhos, as ilhas, que se têm também demonstrado solidários com o povo ucraniano, na recolha de bens essenciais para lhes fazer chegar esses bens essenciais, bem como as manifestações também que ocorrem contra a guerra e pela paz, um pouco por todo o mundo.

Existe, sem dúvida, uma fronteira clara naquilo que é a decência e a indecência humana, e que nunca deve ser transposta, mas, infelizmente, não é o que estamos a assistir. Estamos a assistir a um ataque descarado contra um povo, em violação de direitos internacionais e de princípios básicos daquilo que é a dignidade humana.

Ainda hoje de manhã acordámos com a notícia que, infelizmente, cerca de mais 10 mortos, inclusive crianças, na cidade de Sumy, e também com a notícia de que, segundo a Organização Mundial de Saúde, desde o início da guerra, mais de 16 infraestruturas de saúde foram atingidas pelos militares russos.

E apesar do desejo de todos nós de que esta guerra termine o mais rapidamente possível, a paz seja restabelecida, civis morrem todos os dias e o fim da guerra parece-nos, infelizmente, cada vez mais distante.

Por isso, é cada vez mais importante unanimidade e unidade quanto a esta matéria.

Estamos aqui hoje, nesta Assembleia, unidos nesta mensagem, em que todos os partidos se associaram nesta iniciativa, o PS, o PSD, o CDS, o PPM, o BE, o CH, a IL e o PAN, unidos pela paz, pelo respeito, de um país e de um povo. As consequências desta guerra estendem-se além daquilo que são as fronteiras da Ucrânia. Este, sem dúvida, é um dos maiores desafios que a Europa irá enfrentar, porque, infelizmente, dias difíceis, certamente, virão.

Na Ucrânia, de dia para dia, a situação humanitária agrava-se.

E termino com uma frase, de um texto de uma jovem de 16 anos, de São Jorge, que fez um relato, em texto, daquilo que sentia sobre esta guerra, das inquietudes que esta guerra está a gerar. Ela dizia:

“Sobreviver deixa de ser tão fácil, cada dia passa a ser uma vitória.”

Esta jovem de 16 anos, Filipa Pinto, na verdade, mostrou também a sua inquietude. Isto também faz-nos pensar que, realmente, hoje em dia, isto que está a afetar o mundo, é transversal a todas as idades e faz-nos pensar em todas as pessoas, desde as crianças aos mais velhos.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a esta iniciativa, subscreve esta iniciativa, porque consideramos que é importante dar este sinal claro do que é a nossa posição, do que é a posição da Assembleia Regional sobre esta matéria e porque estaremos sempre ao lado daquilo que é a Democracia e a Liberdade.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, os povos das Nações decidiram “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimento indizível à humanidade”.

Uma vez mais e agora na Europa, um governo deitou fora, abandonou este nobre objetivo.

As forças armadas da Federação Russa invadiram pela força a Ucrânia, por ordem do presidente Vladimir Putin, violando a sua integridade territorial. Uma invasão imperialista que tem merecido e continua a merecer uma condenação veemente e sem reservas por parte do Bloco de Esquerda.

É uma agressão inaceitável a um estado soberano e ao seu povo.

Não é possível ficar indiferente aos mortos, aos feridos, às pessoas que fogem, às crianças que choram perante a violência da guerra.

Ao povo ucraniano endereçamos a nossa total solidariedade. Mas também àqueles que na Rússia arriscam a sua liberdade contestando nas ruas a guerra que Vladimir Putin iniciou.

Nas relações internacionais nada pode ser visto a preto e branco, mas nada, mesmo nada, pode justificar a invasão de um país soberano.

Só com um cessar-fogo imediato e com a retirada das forças russas é possível abrir caminho ao diálogo e à diplomacia e assegurar uma paz duradoura.

Em sentido contrário, a violência, a agressão e uma escalada militar imparável tornarão cada vez mais as posições irreconciliáveis.

Não deixamos de salientar a importância das sanções económicas, principalmente aquelas que se dirigem à oligarquia russa que suporta o regime de Vladimir Putin. Sem esquecer, no entanto, que elas também trazem sofrimento ao povo russo e consequências negativas à própria Europa e a

Portugal. Há que atenuar esse impacto, mas é fundamental manter essa pressão para que o regime de Vladimir Putin recue na guerra que trava.

Há ainda que assumir as nossas responsabilidades enquanto região, sendo solidários na ajuda humanitária aos refugiados ucranianos e acolhendo todas as pessoas que fogem da guerra e que queiram encontrar a paz nos Açores.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda associou-se, subscrevendo esta proposta e, naturalmente, votará a favor da mesma, naquela que é uma posição de grande importância política deste Parlamento e dos Órgãos de Governo Próprio da Região, de condenação frontal e veemente de um ato de guerra absolutamente inaceitável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

O PPM, como todos os outros partidos com assento nesta Câmara, condena veementemente a intervenção militar, a invasão russa do território da Ucrânia e tudo o que ele acarreta do ponto de vista do sofrimento das populações.

Neste momento, todos os outros assuntos parecem menos importantes. Este é um assunto central da atualidade. É um assunto que está a ter também consequências, não só (as mais importantes) em relação à população civil que está a ser atingida por este conflito militar, mas também as consequências económicas e sociais que começam, as populações europeias e mundiais, a ter como consequência desta invasão, das sanções económicas e da destruição que lhe está adjacente.

Por isso, nós consideramos que é muito importante, neste momento, que o Parlamento dos Açores possa também pronunciar-se sobre esta matéria e condenar a invasão russa e condenar o regime russo.

Nós consideramos que aquilo que se está a provar, no âmbito da União Europeia e da comunidade internacional, é que a união de todos, dos estados

mais fortes, dos estados com maior projeção militar, mas de todos os estados, dos pequenos estados europeus e também do conjunto da comunidade internacional, esta união contra a invasão russa e contra o regime de Putin tem sido importantíssima no sentido de realçar aquilo que é muito importante e que, às vezes, já estava esquecido, que é a importância da democracia e da conjugação de esforços de todos para impedir que esta democracia e liberdade dos povos seja ameaçada.

A verdade é que existe memória histórica. E nós sabemos o que é que aconteceu no âmbito da Segunda Guerra Mundial, o último grande conflito europeu, em que há um regime que, em nome da defesa das minorias alemãs que existiam por toda a Europa, fez diversas intervenções.

E o que verificamos é que, quando a sociedade internacional cedeu – cedeu no âmbito da ocupação dos Sudetas ou da ocupação da Áustria –, existia sempre mais um problema para resolver, mais um território para anexar.

E, nesse sentido, o que nós temos aqui, a ideia que podemos ter é que, se cedermos na questão da anexação de territórios que têm uma presença russa muito acentuada, no âmbito da Ucrânia, nós sabemos que isto não termina aqui. Nós sabemos que existem também minoria russas muito importantes nos Países Bálticos, na Ásia Central, na Moldávia. Nós temos consciência de que a seguir a uma reivindicação vem outra.

E, portanto, é importantíssimo esta firmeza, que tem sido a nota predominante da sociedade internacional, esta firmeza através das sanções económicas, de um apoio à população ucraniana, de um apoio humanitário, de um apoio solidário, de um apoio à economia ucraniana, de um apoio também às populações, aos refugiados. Esta solidariedade tem sido muito importante e é importante que permaneça.

É importante também realçar que, dentro de poucas semanas, as populações vão começar a sofrer as consequências reais do que significa estar a apoiar estas populações. Vamos ter e já estamos a ter um aumento muito significativo do preço dos combustíveis. Vamos ter empresas prejudicadas

pelo preço dos combustíveis. Vamos ter uma instabilidade no mercado de capitais. Temos consequências que vão chegar à vida quotidiana das pessoas. Não é aquilo que acontece lá longe, na Europa do Leste, existem consequências práticas que vão chegar a todas as populações, também aos Açores.

E é necessário, quando essas consequências chegarem, que essa determinação se mantenha, mesmo quando essas consequências prejudicarem gravemente também estas populações. É importante manter esta determinação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: É importante manter este espírito de justiça e de solidariedade com a população ucraniana.

Uma palavra final: eu considero que é muito importante, da parte do PPM, nós consideramos que é importante circunscrever também o conflito do ponto de vista militar. Nós não defendemos o envolvimento militar da NATO ou da União Europeia neste conflito. Sabemos as consequências. E já vimos que não vale a pena jogar à roleta russa com o Sr. Putin. E, portanto, enfrentar a maior potência nuclear do mundo significa... Há quem defenda uma intervenção militar. Nós não a defendemos. Nós consideramos que é importantíssimo circunscrever este conflito, manter todo o apoio humanitário, manter as sanções económicas cada vez mais fortes, tomar atitudes cada vez mais fortes neste âmbito, mas impedir que o conflito se possa generalizar. Os riscos para a humanidade são tremendos.

E, por isso, da nossa parte, é muito importante manter esta determinação, tendo consciência de que os tempos e as consequências também vão chegar aos Açores, mas o povo açoriano, o povo português, é um povo muito solidário, é um povo que está preparado também para enfrentar as consequências dessa sua solidariedade e da sua determinação em terminar com a invasão russa e as suas consequências em relação ao povo ucraniano.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por felicitar as nossas senhoras, neste dia simbólico da Mulher, que é sempre de lembrar, principalmente nesta guerra, que elas têm sofrido imenso.

“Tenho medo!” Foram as palavras que eu ouvi de uma criança pela mão da mãe a fugir de uma guerra. “Tenho medo!” Eu também tenho medo. Nós todos temos medo. Temos medo como pessoas. Temos medo como governantes. Temos medo como defensores da democracia, da liberdade, da justiça, do que está certo. Temos medo que tudo o que fazemos, tudo o que lutamos, os nossos pequenos grandes problemas e os nossos grandes pequenos problemas, tudo seja colocado em causa, porque, de vez em quando, o mundo acorda com um louco. Perdoem-me isso, mas tenho medo. Tenho medo que a democracia, mais uma vez, seja colocada em causa. Tenho medo que a liberdade seja colocada em causa.

Tenho medo pelo povo ucraniano, mas também tenho medo pelo povo russo, aqueles que estão a ser também bombardeados na sua liberdade, bombardeados na sua democracia, bombardeados naquilo que eles acreditam e que eu também acredito e que nós todos acreditamos e estamos aqui nesta Assembleia.

Temos medo que, mais uma vez, este animal que existe dentro de nós e que nos faz, muitas vezes, ser irracionais venha ao de cima e que, mais uma vez, na história da humanidade tenhamos uma guerra às nossas portas. Temos medo de não poder acudir e temos medo de não conseguir lá chegar.

Neste sentido, também uma palavra de agradecimento ao povo açoriano, que nas últimas semanas, nos últimos dias, tem demonstrado ser de uma generosidade como nunca se viu. A generosidade é tanta que, às vezes, não há braços para conseguir abraçar tanta desta generosidade, destes bens que têm chegado, sempre com medo de não conseguirmos chegar ao fim da tarefa, de não conseguirmos chegar àqueles que mais precisam.

Nós não nos podemos iludir, esta não será uma guerra breve. E por mais breve que fosse, muito já está feito de negativo, muito já está feito da destruição, muito já foi colocado em causa.

E se há coisa que nós não podemos aceitar... Um dos bens mais preciosos que nós temos no mundo civilizado, se me permitem, é a liberdade. Toda e qualquer liberdade, seja ela de expressão, seja ela política, seja ela religiosa, seja ela qual for, nunca pode ser travada. A liberdade é a liberdade, na Ucrânia, na Rússia e noutros países à sua volta, que temem com medo, como aquela criança que ia nas mãos da mãe. Esta liberdade pode estar em causa.

E é nossa função dar daqui um grito, dar um grito de alerta ao mundo e dizer: o diálogo, a palavra é a melhor arma que nós temos. Se calhar, já devíamos ter aprendido isto. Já era tempo de nós dizermos isso a todos. Infelizmente, precisamos sempre de ser lembrados da pior forma. E a guerra nunca há de ser a forma de nós termos que lembrar daquilo que é justo. Que também seja uma lição para o nosso dia a dia, que a generosidade e o trabalhar para os outros seja todos os dias. Que esta maré, que esta avalanche, que eu tive oportunidade de ver através do SOS Ucrânia, que o povo açoriano também perceba que vamos precisar dela daqui a um mês e, se calhar, vamos precisar dela daqui a um ano.

E nós, também, que aqui estamos e que temos alguma responsabilidade, Sr. Presidente do Governo, vamos ter também que ser solidários, porque se há coisa que eu aprendi na vida, muito novo, é que são sempre os mais pobres os primeiros a dar, são sempre os mais pobres os mais generosos. Eu sei que nós não somos uma região rica, havemos de dar e acolher o que pudermos, mas

aquilo que nós pudermos, assim devemos fazer. Devemos dar um sinal à humanidade e aos nossos irmãos de que nós acreditamos na liberdade, de que acreditamos na democracia, mas também acreditamos nos valores que a maior parte de nós acredita, que é da partilha, que são valores que eu prezo muito, que é do cristianismo, daquilo que é a fé e daquilo que é saber acudir quem mais precisa.

O Chega subscreve e grita também alto pelo povo da Ucrânia e por todos os povos que à sua volta estão a sofrer.

E se me permite, Sr. Presidente, solicitava, quando achasse oportuno e se assim achar, talvez no final destas intervenções, que possamos fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra. Não importa onde é que elas estão. Importa, sim, que são vítimas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

“A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criadores à medida dos perigos que a ameaçam”. Esta é a frase de abertura da Declaração de Robert Schuman, a 9 de maio de 1950. Será a única citação que faço nesta minha intervenção.

Há 72 anos, a construção dessa comunidade política, então apenas comunidade económica, em que nos inserimos e que hoje se dá pelo nome de União Europeia, tinha como principal objetivo a paz na Europa. A paz na Europa que fomos conseguindo, apesar da Guerra dos Balcãs, apesar de uma série de episódios, que todos conhecemos, durante a Guerra Fria, durante a segunda metade do século XX. Dizia: 72 anos de paz que conseguimos nesta Europa unida economicamente, politicamente, mas que descorou sempre a capacidade bélica dos seus vizinhos, nomeadamente da Federação Russa. Não fomos capazes de nos organizarmos numa política de defesa e segurança

comum, não fomos capazes de salvaguardar a nossa dependência energética. E essa é uma das grandes falhas dessa comunidade política em que nos inserimos.

Que esta guerra injusta, da Federação Russa contra o povo ucraniano, nos sirva também de lição. Ninguém nos livra de um louco e ninguém nos livra daqueles que entendem, como Clausewitz, a guerra como a continuação da política por outros meios e que a qualquer momento podem entrar no nosso espaço vital, cuidando que tratam do espaço vital deles.

A guerra é, sem dúvida, um dos grandes males da humanidade. Nós vivemo-la. E, como disse há pouco, durante o século XX, assistimos a muitos focos por aqui e por acolá, nos Balcãs, no Vietname, nas Coreias, etc., etc. Nos Balcãs até foram duas...

Numa análise rápida, simplista, do direito internacional da guerra, eu diria que esta viola todas as dimensões de contexto e de subtexto do direito à guerra. Esta é uma agressão gratuita de um ditador tirano contra um povo. E, por isso, merece, da nossa parte, a maior dimensão de repúdio, a maior dimensão de condenação, de uma agressão que, como disse, se revela gratuita, que viola todos os princípios da *jus ad bellum* e da *jus in bello*. E que, por parte do povo ucraniano, é uma guerra justa contra um agressor que a faz de forma injusta.

As guerras têm sempre uma dimensão dramática para todos, mas Tucídides desde a Guerra do Peloponeso nos ensina e, depois, outros filósofos até ao dealbar da modernidade nos vêm explicando o porquê de existirem guerras, umas mais justas do que outras e outras totalmente injustas. Esta é uma guerra injusta, que merece o nosso repúdio e a nossa condenação.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há 13 dias que assistimos a algo que nunca verdadeiramente consideramos ser possível: a invasão militar de um país europeu, democrático, independente e autodeterminado.

Há 13 dias que assistimos incrédulos, num estado ainda de negação e renúncia de como, em pleno século XXI, na terceira década do século XXI, em plena Europa, uma situação destas esteja a decorrer.

Há 13 dias que acompanhamos o desenrolar de uma guerra gerada com base em subterfúgios de um autocrata cuja retórica dissimulada tenta justificar o injustificável e escamotear as suas reais intenções.

As várias justificações que Vladimir Putin tem apresentado para fundamentar a invasão militar da Rússia à Ucrânia estão revestidas de incongruências. A retórica de Putin anexa sobre si um conjunto de “bandeiras vermelhas” que fazem soar os alarmes e nos transportam para um passado europeu não muito longínquo.

Há 13 dias que as memórias e as cicatrizes de um passado europeu imperialista e belicista pairam sobre nós.

Mas nestes 13 dias também assistimos à bravura e tenacidade de um povo que, numa disputa desigual e em claro desequilíbrio de forças e armamento, luta não apenas pela manutenção da independência e soberania do seu país, mas também pelos mais básicos Direitos Humanos.

O povo ucraniano continua a demonstrar a sua resiliência e espírito combativo, não apenas nos campos de batalha, mas também nas ruas, ousando fazer frente a soldados e colunas militares russas. A resistência militar, mas, sobretudo, a civil que os ucranianos têm demonstrado ao mundo são um verdadeiro ato de resiliência e determinação, de perseverança e de luta por princípios que todos nós, europeus, comungamos.

Em seu contraste, Putin está a provar que, para ele, na guerra vale mesmo

tudo. Os atropelos aos princípios basilares humanitários, mesmo os que sobrelevam a um estado e situação de guerra, estão a ser diariamente infringidos pelo regime russo, como fez na Geórgia, como fez na Tchetchénia, como fez na Crimeia- Ucrânia.

O bombardeamento de edifícios habitacionais, o bombardeamento de hospitais, o bombardeamento de edifícios governamentais, o incumprimento de cessar-fogo temporário para corredores humanitários, as ameaças e iminentes ataques a centrais nucleares revelam uma perversidade e desumanidade, que mesmo em tempos de guerra não são consentâneas.

Há 13 dias que assistimos ao desenrolar de uma crise humanitária que está, a cada hora que passa, a agravar-se. Assistimos a um êxodo, principalmente de mulheres e crianças que procuram refúgio e segurança nos países europeus fronteiriços.

Também há 13 dias que assistimos a um consenso praticamente total da comunidade internacional e europeísta, sem paralelo, de condenação e repúdio aos desígnios e condutas de Vladimir Putin.

Há 13 dias que assistimos ao triunfo da empatia e solidariedade para com o povo ucraniano.

Por tudo a que temos assistido nestes últimos 13 dias de ataques militares russos, pela devastação humanitária provocada em solo ucraniano, pela ameaça que as ações de Vladimir Putin representam para a Paz, Liberdade e Democracia, a Representação Parlamentar do PAN repudia as ações do presidente da Federação Russa, que não traduzem, no seu todo, a vontade do povo russo.

A apresentação conjunta e uníssona de todos os Grupos e Representações Parlamentares constituídos nesta Assembleia Legislativa demonstra que, em situações como esta, não pode haver lugar a espaços cinzentos. Nesta guerra a que assistimos só há uma posição a tomar e é a de apoio à Ucrânia e ao seu povo.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Embora o meu nome não esteja associado a este Projeto de Resolução, no entanto, estará em sentimento, seguramente, e pelas palavras que aqui deixo de apreço ao povo ucraniano.

Faltam as palavras para descrever a angústia de um povo que se sente invadido no seu território por um outro povo que também sente a angústia de invadir involuntariamente uma nação irmã. Não podemos esquecer que, e eu não tenho dúvidas disso, grande parte do povo russo encara com angústia a invasão de um terreno que sabe que não é seu. Um povo russo que também ficará marcado por muito tempo por um povo que invadiu um país irmão. É preciso termos consciência de que esse povo não pretende carregar às costas essa terrível marca de ser um povo invasor e não confiável, porque, ao fim e ao cabo, esse povo também está exposto àquela que é a ira de um ditador implacável, um ditador que manda as suas tropas para um país irmão e que, já percebemos nós, até essas próprias tropas o fazem de forma angustiada.

Mas falemos novamente da Ucrânia, porque faltam as palavras para descrever a angústia das mães e dos filhos e dos idosos que abandonam agora as suas casas, a sua terra, para fugir à guerra, para tentar salvaguardar aquele que é o último reduto da sua integridade: a própria vida.

Faltam as palavras para descrever também os pais de família, os maridos que ficam atrás defendendo aquilo que era um sonho de vida que foi erguido a partir do solo: as suas casas, os seus hospitais, as suas escolas, os seus postos de trabalho. E que, hoje, muitos deles já não defendem tudo aquilo que ficou construído ou edificado acima da terra, mas sim aquilo que ficou sobre a

terra, depois de uma invasão, de uma destruição maciça, em que, hoje, o seu solo é coberto por escombros. Pessoas que, hoje, já não defendem aquilo que construíram, mas apenas defendem aquele pedaço de terra que pisaram e que querem continuar a pisar. A estes que não lhes falte a coragem para olhar a fotografia da família, daqueles que partiram e deles que ficaram a defender aquela que, com certeza, querem que volte a ser a terra para acolher novamente os seus filhos, as suas esposas, os seus idosos, que tiveram que partir para proteger a própria vida.

Mas que não falte a coragem também à comunidade internacional para, de forma acérrima, defender os interesses desse povo, para, de forma acérrima, identificar também os países que, por conveniências, ora táticas, ora económicas, fiquem a assobiar para o lado, a fingir que, afinal, essa invasão de um direito próprio que constitui uma invasão militar a um país irmão é, afinal, se calhar, algo que merece alguma indiferença.

Cabe aos povos ocidentais, cabe aos povos de bem, também, apontar o dedo, não só ao país invasor, mas também aos países que, confortavelmente, se mantêm indiferentes. Não podemos fingir que essa indiferença é um ato menor, porque, se o fizermos, também estamos a ficar indiferentes para com os indiferentes. E isso, no meu entender, constitui também... porque nessas situações, quando não se está ao lado, passo a expressão, dos bons, está-se contra os bons. É preciso que estejamos todos unidos na defesa dessa invasão que agora é da Ucrânia, mas que pode ser de outro país qualquer. Cabe-nos, a nós, sempre, de forma acérrima, defender os interesses da humanidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Presidente do Governo Regional, a quem dou a palavra.

Faz favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*José Manuel Bolieiro*):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs.

Secretários Regionais:

O Governo toma a palavra, neste instante e no Parlamento, para, aqui, de forma renovada, deixar, em nome do Governo, palavras que possam marcar o combate à indiferença. E saudamos, por isso, esta iniciativa de resolução, unânime, consensual e determinante, com este objetivo de, em nome dos Açores, em nome dos açorianos, marcarmos o combate contra a indiferença.

É preciso ser inequívoco. Numa primeira conclusão: o repúdio e a condenação à guerra, aos fatores da guerra e àqueles que fazem da força a sua opção pelo domínio.

Os Açores e os açorianos deixam, de forma inequívoca, e, desta feita, também, aqui, o Parlamento, o seu repúdio à guerra, a sua condenação, de forma inequívoca, num contexto regional, mas também nacional. Tão importante como a Assembleia Geral das Nações Unidas, de forma esmagadora, ter feito a condenação, também é um Parlamento representativo de um povo no meio do Atlântico Norte afirmar, aqui, no seu quadro de intervenção política e civilizacional, o seu repúdio e condenação à guerra, ao fator da guerra, a Vladimir Putin.

Não pode ficar qualquer dúvida que, pela indiferença, não nos importa o que acontece à distância. Fica, pois, marcada, por parte da Região, por parte do Governo, desde a primeira hora, e do Parlamento através desta feliz iniciativa, este repúdio, esta condenação contra a guerra.

A segunda palavra inequívoca, que também marca a luta contra a indiferença, não pode ser outra senão aquela que caracteriza a nossa identidade civilizacional: o apelo à paz. A paz é o bem essencial no convívio entre povos, entre nações, entre estados.

E o quadro civilizacional que na Europa caminhamos, na qual nos integramos e contribuímos, é fazer, através da diplomacia, a solução dos conflitos a favor e em nome da paz.

Por isso, também fica, em nome deste Governo, a segunda palavra, do apelo à paz. À paz que, quebrada pelos fatores desta guerra, possa juntar todos os que

no mundo e em particular na Europa possam dar exemplo através da ação do trabalho diplomático para a reconquista da paz.

A terceira palavra não pode ser outra, também de forma inequívoca e de combate à indiferença, é a da solidariedade. A solidariedade de uma região e de um povo para os massacrados da guerra, para aqueles que são vítimas das consequências diretas desta guerra, do invasor. E que têm também de sentir, por parte dos outros povos, uma solidariedade ouvida, proclamada, com o auxílio, a fazer chegar bens de primeira necessidade, e este Governo já disponibilizou e trabalhou para este objetivo, como também a solidariedade expressa na necessidade de acolhimento deste movimento migratório dos refugiados que, agora, inevitavelmente, passam pela Europa em primeiro lugar e, quiçá, pelo mundo inteiro.

Pois, também é nossa profunda convicção que interpretamos bem o sentimento do nosso povo nos Açores, da capacidade de acolhimento e de receber. Enviar bens de primeira necessidade, como também receber migrantes e vítimas como refugiados desta guerra, assim estamos a fazer num recenseamento das possibilidades que temos para o acolhimento, igualmente, destes refugiados.

Deixar também uma palavra, porque o Governo sentiu já esta expressão voluntariosa e generosa de tantos residentes nos Açores, mesmo ucranianos (temos uma comunidade ucraniana nas nossas ilhas), mesmo alguns russos, de solidariedade, a juntar aos açorianos, estes, a vontade de colaborar. E fizeram-no saber já ao Governo dos Açores. E nós estamos a acolher e a trabalhar com estas iniciativas.

Por isso, também justifica, em nome do Governo e, agora, aqui, expresso no Parlamento, uma palavra de reconhecimento e gratidão a esta generosa e voluntária atitude por parte de pessoas, famílias, instituições públicas e privadas a juntar a este movimento de dádiva, em fazer chegar, reunir bens de primeira necessidade, querer fazer chegar à Ucrânia e aos refugiados estes bens e também em disponibilizar para acolhimento habitacional meios e

recursos para receber refugiados.

Fica, pois, em nome deste Governo, uma palavra de reconhecimento e de orgulho ao nosso povo, a esta atitude, e a todos aqueles que, hoje, conosco vivem e convivem, estrangeiros, imigrantes, migrantes, que, hoje, expressam, aqui, também, a sua vontade solidária de ajudar e apoiar.

É este, pois, um percurso civilizacional que não podemos deixar passar apenas pela indiferença e porque o que acontece é distante de nós. Pelo contrário.

Reafirmo, pois, em nome do Governo, a condenação veemente e repúdio aos senhores da guerra, à guerra; o apelo à paz e à retoma da via diplomática para resolver um conflito inqualificável; e a gratidão e o apelo à generosidade e à solidariedade de todos, instituições públicas, privadas, pessoas, famílias e empresas, quer para fazer chegar bens de primeira necessidade, quer para o acolhimento habitacional e residencial e de integração social destes refugiados, novos migrantes, nos Açores também.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 96/XII – “Sobre o conflito na Ucrânia”, foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Propunha, então, que fizéssemos um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas desta guerra.

(Neste momento, foi respeitado um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Decidiu a Conferência de Líderes que continuaríamos com o ponto 3 da nossa agenda, “Debate de urgência sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 20/20”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, regem estas matérias os art.ºs 185º e 186º do nosso Regimento e os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esse debate são os seguintes:

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 28 minutos, o PSD dispõe de 24 minutos, o CDS/PP dispõe de 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos cada, as Representações Parlamentares do CHEGA, Iniciativa Liberal e PAN dispõem cada de 10 minutos, o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate por parte do Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, faça favor Sr. Deputado.

Eram 11 horas e 59 minutos.

Debate de urgência sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 2030, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Deputado Berto Messias (PS):

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista realizou Jornadas Parlamentares descentralizadas em todas as ilhas na passada semana, onde ouviu várias entidades, instituições e parceiros económicos e sociais sobre a anteproposta de Programa Operacional 2030, que define a aplicação dos fundos comunitários na Região, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FEDER e do Fundo Social Europeu Mais.

Suscitamos assim este debate de urgência para dar voz a estes parceiros, realçando as suas preocupações e suscitando os esclarecimentos que se impõem por parte do Governo Regional.

Analisada a anteproposta de programa operacional 2030, ouvidas estas entidades e vendo todas as posições públicas dos parceiros sociais e económicos nas últimas semanas e dias, fica claro que o Governo Regional está isolado nos seus propósitos e de costas voltadas para os Açorianos e para as suas reais preocupações e necessidades.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador*: Partilhamos assim das preocupações dos parceiros sociais dos Açores neste domínio e evidenciamos erros e contradições desta anteproposta, que podem comprometer irreversivelmente o futuro da Região.

Nesta anteproposta estão definidos menos 100 milhões de euros para a competitividade empresarial, quando comparado com o anterior quadro

comunitário, o que contradiz o apregoado objetivo deste Governo Regional sobre ter mais fundos disponíveis para a economia privada.

E não é correto ou politicamente sério justificar essa redução com os fundos disponíveis no Plano de Recuperação e Resiliência. Desde logo porque todos conhecemos o processo rocambolesco das agendas mobilizadoras e porque estamos a falar de fundos diferentes, sendo o PRR de cariz conjuntural, criado para o combate aos impactos negativos da pandemia, e o programa operacional 2030 de cariz estrutural de médio prazo.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador*: Justificar a redução de um com a existência do outro é prejudicar deliberadamente a atividade das empresas açorianas.

E neste âmbito é escandaloso, bloqueador da planificação e perspectivas de futuro do nosso tecido empresarial e paradigmático sobre a falta de rumo das políticas públicas na área das finanças e planeamento que em março de 2022 não exista absolutamente nada sobre o novo sistema de incentivos que substituirá o Competir Mais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: No que se refere às Autarquias, verifica-se uma redução relevante. No anterior PO as Autarquias tiveram cerca de 80 Milhões de euros em projetos aprovados, agora terão apenas acesso a 66 Milhões de euros. E para que tenham acesso a estas verbas, terão de concorrer com projetos de mais de uma dezena de entidades como o próprio Governo Regional, Institutos e Empresas Públicas, Entidades Públicas sem fins lucrativos ou Associações de natureza científica, aliás como ontem podemos ouvir o representante da associação de municípios a reivindicar que este novo PO devia ter pelo menos as verbas do anterior PO.

Pior do que isso é o facto de os Municípios não serem especificamente referenciados como entidades beneficiárias para projectos para acesso à água

e gestão sustentável deste recurso, quando é a eles que cabe essa competência em cada uma das nossas Ilhas no âmbito da água para consumo humano.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador*: E na coesão territorial, área prometida pelo atual Governo como algo a valorizar. Mais uma contradição. Esta área tem apenas 16 Milhões de euros ao longo de 6 anos e as verbas referentes à mobilidade nos Açores sofrem uma violenta redução, passando de 105 Milhões no anterior PO, para 50 milhões nesta anteproposta. E nesta área não se verifica uma única referência à questão da demografia e do envelhecimento da população e suas consequências.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Na área da educação e aprendizagem ao longo da vida, o Governo reduz os fundos comunitários em cerca de 22 Milhões de euros, uma clara contradição com aquilo que apregoa.

Na área da investigação, desenvolvimento e inovação há uma redução de 80% das verbas, de cerca de 49 Milhões no anterior PO, para apenas 9 Milhões na anteproposta.

E todas estas reduções são acompanhadas por uma opção, que é paradigmática sobre o comportamento padrão do atual Governo. Diz uma coisa e faz o seu contrário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Ou seja, nesta anteproposta o Governo Regional mais do que duplica as verbas destinadas aos custos administrativos e burocráticos de gestão deste programa operacional, passando de 7,5 Milhões no anterior para 23 Milhões de euros no atual quadro.

São assim opções que evidenciam um Governo sem visão estratégica, com prioridades erradas, fundamentadas em análises superficiais, com dados desactualizados e pouco consistentes, opinião aliás unânime de todos os parceiros sociais e económicos da Região.

Infelizmente, estamos na iminência de interromper o caminho de bom aproveitamento e boa aplicação dos fundos comunitários na Região.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Governo)

O Orador*: É justo referir que fomos sempre reconhecidos como uma região exemplar na execução e aproveitamento de fundos comunitários.

O Orador*: Só uma visão sectária não reconhece os ganhos que tivemos todos com a boa aplicação de fundos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde?

O Orador*: Temos hoje uma Região muito melhor do que no início da aplicação de fundos comunitários na Autonomia Democrática. Isso não é mérito apenas dos Governos, é mérito de todas as pessoas, de todas as empresas e instituições que se mobilizaram neste projecto de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: De acordo com dados oficiais da Comissão Europeia, os Açores foram a região portuguesa que mais cresceu entre 2000-2019 e a única que convergiu com a União Europeia.

Em 2019 tivemos o PIB mais elevado de sempre, estimado em cerca de 4,400 Milhões de euros.

Recorde-se, a este propósito, as afirmações da Directora-geral de Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, Dana Spinat, que em Março de

2019 afirmava e cito: “os Açores estão a trabalhar muito bem no uso dos dinheiros que têm sido dados pela União Europeia e nas políticas de coesão. Portugal também, mas os Açores estão a fazer ainda melhor que o resto do país”, fim de citação.

Obviamente que o Partido Socialista não fez tudo bem. Também cometeu erros e tomou medidas que hoje não tomaria da mesma forma.

Não fomos, nem somos donos da verdade absoluta.

Aliás, a este propósito, o Partido Socialista percebeu muito bem a mensagem dos eleitores nas eleições regionais de Outubro de 2020, que nos conferiram uma clara vitória, reconhecendo o bom trabalho desenvolvido e os resultados alcançados, mas que nos exigem correcções, melhorias e alargamento de plataformas de diálogo e de concertação social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Estando nós a falar do mais importante instrumento de planificação estratégica do futuro de médio prazo dos Açores, além de todos os problemas estruturais que já referenciámos, há outra questão que muito nos preocupa: A evidente falta de capacidade e competência de vários responsáveis políticos para aproveitar devidamente estes fundos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador*: Desde logo através do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, que tem a responsabilidade de conduzir este processo e agilizá-lo. Alguém cuja credibilidade política está ferida de morte tendo em conta o processo rocambolesco e ainda mal explicado das Agendas Mobilizadoras.

Acordou tarde, conduziu mal o processo, tomou decisões sozinho e na clandestinidade, afastou das decisões relevantes a maioria dos empresários açorianos e seus representantes e teve de voltar à estaca zero, prejudicando de forma irreversível o tecido empresarial e a economia açoriana.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador*: Por muito que diga ou anuncie agora, quem fez o que fez no processo das agendas mobilizadoras, tem agora poucas condições para assegurar a confiança e estabilidade que a condução e aplicação do Programa Operacional 2030 exigem.

Ou em matérias cruciais para o futuro como são a mobilidade, os transportes, a energia ou o sector do turismo.

Que confiança pode dar, na condução destes dossiers, o Secretário destas pastas Mota Borges, ausente aliás deste debate.

Recorde-se a forma como foi classificado pelo Deputado Paulo Estevão na Comissão Parlamentar de Economia que afirmou “eu tenho uma grande insatisfação acumulada em relação ao seu desempenho. Saio desta audição com uma decisão tomada em relação ao seu desempenho e, portanto, o Sr. Secretário não tem a minha confiança política”.

Das duas uma, ou ninguém ouve o Sr. Deputado Paulo Estevão, parceiro de coligação governativa, ou o Sr. Secretário Mota Borges é politicamente inimputável.

Ou ainda mais recentemente, no âmbito das demissões na Atlanticoline, quando depois da demissão de um administrador, no dia 3 de Março, no noticiário das 18h da antena 1 Açores, o Sr. Secretário afirma “Preciso de mais algum tempo sobre esse assunto, penso que dentro de 15 dias haverá novidades sobre isso” e no mesmo dia, duas horas depois, às 20h00 na RTP Açores, é anunciado o novo administrador da Atlanticoline!

Das duas uma, ou o Senhor Secretário teve uma epifania em duas horas ou alguém nomeou o Administrador sem que o Sr. Secretário soubesse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Ou na autêntica telenovela mexicana que assistimos na Secretaria da Cultura, Ciência e Transição Digital, áreas fundamentais para o nosso futuro colectivo e na aplicação deste programa operacional, onde a Senhora Secretária Regional, estranhamente ausente deste debate, retira a confiança a um Director Regional por email, segundo consta tendo que alterar fechaduras para impedir o acesso deste Director às instalações, Director esse que já veio a publico afirmar que não está exonerado ainda e que a Senhora Secretária poderá ser exonerada antes!!!

Ou ainda, os acontecimentos públicos na Comissão Política do PSD Terceira, em que o Dr. Costa Neves se demite, afirmando-se incapaz de pacificar as lutas fratricidas entre as facções Clélio Menezes e António Ventura.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): E o PO???

O Orador*: A vida interna do PSD diz respeito aos seus militantes e todos são livres de desempenhar a sua militância como muito bem entenderem. Mas quando estamos a falar de facções antagónicas lideradas por dois membros do mesmo Governo, o assunto assume muito mais relevo e muito mais importância, tendo em conta o que isso pode significar para prejudicar a governação e, conseqüentemente, prejudicar os Açorianos e os Açores.

Poderia ainda referir muitos outros exemplos destes episódios inacreditáveis e nunca vistos, mas o tempo regimental não me permite.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Então refira!

O Orador*: Em boa verdade, na base de toda esta instabilidade e degradação política está algo que nos preocupa ainda mais, porque condiciona e condicionará, em grande medida, a possibilidade de um aproveitamento cabal e correcto...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador*: ...dos fundos disponíveis no novo Programa Operacional 2030: A falta de liderança, de capacidade de acção e de visão estratégica do Sr. Presidente do Governo José Manuel Bolieiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador*: Tudo isto acontece por incapacidade de liderar e de centrar o foco da governação no que realmente interessa: As Pessoas, as empresas, vencer a crise pandémica, relançar a economia e o emprego e o desenvolvimento dos Açores.

Infelizmente para a nossa Região e para o nosso futuro colectivo, parece que o tempo está a dar razão ao Sr. Deputado Paulo Estevão quando a poucos dias das eleições de Outubro de 2020 afirmava “José Manuel Bolieiro não reúne as condições para liderar um Governo dos Açores. Bolieiro não tem, do ponto de vista pessoal, as condições para desempenhar essas funções” fim de citação.

Ou quando escrevia no Açoriano Oriental, a poucos meses das eleições e cito: “José Bolieiro não é homem que parta para o confronto direto. Para uma discussão franca, olhos nos olhos. Esconde-se sempre atrás de sofismas, de anagramas, de mensageiros encapuzados e de uma atitude dissimuladamente cavalheiresca, ditada apenas pela incapacidade de se manter de pé no quadrilátero.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O debate de urgência do PS era para isto?

O Orador*: O seu discurso vazio e redondo não aguenta o contraditório do adversário. Os Açores necessitam de uma liderança política corajosa, dinâmica e reformista. Em vez disso, José Manuel Bolieiro oferece um perfil político dândi. É notoriamente incapaz de introduzir qualquer transformação ou reforma nas coisas que gere.” Fim de citação.

Senhor Deputado Paulo Estevão, desta vez, nós concordamos consigo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): A urgência do PS não é o PO nem os empresários, é o “bota-abaixo”!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está introduzido o debate e estão abertas as inscrições para o debate de urgência sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 2030.

Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Bastos e Silva*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Para além das audições que tiveram lugar a 1, 3, 4 e 9 de fevereiro, no âmbito das quais foram ouvidos e recolhidos os contributos dos Partidos Políticos com assento parlamentar, do Conselho Económico e Social dos Açores e muitas outras instituições, foi pela primeira vez promovido na Região Autónoma entre os dias 4 e 25 de fevereiro uma consulta pública aberta a todos os açorianos sobre o futuro Programa Operacional.

No âmbito desta consulta o Governo Regional dos Açores recebeu 32 contributos de diversas associações, organizações e empresas da Região e de particulares, que agradecemos, valorizamos e serão consideradas para fazer evoluir esta anteproposta.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador*: Os contributos recebidos demonstram a importância deste processo de consulta e testemunham a relevância do Programa Operacional Açores 2030 para os Açores e para os açorianos.

Também evidencia uma outra forma de fazer, mais participada e mais transparente e consubstancia o princípio da parceria consagrado na política de coesão aumentando a apropriação da política europeia pelos cidadãos e pelas instituições.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: A partir destas audições e destes contributos o Governo Regional dos Açores procederá a ajustamentos da anteposta de Programa Operacional, de modo a acolher as observações e sugestões recebidas, onde tal se revelar possível, mantendo a coerência e os objetivos estratégicos do programa.

O documento que resultar deste processo será depois objeto de articulação com o Governo da República e de negociação com as Instituições Europeias, em particular com a Comissão Europeia, que em última instância aprovará o Programa Operacional.

É quase transversal aos contributos recebidos a reivindicação do reforço de verbas para este ou aquele objetivo, para esta ou aquela ação. De tudo tomamos devida nota, sendo certo que não podemos acolher todas as observações e sugestões.

As verbas alocadas ao Programa Operacional dos Açores são de todos conhecidas, 1.140 Milhões de euros, sendo 690 do FEDER e 450 Milhões de euros do FSE+.

É com esta base que trabalhamos, é na base destes valores que construímos a anteposta de Programa Operacional e é na base destes valores ancorados em regulamentos, orientações e princípios nacionais e europeus com os quais estamos alinhados que será aprovado o Programa Operacional Açores 2030.

Importará sublinhar que pese embora globalmente os valores do Programa Operacional, sejam similares aos do anterior 1.140 Milhões de euros versus

1.137 Milhões, alterou-se o peso relativo de cada um dos fundos que o compõem, enquanto o PO Açores 2020 era composto por 70% de FEDER e 30% de Fundo Social Europeu, o atual Açores 2030 conta com 60% do FEDER e 40% do FSE+.

Recorde-se os objetivos maiores de cada um destes fundos, o FEDER visa contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais e reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. O Fundo Social Europeu é o principal instrumento para investir nas pessoas, promover o emprego e para concretizar o pilar europeu dos direitos sociais.

Em suma, o PO Açores 2030 tem menos 103 Milhões de euros da verba FEDER e mais 106 Milhões de euros da verba FSE+.

É esta a base de trabalho e estamos convictos da sua adequação.

É nesta base que se constrói um Programa Operacional que tem como objetivo primeiro promover as convergências social e económica e apresentar resultados e isto faz-se através de cinco objetivos políticos, o primeiro promover o desenvolvimento económico, a investigação e a inovação, o segundo a sustentabilidade ambiental, o quarto a coesão social, estes três representam 85% e os 15% desenvolver a mobilidade e promover a coesão territorial.

Estes objetivos são declinados em prioridades de investimento e estas por seu turno em objetivos específicos.

Mais do que debater questões aritméticas de uma anteproposta, parece-nos mais útil focarmo-nos nas opções programáticas e estratégicas definidas.

Não podemos, não devemos e não queremos repetir os erros do passado, em que não houve a desejada convergência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: A recente comunicação da Comissão Europeia, a Coesão na Europa no Horizonte 2050, relativa ao oitavo relatório da coesão de 4 de fevereiro e as declarações da Comissária com a tutela sobre a Política Regional são taxativas sobre a estagnação e a denominada armadilha do crescimento, bem como, sobre a forma como a política de coesão deve evoluir, ela deve responder aos desafios e ao potencial das transições ecológica e digital, enquanto novos motores do crescimento.

É esta estagnação e essa armadilha que queremos combater, para evitar uma futura armadilha do crescimento, as regiões menos desenvolvidas, onde lamentavelmente nos incluímos, terão de impulsionar a educação e a formação e aumentar a capacidade de inovação.

É isso mesmo que se pretende, não apenas com o Programa Operacional Açores 2030, mas com todos os fundos e meios que estarão ao dispor da Região nos próximos anos.

Numa Região com risco de pobreza e exclusão social alarmantes, com elevado abandono escolar, com significativas fragilidades no sistema de saúde, a convergência e o crescimento continuaram a ser mitos, porque nunca foram verdadeiramente alcançados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: Sem convergência social não haverá convergência económica, sem investimento robusto na formação profissional, na educação e na saúde não será possível alterar o paradigma do presente e ter em conta as oportunidades emergentes das transições ecológica e digital.

Relativamente a algumas matérias que terão evolução na próxima versão do documento, a proposta, destacamos as verbas destinadas ao setor privado não se limitam à competitividade empresarial, onde alocamos na anteproposta 194 Milhões de euros, comprometemo-nos a que o acesso das empresas privadas seja pelo menos superior em 50% a este valor, permitindo expressamente as candidaturas privadas à digitalização, inovação, descarbonização e formação de ativos, no programa nacional o Governo da

República comprometeu-se com 6 Mil Milhões de euros para as empresas, mas só lá estão diretamente 3.905 Milhões de euros.

A assistência técnica que se destina a apoiar o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento controle, avaliação e divulgação do programa, bem como a prevenção deteção e correção de irregularidades e a implementação de medidas anti fraude eficazes será reduzida a 6% do valor nacional, atualmente está inscrito a nível nacional 170 Milhões de euros, o que resultaria de em 10 Milhões de euros, acompanharemos portanto a mesma percentagem que existe na relação entre os fundos.

Para além do investimento na formação profissional que favorece as empresas consideramos que o investimento na saúde e na educação é a alavanca para a convergência social...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: ...e desta para a convergência económica.

Não podemos reduzir o abandono escolar precoce ou o número de jovens que não estudam nem trabalham sem investir na educação e aprendizagem ao longo da vida, onde alocamos 176 Milhões de euros.

Sendo a esperança de vida nos Açores inferior em três anos à do restante território nacional e a taxa de mortalidade infantil o dobro, é imperioso investir na saúde e na sua maior equidade.

Não consideramos que todo o investimento público é excessivo e que todo o investimento privado é insuficiente, que fique bem claro que o apoio às empresas é prioritário e terá concretização na ação do XIII Governo Regional dos Açores.

Disto será também exemplo o sistema de incentivos que sucederá ao Competir +, que já se encontra em preparação, pretendendo-se tornar possível antes do fim do ano a apresentação de candidaturas pelas empresas no âmbito do PO Açores 2030.

É e importa salientar que o mapa dos auxílios com finalidade regional para Portugal, para o período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2027, permite a concessão de incentivos às empresas dos Açores com uma intensidade superior à que foi possível no período de vigência do Competir+, deste modo a taxa de comparticipação dos incentivos a fundo perdido poderá atingir um máximo de 70% para as micro e pequenas empresas e de 60 e 50% respetivamente para as médias e grandes empresas, enquanto que anteriormente o limite máximo dos incentivos não reembolsáveis era de 65%. O novo sistema de incentivos será aprovado após audição dos parceiros sociais, submissão a esta Assembleia e em articulação com as Instituições Europeias.

As verbas a alocar à inovação serão aumentadas, mas imprimindo-lhes a lógica de redes colaborativas entre empresas e instituições que promovem a inovação produtiva e a alteração do perfil de especialização da economia regional com a criação de mais valor, essa será matéria a concretizar no novo sistema de incentivos em elaboração.

Em suma, queremos uma inovação real que alavanque o crescimento e potencie o desenvolvimento regional sustentável, uma inovação que se assuma como uma força motriz do fortalecimento da competitividade das empresas, assente na produção e apropriação do conhecimento e da tecnologia, na melhoria continua de todos os setores da sociedade, particularmente do setor empresarial.

Se seria desejável conhecermos já as métricas, os indicadores de resultados e os principais e os princípios orientadores para a seleção das operações do Programa Operacional, estas métricas e indicadores são essenciais para avaliar e ajustar sempre que for necessário a afetação de recursos financeiros no sentido de maximizarmos a criação de valor e a obtenção de resultados, no entanto sublinhe-se a sua definição ocorrerá em momento posterior depende da aprovação do acordo de parceria, cuja construção decorre em paralelo com

a dos vários programas operacionais do Portugal 2030 e em objeto de apurada negociação com a própria Comissão Europeia.

Uma referência final à atenção que foi dada às Autarquias Locais, com quem o XIII Governo quer cooperar de forma efetiva e concretizadora, está garantido o acesso a candidaturas no valor superior a 130 Milhões de euros, a que acresce uma verba estimada para a formação profissional das Escolas Profissionais das Autarquias superior a 30 Milhões de euros.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador*: Desta forma mantém-se o nível potencial de acesso a fundos comunitários do PO Açores 2020, muito embora se constate que da dotação inicial de 165 Milhões de euros, só houve candidaturas no valor de 97 Milhões de euros, aprovadas 84 Milhões de euros e executados 52 Milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Este é, pois, o processo em curso conduzido com seriedade e profissionalismo, ouvindo as críticas e sugestões legítimas e acatando as mais válidas, colocando sempre os Açores primeiro.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional. Tem a palavra, para participar no debate o Sr. Deputado António Lima, faça favor Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

As negociações do próximo quadro comunitário de apoios desenvolveram-se parcialmente no contexto pandémico.

Verifica-se que o pequeno aumento de verba existente nesta anteposta, em termos absolutos, relativamente ao Açores 2020 é marginal.

Mas este ligeiro aumento não compensa, de modo algum, a inflação esperada. Não compensaria num período normal de inflação controlada há volta dos 2%, quanto mais no período em que vivemos em que é esperada um aumento significativo da inflação.

Acresce a este aspecto o facto de nos Açores a tendência da inflação ser por regra superior àquela do resto do País.

A conjugação destes fatores demonstra de forma inequívoca a diminuição de verbas disponíveis.

O próximo quadro comunitário de apoio que nos Açores traduz-se em grande parte no PO Açores 2030 e constitui um instrumento importante de investimento público.

Embora, como sempre, venha limitado pelas opções da União Europeia, condicionando assim a nossa autonomia para decidir democraticamente sobre a nossa estratégia de desenvolvimento.

Não quer isto dizer que todas as opções da União Europeia sejam erradas ou desadequadas à nossa realidade, mas, no entanto, muitas são.

Recordo a opção por não permitir o financiamento de intervenções na rede viária no anterior Programa Operacional o que significou uma dificuldade acrescida para a manutenção da rede viária nos Açores no atual Quadro Comunitário de Apoio.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Em primeiro lugar começo, relativamente ao documento em debate, por alertar para a fragilidade dos argumentos e dos dados apresentados nesta anteproposta, não só pela sua desatualização, mas também e, acima de tudo, pela enorme falta de concretização dos diferentes objetivos estratégicos.

Trocando por miúdos, quase não há informação sobre como, onde e quando o governo pretende investir estes 1.140 milhões de euros.

Mesmo nos objetivos estratégicos com maior alocação de verbas temos ações vagas, sem detalhe, sem metas, sem números de potenciais beneficiários. Em suma, um conjunto vago de intenções, nem todas boas.

Apesar de ser esta uma anteproposta, não podemos aceitar que grande parte da estratégia de investimento público para os próximos 7 anos seja tão pouco transparente.

Ou isso ou então o governo ainda não sabe bem o que fazer com estes fundos. Qualquer das hipóteses é preocupante.

Em segundo lugar, e mais importante, falta a esta anteproposta uma estratégia de desenvolvimento para os Açores.

É evidente a ausência de uma estratégia de modernização e diversificação da economia que se reflita numa aposta forte na investigação, desenvolvimento e inovação.

Isso é o reflexo da ausência de rumo deste governo que segue apenas a mesma via de desenvolvimento económico dos anteriores governos, aprofundando o cariz liberal da governação, e acima de tudo aprofundando a incompetência.

Apenas 0,8% das verbas - 9ME - serão aplicadas na inovação. Está tudo dito sobre as prioridades do governo sobre esta área.

Noutro exemplo, se por um lado se diz que uma das prioridades é o mar e a economia azul, não se vêem ações nesta área para além da proteção da orla costeira e dos portos.

Esta é uma visão redutora e muito pouco ambiciosa sobre a economia do mar. O investimento na investigação e desenvolvimento naquela que é a nossa maior riqueza passa ao lado deste programa.

Se a isto associarmos o facto do governo ainda não saber bem o que fazer com o tecnopolis Martec, percebe-se que o nosso potencial e riquezas nesta área, no que depender do governo regional, serão para outros explorarem.

Verifica-se assim a ausência de uma estratégia para a diversificação da economia e para o seu desenvolvimento no sentido de criação de maior valor acrescentado.

Este governo condena os Açores à pobreza com o conseqüente despovoamento devido ao constante abandono da região, em particular, dos jovens mais qualificados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador*: Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Não se encontra nesta anteproposta nenhuma ação que tenha em consideração o combate à precariedade no trabalho, numa região em que o trabalho precário ultrapassa muito os 20% da população empregada.

Uma vez mais, é coerente com a falta de vontade em utilizar os apoios ao investimento privado para combater a precariedade.

Recordo que este governo, como o anterior, não aplicou a última alteração ao programa de incentivos competir + aprovada nesta casa por proposta do Bloco de Esquerda. Medida essa que prevê que as empresas apoiadas tenham de garantir uma percentagem mínima de trabalhadores com vínculo estável.

Na mesma linha, as preocupações com o aumento dos salários são inexistentes, quando nos Açores 37% dos trabalhadores por conta de outrem auferem o salário mínimo.

O investimento público que serve para apoiar as empresas tem de ser um fator de estabilidade no emprego, mas também de melhoria salarial.

Assinalamos, como positiva, a inclusão de medidas para promoção da igualdade de género no trabalho e da conciliação do trabalho e vida familiar. Mas não se compreende a opção por se aplicar apenas à administração pública.

Como defendemos no que respeita ao combate à precariedade, os programas públicos de incentivo à economia devem conter normas de promoção da igualdade de género e da conciliação do trabalho com a vida familiar.

Na saúde, área em que todos reconhecem ser necessário um forte investimento na modernização, verifica-se que há apenas 71 ME e três vagas ações que se dedicam mais ao setor social do que ao da saúde.

Assim, continua-se a promover o crescimento do setor privado na saúde, que levará cada vez mais a que serviço regional de saúde seja uma opção apenas para quem não tem recursos para aceder à saúde privada.

Na habitação, quando se apertam as regras para acesso ao crédito e se prevêem aumento de taxas de juro nos próximos anos, o governo apenas prevê 2 ME para habitação social.

Não há um cêntimo para a disponibilização de habitações por arrendamento a preços acessíveis.

Mas se existem áreas onde a verba disponível é muito insuficiente, então em que áreas pretende o governo investir os fundos comunitários?

A maioria das fatias do PO Açores 2030 destinam-se a Melhorar o acesso ao emprego com 143ME (12,5%), na melhoria da empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos, com 115ME (10,1%) e à promoção da igualdade de acesso e conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação com 125ME (11%).

Aqui temos $\frac{1}{3}$ do PO Açores 2030. Sendo objetivos importantes, olhando para as ações em questão, vemos novamente ações vagas e sem concretização, ou então ações que fazem lembrar, e muito, os velhos e por nós todos conhecidos programas ocupacionais.

Esta é a conclusão a que podemos chegar com os dados que nos apresentam.

Mas aproveito para terminar esta intervenção questionando o governo sobre medidas em concreto:

Quantos adultos pretendem certificar através do Objetivo Estratégico 4g?

Quantas pessoas vulneráveis pretendem integrar no mercado de trabalho através do Objetivo Estratégico 4h?

O que entende o governo por “Melhoria da transição para o mercado de trabalho”, ação prevista no objetivo estratégico 4a e quantas pessoas pretendem abranger?

E poderíamos continuar, porque o tipo de ações que estão descritas neste Programa é assim, vaga, imprecisa e que dá para tudo.

Em suma, este Programa Operacional é um conjunto de intenções cuja concretização e sucesso será impossível de avaliar, excepto pela verba executada.

Isso não garante por si só o desenvolvimento dos Açores, pelo contrário.

Garante que o dinheiro é gasto, muitas vezes mal, indo eventualmente parar ao bolso de alguns, normalmente os mesmos de sempre.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Para participar no debate dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sr. Vice-Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu começo por lamentar a intervenção inicial do Partido Socialista, pelo Sr. Deputado Berto Messias, tratou de muitos assuntos e de muito pouco daquilo que é o tema desse debate de urgência, penso que faltou falar das eleições para a Câmara da Praia da Vitória, o resto acho que foi tudo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: O presente debate de urgência apresentado pelo Partido Socialista permite a discussão neste Parlamento da anteproposta do PO 2030, discussão essa que, com que já se havia comprometido o Sr. Presidente do Governo Regional no último plenário, convém evidenciar.

Pela primeira vez o Governo Regional apresentou a discussão pública, uma anteproposta com o objetivo de recolher contributos dos Partidos Políticos, dos Parceiros Sociais, do poder Autárquico e da Sociedade em Geral.

Esta atitude, que consideramos verdadeiramente democrática e revestida de um espírito dialogante, permitirá, naturalmente melhorar o documento, incorporando propostas que correspondam aos interesses dos Açores e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: Desde logo importa uma referência ao parecer do Conselho Económico e Social, que pela sua independência de poder político, decorrente da alteração legislativa que há muito defendia o PSD e que foi possível na última legislatura, dá um contributo muito positivo, ainda que crítico de alguns aspetos e opções da referida anteproposta.

Por outro lado o Sr. Secretário Regional das Finanças, na sua intervenção, já mostrou disponibilidade do Governo para uma análise séria das propostas apresentadas, aliás, correspondendo ao objetivo anunciado pelo Governo Regional no início do processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: Para esta análise importa, antes de mais, efetuar algum enquadramento em matéria de apoios comunitários. Os Fundos Europeus designadamente os Planos Operacionais pela importância dos recursos financeiros que incorporam, são um instrumento essencial para o objetivo da convergência económica com a média da União Europeia.

Infelizmente, apesar dos três quadros comunitários e dos demais de 4 Mil Milhões de recursos transferidos entre 1999 e 2000 para a Região, a verdade

é que os Açores não foram bem sucedidos na convergência com a média Europeia.

No final do século passado, em 1999, o PIB per capita dos Açores representava 108.5 e em 2020 apenas 67.3 da média europeia.

Foi um mau desempenho contrariando as previsões dos seus governos anteriores e neste particular do pouco nos convence ou move sequer o argumento que o resultado do País foi, porventura ainda pior.

Devemos sim comparar-nos no mesmo período com aquele que foi o desempenho dos países que estavam e estão em processo de convergência, todos eles com melhores resultados do que Portugal e do que os Açores.

Recordamos que num debate neste Parlamento, em janeiro de 2007 sobre o ProConvergência 2007/2013, relativamente ao seu impacto económico o então Vice-Presidente do Governo afirmou e cito: “Não é desta oposição vazia e complexada que os Açores precisam, o Programa Operacional ProConvergência assume como principal desígnio reforçar o ritmo de convergência dos indicadores macro económicos dos Açores para as médias da União Europeia” e continuou: “com o ProConvergência pretende-se aumentar em apenas dez anos o PIB dos Açores em 70%, isto é, pretendemos que o produto e o rendimento gerados nos Açores por ano, em 2013, 1645 Milhões de euros superior ao valor atual, ao assumir um crescimento anual de 5.4 temos consciência de que estamos a lançar um ambicioso desafio à sociedade açoriana”, fim de citação.

Em contraponto, no presente debate o PSD e penso que os restantes Partidos que suportam o Governo respeitam democraticamente e sem qualquer adjetivação depreciativa as propostas do Partido Socialista, que não temos dúvidas certamente serão de forma séria e responsável analisadas por este Governo.

Quanto à previsão do crescimento então apresentadas, estamos em crer que não passou de uma afirmação de ocasião, sem qualquer fundamento ou base sustentável de previsão, porque a verdade é que dez anos depois,

contrariamente ao afirmado a situação na Região tinha-se degradado relativamente à média europeia.

Já no PO 2020, em matéria de convergência o Governo Regional de então, comprometeu-se com o objetivo de em 2020 a Região atingir entre 80 a 85% da média europeia, mas como já se referiu em 2020, o valor foi de 107.3, ou seja, verificou-se uma diferença de quase 15 pontos percentuais relativamente ao objetivo fixado.

Este insucesso relativo dos últimos 20 anos, todos eles de governação da responsabilidade do Partido Socialista, cujos principais protagonistas, são ainda os mesmos que participam neste debate, alerta-nos e reforça a importância do PO 2030...

Deputado Carlos Silva (PS): Estava escrito! Tem que atualizar esses documentos!

O Orador*: ...e no que diferente deverão assentar as políticas públicas regionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Porém, apesar da sua importância os Fundos Europeus, só por si não são a garantia do sucesso, bem como demonstram as duas últimas décadas, é imprescindível implementar políticas que possam potenciar os efeitos dos apoios financeiros, com estratégias adequadas ao crescimento económico, como por exemplo, a redução de custos do contexto das empresas, a melhoria dos transportes, a simplificação administrativa, medidas essenciais à captação de investimento externo.

Importa ainda acrescentar no debate sobre o PO 2030 a situação social dos Açores, enquanto Região com maior pobreza a nível nacional ou ainda os piores resultados na Educação e na Saúde.

Esta realidade convoca-nos para a necessidade da introdução do objetivo da convergência social, sem o qual, dificilmente teremos a convergência económica.

O PO 2030 será uma agenda de convergência dos Açores respondendo às recomendações europeias e aos respetivos regulamentos.

Sras. e Srs. Deputados

Duas das principais críticas apresentadas à anteproposta do PO 2030 centram-se na aparente redução das verbas no objetivo da competitividade das empresas e das transferências para o poder local, parece-nos que o Sr. Secretário das Finanças já esclareceu devidamente estas matérias, ainda que seja sempre possível introduzir alterações dentro dos graus de liberdade existentes, sendo certo que o financiamento dos apoios ao investimento das empresas não se esgotam necessariamente nos Fundos Europeus, mas importa esclarecer neste contexto, que entre o PO 2020 e a anteproposta ora em discussão as verbas disponíveis no FEDER baixaram de 820 para 690 Milhões de euros, ou seja sofreram uma redução substancial de cerca de 130 Milhões de euros, que é bom que o Partido Socialista que foi Governo explicasse essa opção, a qual foi herdada pelo atual Governo, por outro lado na aplicação destas verbas obrigatoriamente tem que ser alocados ao objetivo de hoje, promover a sustentabilidade ambiental pelo menos 30% das verbas do FEDER, excluindo as verbas afetas ao objetivo político RUP e ao apoio técnico, ou seja para além da redução significativa das verbas do FEDER os graus de liberdade na sua utilização são substancialmente reduzidos pelas regras Europeias, comparativamente ao PO 2020.

A redução das verbas do FEDER é compensada nos mesmos montantes pelo reforço das verbas do Fundo Social Europeu +, cuja aplicação terá uma função essencial no objetivo da convergência social.

Será da aplicação das verbas do Fundo Social Europeu + que muito dependerá o sucesso do PO 2030.

Termino na certeza que a versão final do PO 2030, incorporando melhorias decorrentes dos contributos recebidos será uma mais-valia para o futuro e para o sucesso das políticas públicas a bem dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo

Este debate foi pressupostamente organizado e solicitado no mês anterior por parte do Partido Socialista para reforçar a posição do Governo junto da União Europeia.

Eu tive a plena perceção que se tratava de uma emboscada, foi organizada pelo Partido Socialista, nunca acreditei na boa-fé, nesta oferenda de reforçar a posição do Governo e de dar um contributo positivo, tive a plena consciência que era uma emboscada...

Deputado Francisco César (PS): Faz todo o sentido!

O Orador*: ... aliás temos aqui a notícia em que se dizia que o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Vasco Cordeiro, reforçará, considera que o debate reforçará as condições políticas do Governo Regional na defesa daquilo que interessa aos Açores, ora o que nós aqui vimos por parte do discurso do Sr. Deputado Berto Messias, foi exatamente o oposto, foi uma espécie de intifada, apedrejar o Governo, tentar fragilizar o Governo no âmbito da proposta que aqui apresentou.

E devo dizer, portanto, só isso mostra, só isso mostra que o Partido Socialista nesta matéria como em tantas outras não tem uma posição construtiva...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador*: ... e também não tem uma posição construtiva a partir do momento em que o Partido Socialista aqui faz um conjunto de críticas e as propostas? E as propostas do Partido Socialista? Que propostas é que o Partido Socialista e o Sr. Deputado Berto Messias apresentou no seu discurso? Eu vou dizer-vos zero, zero, a tal participação construtiva, que aliás nunca aqui aconteceu no Parlamento, porque o Partido Socialista não colocava esta matéria em debate no Parlamento dos Açores, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é verdade!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador*: ... a verdade é essa, e, portanto, o que o Partido Socialista aqui fez foi apresentar e tentar destruir a posição do Governo, fragilizar a posição do Governo Regional exatamente o contrário do que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tinha solicitado quando preparou esta emboscada ao Governo Regional.

Portanto de propostas e alternativas zero, nada, nada. O Partido Socialista não tem nada para apresentar, podíamos era olhar para o seu passado, para a concretização e resultados obtidos pelo Partido Socialista nos anteriores programas e aí o que é que observamos? Aí observamos durante vinte anos 4 Mil Milhões de euros, que aqui foram investidos para se conseguir o quê? Alcançar convergência com a União Europeia e o que é que aconteceu em termos de resultados? É que a convergência com a União Europeia atingiu patamares muitíssimo baixos, ou seja aquilo que se pretendia que era convergir com a União Europeia não foi alcançado, tendo em conta o enorme investimento que aqui foi feito ao longo de todos esse anos e a enormidade dos meios financeiros de que os sucessivos Governos do Partido Socialista dispuseram, portanto aquilo que nós podemos constatar em relação ao passado é que as vossas receitas, a vossa ação, a vossa planificação não

resultou, não resultou e é por isso que V. Exas. em relação ao passado não legitima nada do que os Srs. agora disseram e para o futuro como já se viu, também, propostas zero, não têm nada para apresentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador*: E devo dizer também em relação a esta matéria, dizia o Bloco de Esquerda: bom, mas então onde é que estão as prioridades do Governo neste PO? E diz: bom no emprego, nas pessoas, na qualificação. Há realmente um desenho diferente do PO, em relação aos anteriores Governos, eu considero que esse é que é o caminho, é o caminho correto, é o caminho da formação, da aposta nas pessoas, em vez de uma aposta, que aquela que tem sido desenvolvida pelo Partido Socialista que não resultou, nós vamos apostar na qualificação das pessoas, no apoio às populações, na formação das pessoas e é nesse sentido, centrando esse esforço nestas áreas que nós consideramos que vamos ter resultados diferentes do que aqueles que o Partido Socialista conseguiu obter.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: E os resultados que queremos obter é uma maior convergência com a União Europeia e que estou absolutamente convencido que este é o caminho certo.

Isto não quer dizer que, e o Governo teve a humildade não só de adiar e dizer sim a este debate, a todas as propostas que chegassem dos diversos agentes e dos diversos agentes políticos, teve a humildade de o aceitar. Mas também o Governo acabou de pronunciar-se a esse respeito está à disposição para quem quiser apresentar boas ideias, para quem quiser fazer aquilo que há um mês era anunciado pelo Governo do Partido Socialista, reforçar a posição dos Açores, o que nós vemos aqui é que não foi isso que o Partido Socialista procurou.

Finalmente dizer, nesta primeira intervenção, Sr. Deputado Berto Messias não vale a pena, não vale a pena tentar criar discórdia como aquele romano antigo, no âmbito do Asterix, que tentava criar a discórdia no âmbito do...

Détritus, não vale a pena tentar criar a discórdia Sr. Deputado, eu devo-lhe dizer, ao longo destes meses que tenho a oportunidade de trabalhar junto do Sr. Presidente do Governo Regional, tenho constatado o quão injusta foi a minha apreciação antes das eleições, é alguém que tem uma liderança motivadora...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: ...e preparada e que está a mudar os Açores e eu quero dizer-lhe também que nos maus momentos e nos bons momentos eu vou estar ao seu lado, vou estar lealmente ao lado do Presidente do Governo dos Açores e se ele cair eu também caio, pode ter a certeza que vou estar até ao fim ao lado do Presidente do Governo dos Açores com lealdade que ele merece e com a liderança que ele tem exercido e que está a mudar os Açores em muito pouco tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Portanto em relação a esta matéria nenhuma dúvida, se era esse o seu propósito posso-lhe já dizer que não irá alcançar os seus objetivos, porque da parte do PPM nós vamos cerrar fileiras ao lado do Governo dos Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): Menos com os transportes!

O Orador*: e apoiar o Governo dos Açores no âmbito desta estratégia, isso sim para reforçar a posição dos Açores, coisas que os Srs. prometeram que vinham aqui fazer há um mês e coisa que os Srs. não fizeram. O que os Srs. vieram aqui fazer foi um exercício de irresponsabilidade, que é fragilizar a posição do Governo dos Açores e fragilizar a posição do povo dos Açores, foi isso que os Srs. aqui vieram fazer tentando desacreditar e falando em tudo, tudo, menos naquilo que é o documento que aqui está em discussão, o que mostra que não têm conteúdo para realizar essa discussão, não era isso que vos interessava, o que vos interessava era a crítica política, era a tentativa de

destruição do Governo dos Açores, num momento em que o Governo dos Açores enfrenta uma situação tremendamente difícil, que tem a ver com a circunstância da COVID, que nós tivemos que enfrentar e agora estamos a enfrentar uma situação internacional de guerra, de que tem impacto tremendo na economia dos Açores, na vida das pessoas e os Srs. não se lembram de outra coisa do que vir agora neste momento provocar mais atrito, mais desgaste na posição dos Açores, foi o que os Srs. aqui vieram fazer de uma forma absolutamente irresponsável, digo-vos até que esta atitude, na minha perspetiva, e eu acho, acho profundamente negativo que se faça política desta forma é que nas circunstâncias tão graves que a Europa enfrenta e que os Açores enfrentam, que os Srs. venham com este tipo de discurso absolutamente destrutivo, quando o momento é de elevação, é de termos propostas construtivas...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ora bem!

O Orador*: ...uma posição construtiva, que reforce a posição dos Açores e que beneficie o povo dos Açores. Os Srs. hoje não vieram fazer nada disso, os Srs. vieram numa atitude de guerrilha e de destruição dos interesses dos Açores.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, vamos dar continuidade aos debates da parte da tarde...para um protesto? Faz favor de fundamentar Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu peço um protesto tendo em conta as últimas afirmações do Sr. Deputado Paulo Estevão em que afirma que o Partido Socialista está neste debate para fazer guerrilha e destruir os interesses dos Açores, penso ser passível da figura regimental.

Presidente: Faz favor, tem 3 minutos

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado Sr. Presidente

Eu serei muito breve, este debate continuará à tarde e, portanto, teremos todos a oportunidade para discutir sobre este assunto, mas tendo em conta estas referências do Sr. Deputado Paulo Estevão não posso deixar de lembrar aquele que foi o trabalho do Partido Socialista nesta matéria, e que foi, aliás, reiterado também por mim naquela tribuna, que é o facto de o PS além de ter ouvido todas as entidades que eu referi também já deu nota pública do seu parecer relativamente a este Programa Operacional afirmados pela voz do Presidente do Partido Socialista dos Açores, em que levanta um conjunto de preocupações e faz também um conjunto de referências relativamente ao futuro da Região na aplicação desses Fundos, e, portanto não é absolutamente correto que se diga que o Partido Socialista está neste debate a fazer guerrilhas ou sem apresentar propostas, relativamente à segunda questão, Sr. Deputado Paulo Estevão sobre a tentativa de plantar discordâncias dentro da Coligação Governativa, devo dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem de fazer nenhum esforço, porque isto os Srs. fazem todos os dias.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estevão para um contraprotesto dispõe de dois minutos, faça favor.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo

Bem, se nós vamos fazer protestos cada vez que se diz que um Partido está a fazer guerrilha política, não fazemos outra coisa nesta casa.

Deputada Ana Luís (PS): E o resto? Aquilo que o sr. disse?!

O Orador*: A verdade é que o Sr. Deputado só para confirmar aquilo que eu lhe disse só terá que fazer uma coisa, é ler o discurso que fez, é ler o discurso que escreveu. E o que o Sr. fez foi em primeiro lugar: não apresentou uma única proposta, uma única proposta, isso é verdade reitero, o Sr. veio para o debate sem nenhuma, ali naquela intervenção inicial, o Sr. abre o debate com o quê? Com zero propostas para os Açores, é um facto. Depois quer dizer-lhe outra coisa o Sr. o que é que veio trazer aqui? Foi um conjunto de temas, o Sr. veio com as Agendas Mobilizadoras, o Sr. veio com tudo o que acha que fragiliza o Governo, o Sr. veio aqui para guerrilha política sim! Não tem outro nome, portanto o que o Sr. vem aqui fazer não foi nada de construtivo, não foi nada do que Partido Socialista tivesse dito antes.

Eu lembro-me há um mês o Sr. Presidente teve a benevolência de dizer: sim, sim, estamos aqui para um debate construtivo e o Sr. estava a dizer...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A benevolência?!

O Orador*: ...estavam a dizer da bancada do Partido Socialista, não, não, nós queremos que venha a debate, porque é preciso reforçar a posição dos Açores, foi isso que o Sr. aqui veio fazer?

Atacando o Governo dos Açores como o Sr. o fez, atacando o Governo dos Açores com argumentos que nem sequer têm nada a ver com o documento que está em causa, o Sr. vem aqui para a guerrilha política, não veio defender os interesses dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: E sabe porquê? Porque não tem projeto político, os Srs. são os mesmos que há poucos meses não tinham uma única ideia para apresentar no âmbito do Plano e Orçamento, apresentaram zero ideias, vêm discutir o PO e apresentam zero ideias, esse é que é o vosso problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, mas antes disso o Sr. Secretário vai anunciar os tempos sobrantes para o debate que tem continuidade à tarde. Faz favor Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente

O Governo Regional dispõe de 14 minutos e 43 segundos

O Partido Socialista de 13 minutos e 33 segundos

O PSD 16 minutos e 30 segundos

O CDS 14 minutos

O Bloco de Esquerda de 2 minutos e 40 segundos

O PPM de 2 minutos e 26 segundos

As Representações Parlamentares do CHEGA, IL e PAN de 10 minutos

O Sr. Deputado Independente de 5 minutos.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Bom almoço a todos, até logo.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Presidente: Muito boa tarde Sras. e Srs. Deputados

Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com o debate de urgência proposto pelo Partido Socialista sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 2030.

A Mesa neste momento não tem inscrições, pergunto se há inscrições? Sr. Deputado José Pacheco faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sra. e Srs. Membros do Governo

Ouvindo o que ouvimos aqui pela boca do Sr. Caríssimo Deputado Berto Messias, que hoje até veio um bocado à sport para falar desse tema, eu fiquei na dúvida se estávamos a falar do PO ou se estávamos a falar de outras coisas.

Se é para falar sobre o PO, pois há muita coisa que já tive oportunidade de dizer ao Sr. Presidente do Governo na anteproposta, na apresentação, que aqui temos que ter o cuidado de valorizar e de apoiar as famílias, as pequenas empresas, uma chamada de atenção que fiz na altura ao Sr. Presidente também, a cultura cruzando também com o turismo, aguardamos todos por um plano turístico para a Região a médio/longo prazo, uma série de coisas, por exemplo, podíamos falar aqui de uma coisa que é a importância de se comprar as empresas açorianas, e, talvez fosse bom um dia nós olharmos para as faturas e perceber o que é que é 16% e o que é que é 23%, 23% seguramente é comprado fora, já lá vai o tempo com gráficas a passar maus bocados na Região, algumas até fecharam, e os livros eram feitos em empresas do Continente, quando não eram feitos em empresas da Espanha.

Eu penso que esse tipo de coisas nós temos que mudar e temos que apoiar o nosso tecido empresarial e o PO para isso é que serve.

Mas se calhar não estávamos a falar disto, o tema até deste debate de urgência podia ser a necessidade e a grande urgência de se vender frigoríficos no Alasca, era igual. Porque no fundo qual foi a leitura que eu fiz e penso que não estou errado, no fundo é encapotada moção de censura que não é moção de censura. Eu acho que se o PS quer fazer uma moção de censura, está no sítio certo, faça o favor de apresentar e depois vemos o resultado vir aqui falar da casa dos outros da forma como se falou, acusando sem acusar, mas sempre tentando falar do PO eu fico um bocado baralhado, confesso.

Se é para falar do PO, muito bem, se é para apresentar uma moção de censura, muito bem, se é para fazermos isso tudo que os Srs. estão aqui a dizer atrás é apresentar uma moção de censura e vamos ver o resultado.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Parece-me que isso foi mais um desejo do que propriamente...

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, pergunto se há mais inscrições?
Sr. Deputado Berto Messias faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu gostaria de usar da palavra para dar duas ou três notas que me parecem muito relevantes e que decorrem daquela que foi a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e, que nos preocupam.

O Sr. Secretário fez uma intervenção depois de mim, relativamente àquelas que são as prioridades do Governo Regional no âmbito desta anteproposta e da suposta proposta que foi aqui referida, mas que não é conhecida por nenhum dos Deputados deste Parlamento e eu fico preocupado porque o Sr. Secretário reitera aquilo que eu disse daquela tribuna, o Governo está isolado relativamente a esta matéria e está de costas voltadas para as forças vivas dos

Açores, quando diz: “nós estamos convictos da adequação desta anteproposta do PO 2030”, o Sr. Secretário não percebeu absolutamente nada daquilo que foi dito e das posições públicas que foram tomadas pelos Parceiros económicos e Sociais da nossa Região nos últimos dias, nas últimas semanas, e, naturalmente que olhamos para isso com muita preocupação, porque não é apenas o Partido Socialista que afirma, são todos os Parceiros, os Municípios, os Representantes da Sociedade Civil que afirmam perentoriamente que esta anteproposta não serve os problemas da Região, não serve as preocupações que devemos ter para o futuro e não garantem aquelas que são as reformas necessárias na sociedade açoriana.

E, portanto, lamento que o Sr. Secretário, que foi, aliás, corroborado pela intervenção do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o Sr. Secretário Bastos e Silva e o PSD assumem que estão de costas voltadas para estes Parceiros e que não querem alterar minimamente esta anteproposta e isso obviamente preocupa-nos imenso e era esta questão que gostaria de afirmar, até porque Sr. Secretário *não bate a bota com a perdigota*, o Sr. diz que quer fazer crescimento, quer implementar políticas para crescimento, mas o Sr. faz de uma anteproposta uma proposta para redução de 100 Milhões de euros nos apoios à competitividade empresarial, portanto diga o Sr. o que disser ai do seu lugar, aliás, sabendo nós a forma como a sua credibilidade política está profundamente afetada depois pela forma como conduziu o processo das Agendas Mobilizadoras, o Sr. diz que quer fomentar o crescimento e o desenvolvimento mas propõe, e isso é um facto indesmentível, propõe que para o apoio à competitividade empresarial nós tenhamos menos 100 Milhões de euros na aplicação de fundos comunitários da nossa Região, e, portanto *não bate a bota com a perdigota*, e lamento que o Sr. continue fechado sobre si próprio e não oiça todos os Parceiros que tem vindo, genericamente a criticar profundamente esta anteproposta.

E para terminar não posso resistir Sr. Deputado António Vasco Viveiros, V. Exa. enfim, numa atitude e numa referência provocatória à minha pessoa,

referindo ao resultado que eu obtive nas últimas eleições autárquicas em setembro de 2021, deixe-me dizer-lhe Sr. Deputado que quanto a derrotas em Câmaras Municipais temos isso em comum, V. Exa. também perdeu as eleições na Câmara da Lagoa.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: E, permita-me esta breve referência, tem que a fazer porque foi V. Exa. que suscitou esse assunto, eu julgo que perder por 300 votos é diferente do que perder por mais de 2100 votos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Estamos num debate de urgência para falar sobre o próximo Programa Operacional 2030.

Efetivamente para a Região Autónoma dos Açores as verbas que a União Europeia tem disponibilizado ao longo das últimas décadas têm sido fundamentais para o nosso desenvolvimento económico e para o nosso desenvolvimento estrutural e também para o nosso desenvolvimento social. São portanto programas importantíssimos para a Região e que merecem de todos nós uma atenção redobrada, não só do Governo, mas também de todos

os Partidos e é bem vinda toda a crítica que possa ser feita, mas também é mais bem vinda toda e qualquer proposta construtiva...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou uma exigência!

O Orador*: ... que se possa fazer para tornar a utilização destes fundos mais abrangente, mais justa e mais equitativa, e, chegados a este momento do debate, ainda não vimos da parte do proponente deste debate de urgência nenhuma proposta, fosse ela construtiva ou até mesmo destrutiva, relativamente a esta matéria, limitaram-se a apresentar um conjunto de críticas, mas propostas construtivas ainda não as vimos.

Deputado Carlos Silva (PS): Certamente o Sr. vai fazer!

O Orador*: Há aqui um grande mérito nesta anteproposta e que é o facto de ter sido colocada em debate público, pela primeira vez nos Açores houve uma anteproposta do Plano Operacional que foi a debate público e onde, não só os parceiros económicos se puderam pronunciar, como também toda a população dos Açores teve acesso ao documento e pode fazer a sua crítica ou a sua proposta construtiva caso o desejasse.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados estamos perante um novo paradigma de fazer política, de fazer política com os Fundos Comunitários, que é a nova política do diálogo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador*: Da parte desta Coligação há abertura para o diálogo, o Sr. Secretário já o disse no início deste debate que todos aqueles pareceres que foram recebidos por parte do Governo serão tidos em consideração e serão introduzidos, na medida do possível na proposta final do Programa Operacional, e, eu digo na medida do possível, porque se há Deputados nesta câmara que tenham obrigação de saber as regras e sobretudo as condicionantes que se colocam ao novo Plano Operacional são exatamente os Deputados do Partido Socialista, porque as verbas foram negociadas no tempo em que o Partido Socialista ainda era Governo e os dinheiros...

Deputado Gustavo Alves (PPM): É verdade!

O Orador*: ...do FEDER e do Fundo Social Europeu foram definidos em negociação com o Governo da República antes das últimas eleições regionais.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Deputado, isso não é para si!

O Orador*: Portanto antes do Governo desta Coligação e, portanto, são factos, está na comunicação social, Srs. Deputados consultem o site do Partido Socialista e vão encontrar no dia 10 de setembro uma Conferência de Imprensa do Sr. Deputado Vasco Cordeiro a anunciar que tinha terminado as negociações com o Governo da República, e, portanto, anunciou as verbas e anunciou as regras.

Sr. Deputado eu sei que o incomodo, o Sr. Deputado Berto Messias fica incomodado que se diga publicamente a verdade, eu compreendo, eu compreendo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Uma coisa é o envelope financeiro, outra coisa é a sua distribuição!

O senhor está a meter-se num caminho muito sinuoso! O Sr. Presidente do Governo sabe disso

O Orador*: Mas o que eu estou dizendo, Sr. Deputado o que eu estou dizendo até está no site do vosso Partido e portanto ao longo das últimas décadas os Açores receberam muitos Milhões de euros para o seu desenvolvimento e houve desenvolvimento, não podemos negar que temos mais e melhores estradas, mais e melhores unidades de ensino e de saúde, é inegável, houve desenvolvimento, no entanto chegados a 2022 e olhando para a convergência, para o gráfico da convergência com a União Europeia os Açores divergem não convergem como deveriam ter convergido e portanto, está na hora de mudar também a política da aplicação dos fundos e ir à génese à raiz do problema e essa raiz do problema está nas pessoas, está na

capacitação das pessoas, está em dar às pessoas condições, condições de boa saúde, condições de boa educação, uma sólida formação escolar e profissional, para poderem também ser mais produtivos, mais inovadores e com isso alavancar a nossa economia. E é isso que está patente nesta anteproposta do Plano Operacional.

Deputado Berto Messias (PS): Não é não!

O Orador*: Reflete uma nova aposta, uma aposta nas pessoas, exatamente nessas condições fundamentais para que os açorianos se possam desenvolver mais e melhor e dessa forma poderem contribuir também mais e melhor para os Açores e para a nossa economia.

Porque o legado que o Partido Socialista nos deixou vai demorar imensos anos a corrigir, uma taxa de abandono escolar precoce que é o triplo da média nacional, uma mortalidade infantil o dobro da média nacional, uma esperança média de vida à nascença inferior em 3 anos à do País, e portanto, se durante muitos anos tivemos acesso a cerca de mais de 4 Mil Milhões de euros, para desenvolver os Açores, como é possível chegados a esta altura ter esta divergência até com os indicadores do nosso próprio País? E esta herança é uma pesada herança e vamos ter que atacá-la e vamos atacá-la exatamente com o empenho e determinação naquilo que é a área social e portanto são os apoios à infância, para as crianças, o combate ao despovoamento que também passa pela criação nas nossas ilhas, em todas as ilhas de condições mínimas para que as pessoas sintam que é possível lá viver em conforto e o combate à pobreza e uma aposta forte na formação e na formação de ativos ao longo da vida e por ai, também é um contributo...

Deputado Berto Messias (PS): Há uma redução de **20 Milhões de euros??**.

Orador*: ...embora que indireto, um contributo muito importante para as empresas.

O Sr. Deputado Berto Messias está dizendo que há uma redução muito significativa de **100 Milhões de euros??**, Sr. Deputado Berto Messias V. Exa. não esteve atento à Conferência de Imprensa do Sr. Deputado Vasco

Cordeiro, quando ele anunciou os novos montantes do FEDER e os novos montantes do Fundo Social Europeu.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si!!

Orador*: Está lá, na nota de imprensa, o FEDER tem menos 130 Milhões de euros e o Fundo Social Europeu tem mais 130 Milhões de euros, portanto foi negociado pelo seu Partido uma redução no FEDER...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Isso não é verdade, isso é mentira!

O Orador*: ...redução essa que o Sr. agora reclama que faz falta nas empresas, ó Sr. Deputado...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: ... Ó Sr. Deputado, se o FEDER é para as empresas, se o novo FEDER tem menos 130 Milhões de euros e se o Sr. diz que faltam 100 Milhões de euros às empresas, ó Sr. Deputado, exatamente faltam 100 Milhões de euros às empresas como ainda faltam mais 30 Milhões de euros noutra qualquer, é só matemática.

E, portanto, lamentamos é que chegados a esta altura do debate a gente ainda não tenha visto por parte do Partido Socialista nenhum contributo positivo para aquilo que há de ser a nova proposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque me parece que há um conjunto de cortinas de fumo que se querem criar à volta deste assunto.

Em primeiro lugar o facto de estarmos aqui, ouvimos da parte da manhã considerar que o facto de estarmos aqui a discutir este assunto era um ato de benevolência da parte do Sr. Presidente do Governo, não, não é um ato de benevolência, é um direito que assiste a este Parlamento e o Sr. Presidente do Governo, também é importante dizê-lo, que na altura que foi lançado o desafio disse: sim, estamos disponíveis para isso, mas não estava sequer na sua vontade impedir ou dificultar que este debate tivesse lugar.

E, portanto, não é ato de benevolência nenhum, é um direito e diria mais um dever que esta casa cumpre.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora, como antes!

O Orador*: Em segundo lugar, esta proposta que aqui está em apreciação é uma proposta ao contrário daquela ideia que o Sr. Deputado Pedro Pinto quis fazer passar da exclusiva responsabilidade deste Governo, o anterior Governo não afetou verbas em relação a áreas de investimento, os Srs. têm declarações minhas, como Presidente do Governo a dizer que exatamente esta era uma das matérias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não foi isso que ele disse!

O Orador*: ... que era deixada ao próximo Governo.

As limitações que existem nesse aspeto, tanto existiam antes como existem agora, que são aquelas que decorrem da regulamentação Comunitária que impõe a afetação de determinadas áreas, mas o facto é que naquilo que é a disponibilidade deste Governo e a capacidade de decisão deste Governo é claro, há uma redução de verbas do FEDER para a área social, há uma redução de verbas para as empresas, Sr. Deputado Pedro Pinto consulte melhor os seus dados, o FEDER não se destina às empresas e o FSE a outra coisa, tem que ver melhor esta parte, porque parece-me que há aí um lapso.

Mas há uma outra questão que evidencia com particular clareza...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma contradição

O Orador*: É? Exatamente Sr. Deputado João Bruto da Costa, é uma contradição, os Srs. recordam-se o que é que se dizia em relação aos Orçamentos e à ação dos Governos do Partido Socialista anteriormente? “Não, não, nós temos que acabar com a subsidiação, o que é preciso é criar riqueza, o que é preciso é dar condições à economia privada para gerar riqueza” e hoje o que é que se diz? “Não, não, é preciso é fortalecer a parte social, para dar força à economia”.

Os Srs. *estão no mato sem cachorro*, os Srs. estão numa contradição insanável ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: ... em relação àquilo que querem, àquilo que sabem ou àquilo que pensam querer, quanto a este Programa.

Como é que os Srs. insistem na questão da falta de convergência? Cito: “*Entre 2000 e 2020 a análise da dinâmica de convergência das Regiões Portuguesas demonstra uma trajetória de coesão interna, mas divergência face à média da União Europeia, em contraciclo a Região Autónoma dos Açores experienciou uma trajetória positiva, tendo convergido positivamente com a União Europeia em termos de PIB e ganho de população durante este período, sendo verdade que a coesão interna observada nas Regiões NUTS II...*”, ouçam! Já que não leram, ouçam! “*Nas Regiões Portuguesas é uma ilustração de um processo de coesão não virtuosa, em que a aproximação dos desempenhos económicos internos correspondem a uma trajetória de divergência face à média da UE28, as Regiões NUTS II que verificam maior crescimento são em média as que se posicionavam na retaguarda no início do período* **impercetível 00:21:54** *de forma lenta e insuficiente, se*

aproximaram da média Comunitária, como é o caso da Região Autónoma dos Açores”. Eu estou a citar aquilo que consta da anteposta do Programa Operacional elaborada pelos Srs., por este Governo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Como é que os Srs. chegam aqui e dizem, não, não, ninguém convergiu quando este Governo escreveu exatamente o contrário? O que é que não bate certo? É a vossa declaração ou é o que está escrito? Como é que os Srs. chegam a este Plenário e dizem: este foi o processo mais participado de sempre, inédito, inédito, mas os Srs. privilegiam a forma e têm razão é verdade, mas esquecem-se da substância, este é o documento mais criticado de sempre, por Parceiros Sociais e por todos aqueles que têm a ver com a execução do próximo Quadro Comunitário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Como é que os Srs. chegam a este Plenário e dizem o seguinte:
...

Deputado Bruno Belo (PSD): Na sua altura ninguém resolvia!

O Orador*: ...Não, isto é só um problema, Sr. Deputado Bruno Belo se me der o gosto, se a minha intervenção estiver a interromper os seus apartes por favor diga-me.

Como é que os Srs. chegam a este Plenário e dizem: Sr. Secretário fiquei com essa impressão, isso é tudo um problema de verbas, todos pedem mais, e, portanto, todos pedem mais? Não, os problemas não são só esses, os problemas são que há dados desatualizados nesta Proposta e os Srs. querem uma Proposta concreta para resolver isso? Atualizem os dados!

Como é que os Srs. reduzem isso a uma questão de disputa de verbas, quando há um problema de falta de estratégia naqueles que são os setores, a

abordagem, a utilização destes Fundos? Como é que os Srs. dizem que é um problema de falta de verbas, quando não têm objetivos quantificados para alcançar em 2027? Não é apenas um problema de falta de verbas.

O PS no PO 2020 tem objetivos quantificados! E, portanto, este problema que aqui está em causa vai muito para além da questão da falta de verbas.

Srs. Deputados como é que os Srs. chegam aqui a dizer, não, porque as Empresas, nós temos que fortalecer a capacidade das Empresas, quando este Programa Operacional, segundo a vossa Proposta, é aquele que em relação ao Programa Operacional anterior tem menos dinheiro disponível para as Empresas Privadas percentualmente? Mais de 2/3 das verbas deste Programa Operacional definido por este Governo retira qualquer possibilidade das Empresas Privadas concorrerem a elas. Sim Sr. estamos a falar de 786 Milhões de euros dirigidos à Administração Pública e Entidades Equiparadas e 354 Milhões dirigidos às Empresas Privadas, se aferirmos isso segundo o critério dos beneficiários, aquilo que elas se podem candidatar, como é que os Srs. chegam aqui e dizem com o maior desprante deste mundo: não, não, isto é um problema apenas de verbas? Não é apenas disputa de verbas, é uma opção estratégica que mais do que errada é inexistente, os Srs. *estão no mato sem cachorro*.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Como é que os Srs. falam de falta de contributos? No dia 25 de fevereiro, dia limite para apresentação de contributos, o Partido Socialista/Açores apresentou um contributo escrito para essa discussão...

Deputada Andreia Cardoso (PS): muito bem!

O Orador*: ...salientando esses aspetos, sinalizando esses aspetos, e os Srs. chegam aqui querem que nós fiquemos calados apenas porque dizem: vamos considerar. Vamos considerar? Pior não é só ficar calados, porque aquilo que se ouviu aqui esta manhã é que quem não está com este Governo, está contra os Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador*: Onde é que isto já se viu? Onde é que isto já se viu?

Não Sr., não Sr., o que o Sr. Deputado Paulo Estevão disse hoje de manhã é que pelo facto de suscitarmos este debate, de levantarmos estas questões, estávamos a colocar em perigo os interesses dos Açores, sim Sr., nós chegamos a isso, não, não podemos chegar a isso, porque isso é cair a máscara àquela que é uma maioria absoluta, que cada vez mais se distingue pela arrogância, por se fechar, por se entrincheirar, como este debate prova bem!

Os Srs. acham que têm toda a razão e deste lado estão todos errados.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Para concluir esta intervenção, há uma conclusão muito perigosa entre aquilo que é o interesse do Governo e o interesse da Região feita pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, e, eu não posso de maneira nenhuma deixar passar este aspeto em claro.

Por último, julgo que a forma como esta maioria se coloca em relação a este assunto foi bem expressa pelo Sr. Deputado José Pacheco, o Sr. Deputado José Pacheco há falta de argumentos para contestar o mérito das críticas que o Partido Socialista faz, das observações que o Partido Socialista faz, a única coisa que lhe resta é o argumento da força, apresentem uma moção de censura e nós depois vamos ver o que é que isso dá.

Isso é a confissão última da incapacidade de V. Exas. para vencer pelo mérito das vossas políticas...

Deputado José Pacheco (CH): Tenham coragem!

O Orador*: ...pelo mérito das vossas opções, pelo mérito daquilo que deve ser o futuro desta Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: E por último, escandalizaram-se todos quando o Sr. Deputado Berto Messias salientou algumas questões, algumas questões, que segundo os Srs. não têm nada a ver com o PO, mas isso é a prova que os Srs. *estão no mato sem cachorro*, os Srs. não estão a perceber que enquanto estão distraídos com as guerrilhas internas não estão a tratar daquilo que é preciso, que é a execução dessas verbas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: Os Srs. acham que a taxa de execução do PRR nos Açores cujo prazo limite de candidatura termina para o ano é boa? Os Srs. acham que nós estamos adiantados na preparação do Programa Operacional? Os Srs. acham isso? O tempo está a passar e os Açores correm o risco de perder aquela que é uma oportunidade única para a nossa Região e correm o risco de perder pela vossa incompetência e por estarem distraídos em guerrilhas internas em vez de estarem fixados naquilo que era essencial, que era fazer os Açores andarem para a frente, mas mais...

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador*: Já termino Sr. Presidente.

O máximo que se pode dizer desta Proposta é algo muito simples e é algo que revela mais uma vez o desnorte e a incapacidade deste Governo, onde este Governo poderia mudar, não muda! Onde este Governo podia inovar, não inova! Onde este Governo podia revolucionar e reformar, não faz nada! Está decidido a ser indeciso, está decidido a ser indeciso! Esta Proposta visa mais manter o *status quo* que vem do passado do que em mudar aquilo que é necessário mudar, os Srs. são incapazes de mudar aquilo que o Partido

Socialista se tivesse no Governo já teria mudado mesmo em relação às suas Propostas, mesmo em relação às suas Propostas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador*: E a única coisa que é lamentável neste caso, é que o que está aqui em causa nem sequer é um prejuízo para o PSD, para o CDS, para o PS ou para qualquer outro Partido, o que está aqui em causa fruto da vossa incapacidade, é um prejuízo para os Açores e para os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, o Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sim, realmente o debate de urgência trazido aqui pelo Partido Socialista na voz do Sr. Deputado Berto Messias que de forma muito pausada não se poupou às críticas à fragilidade governativa do Governo maioritariamente constituído pelo PSD, não se poupou às críticas à fragilidade também do apoio parlamentar, não se poupou às críticas na gestão das sensibilidades dos elementos que constituem o Governo e toda a estrutura governativa. Sim, é verdade, e não é mentira, temos que perceber que perante todos os elementos

que eu aqui identifiquei fazer a gestão da Região, nomeadamente em termos de políticas, mas também financeira, não é tarefa fácil e, lá está, e eu em tempo próprio fiz também as minhas observações ao PO 2030, onde identifiquei precisamente que, e aquilo que é voz corrente nas críticas, que esse PO 2030 está muito focado naquilo que é uma área social e menos focado naquilo que pode ser investimento reprodutivo, que possa trazer melhor qualidade de vida a prazo ao povo açoriano, todos nós fizemos esse tipo de crítica, o documento não está fechado, como o próprio Governo já o assumiu, é por isso que se chama uma anteproposta, é certo, mas convém irmos um pouco atrás, ir um pouco atrás e perceber que perante todas as falhas apontadas pelo Partido Socialista há que perceber uma realidade que aconteceu antes disso, é que houve outros PO's antes do 2030 que foram geridos por um Partido Socialista que não teve a fragilidade da gestão de três Partidos a constituírem o Governo, que não teve a fragilidade de uma constituição em termos de apoio parlamentar numa Assembleia gerida por vários Partidos, mas sim de apenas um único Partido e que recordemos, e como já foi aqui dito, 4 Mil Milhões de euros depois, vinte anos depois, algo melhorou, e não tenhamos dúvidas, algo melhorou e tudo o que foi feito eu não tenho dúvidas que há de ter sido feito de boa fé, mas convínhamos, é que foram 4 Mil Milhões de euros depois mais o aumento da dívida da Região o que dividido isso pelos açorianos, umas contas que eu gosto de fazer, dá aproximadamente 30 Mil euros por pessoa. Ora, digamos o que é que 30 Mil euros por pessoa ao fim de vinte anos melhorou a condição de vida dos açorianos? Melhorou nessa proporção? 30 Mil euros por pessoa? Não! Não melhorou, não melhorou, mas dá o estatuto moral do Partido Socialista agora comentar que este PO vai falhar. Pois se esse PO falhar, como é possível que falhe é para já consequência de outros PO's que deviam ter incidido basicamente na melhoria da qualidade de vida dos açorianos e que 20 anos depois não o conseguiram fazer, porque agora o que está em causa é que temos aqui um PO muito mais restrito em termos de âmbito de atuação, que

tem às costas a obrigação de resolver problemas sociais herdados depois de 20 anos e mais problemas estruturais também herdados depois de mais de 20 anos e aqui não há inocentes, portanto o Partido Socialista não pode se demitir dessa sua responsabilidade porque ele é pai, mãe e tio, avô e padrinho desses problemas que temos hoje...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador*: ..., portanto isto não é assim. Façamos todos o nosso ato de contrição e o Partido Socialista tem muitos para fazer, relativamente a essa situação.

Portanto não venha o Sr. Deputado Vasco Cordeiro agora dizer que isso não é um problema do PSD nem do Partido Socialista, que é um problema às costas dos açorianos, é sim Sr., Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é sim Sr. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é um problema às costas dos açorianos, não tenhamos a menor dúvida disso, mas vocês têm responsabilidade disso, o Partido Socialista tem responsabilidade disso, porque os governos do Partido Socialista com as suas maiorias claras, com o apoio parlamentar nessa Assembleia Regional, com o apoio da Assembleia da República e do Governo que maioritariamente era do Partido Socialista, com o apoio das Câmaras Municipais que maioritariamente eram do Partido Socialista, com o apoio das Juntas de Freguesia que maioritariamente eram do Partido Socialista e não conseguiram fazer melhor do que isso?

É pena Sr. Deputado Vasco Cordeiro, isso é um peso que o Sr. carrega às suas costas, o Sr. e toda a sua bancada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, o Sr. Deputado também esgotou o seu tempo para este debate.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Presidente eu gostaria de fazer uma interpelação porque me parece útil, tendo em conta tudo aquilo que tem sido referido, e, portanto, eu gostaria de informar V. Exa. que vou fazer chegar à Mesa o parecer do Partido Socialista/Açores relativamente à anteproposta de Programa Operacional Açores 2030, é a nossa posição, as nossas propostas, a nossa pronúncia sobre aquilo que é apresentado nesta anteproposta e, portanto, vou fazer chegar à Mesa e gostaria que V. Exa. pudesse distribuir isto por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Berto Messias, assim que a Mesa rececionar o documento fá-lo-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sei que V. Exa. não tem tempo, serei muito telegráfico.

A eloquência dos seus argumentos, tentou usar a eloquência para esconder a fragilidade dos seus argumentos, porque diz que este documento é o mais criticado de sempre, é natural que seja o mais criticado de sempre, porque eu apelo à memória dos Deputados mais antigos que me ajudem, mas eu não

tenho memória de alguma vez na região Autónoma dos Açores ter havido uma anteposta do Programa Operacional em audição pública.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: E, portanto, é perfeitamente natural. Depois, também usou o argumento que tem menos dinheiro para as Empresas, pois, mas eu fiz essa conta, eu fiz essa conta...

Deputado Carlos Silva (PS): Está mal feita essa conta!

O Orador*: ...se o próprio FEDER tem menos 100 Milhões de euros, portanto tem menos dinheiro disponível para as Empresas, no entanto, as Empresas também podem ir buscar dinheiro não só no objetivo específico 1, mas também podem ir ao objetivo do ambiente e podem ir ao objetivo da Europa Mais Social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então, o senhor está a contradizer-se!

O Orador*: E a formação ao longo da vida vai beneficiar indiretamente as Empresas. Portanto o Sr. Secretário hoje de manhã abriu a sua intervenção dizendo isso, que há a possibilidade de haver um aumento significativo para as Empresas por via indireta, isto está aqui e, nesta altura do debate V. Exa. insiste que faltam Milhões e Milhões para as Empresas, a gente percebe que este é o vosso argumento, mas é matemático, se o FEDER tem menos 100 Milhões, esses 100 Milhões vão ter de faltar nalgum lado, é matemática. E, portanto, e depois, usa o argumento que vem desde a tribuna, desde esta manhã, de que andam entretidos em guerrilhas internas, mas ó Sr. Deputado estamos aqui para falar do PO ou estamos aqui para falar de outras coisas? E, portanto, também diz que há atrasos nas candidaturas, mas as candidaturas só podem ser feitas depois de fechado o acordo de parceria, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador*: ...que o próprio Governo da República ainda não fechou, e, portanto, V. Exa. os argumentos que usa são fracos, pela primeira vez estamos fazendo uma coisa completamente transparente, as Pessoas e os Parceiros Sociais fizeram os seus contributos, dentro daquelas regras que V. Exa. não quis dizer, o dinheiro vai ser redistribuído, porque V. Exa. não disse que uma das regras é que 30% do FEDER tem que estar adstrito ao ambiente...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador*: ... logo isso, faz com que essa fatia do FEDER não possa ser disponibilizada para outras matérias, isso dá à volta de 200 Milhões de euros. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Vozes dos deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Há cerca de um mês concordamos com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quando sugeriu e desafiou esta câmara para que estivéssemos aqui discutindo o Programa Operacional 2030, como forma de contribuímos para a sua melhoria e para a concretização que todos desejamos de levar a bom porto, passo a expressão, o desenvolvimento destas ilhas, utilizando da melhor forma este que é, talvez o melhor instrumento financeiro, o mais substancial instrumento financeiro que alguma vez esta Região já teve se conjugarmos o PO 2030 com o Plano de Recuperação e Resiliência.

Também o disse daquela tribuna, se bem que já estou habituado a que façam leituras pouco claras daquilo que me vou esforçando por dizer.

Este é mais um processo que, não obstante ter sido de auscultação pública, ela foi *senão para inglês ver*, desde logo porque a anteproposta aparece vinte minutos depois da última audição aos Parceiros Sociais e aos Partidos Políticos e até citando aquilo que está no parecer do Conselho Económico e Social dos Açores, a própria anteproposta, segundo o parecer do Conselho Económico e Social, foi dado pouco tempo aos Parceiros Sociais para a analisar.

Podia até ir aqui às considerações finais, começando por dizer que este documento, vou citar: *“analisando o documento da anteproposta do PO 2030 colocada à discussão pública constata-se que incorpora...”* ouça-se: *“um diagnóstico pouco informativo e uma fundamentação técnica pouco desenvolvida, justificando-se que seja revisto no sentido de uma melhor explicitação das áreas que efetivamente constroem a competitividade da economia açoriana”*, é uma citação do Conselho Económico e Social que penso não será um instituto de somenos importância para a governação dos Açores.

E, de facto, o que essa anteproposta encerra é um conjunto de informações que não definem um sentido estratégico para a Região Autónoma dos Açores, que assenta em dados estatísticos de 2019, portanto, ultrapassados, e que, retira à competitividade empresarial um conjunto significativo de apoios, concordamos, de facto com o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista neste debate e esperávamos que dele, Partido Socialista, também viessem melhores propostas, aliás aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer aqui, numa interpelação à Mesa, podia tê-lo feito daquela tribuna, tínhamos ficado todos muito mais bem esclarecidos.

Deputado Berto Messias (PS): Também fiz, Sr. Deputado!

O Orador*: Mas isso não retira, isso não retira o conjunto de vaguidades que o Plano encerra, e, aí, perdoe-me Sr. Presidente do Governo, não vale

auscultar, fingindo que se ausculta, não vale introduzir pequenas alterações fingindo que se ouvem os Parceiros Sociais e os Parceiros do Governo ou de incidência Parlamentar.

É preciso de facto alterar o modo de fazer, é preciso de facto revolucionar a economia açoriana, é preciso de facto transformar os Açores numa Região mais próspera, socialmente mais equilibrada e com mais equidade, é preciso de facto fazer chegar esses Fundos às Pessoas, não só às Empresas, mas também às Pessoas, porque chegando às Pessoas, ele acaba por chegar às Empresas, chegando às Empresas nós não temos a certeza que chega às Pessoas, mas, não podemos deixar de dizer que de facto este Plano é um Plano que assenta em premissas que já não são verdadeiras e que assenta, e que não tem em todo o seu conjunto um sentido estratégico para a Região Autónoma dos Açores.

Há setores que não estão sequer contemplados de forma clara, de forma evidente neste Plano Operacional 2030.

Nós temos de facto que fazer melhor se quisermos chegar ao fim da legislatura e podermos dizer aos açorianos: os Açores hoje estão melhor do que estavam em 2020, caso contrário este é um falhanço e este falhanço é em primeiro lugar do Governo que V. Exa. dirige, porque é a V. Exa. que cabe definir as políticas neste campo específico que é a definição do Plano Operacional 2030.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado António Lima, faça favor Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Chegados aqui a esta fase do debate de uma matéria que é por demais importante para o futuro da Região, pelo seu caráter estruturante e de médio prazo, eu confesso que esperava outro tipo de consequência das críticas que têm sido feitas ao Governo, e, que foram mesmo agora, relativamente a este Plano.

Ao Plano, mas também à atuação do Governo, e não falo das críticas da oposição, falo das críticas dos Partidos que suportam o Governo, e, o Sr. Deputado Nuno Barata acabou de criticar de forma algo suave, mas com alguma incisividade o Plano, mas aqui há dias o Sr. Deputado fez uma crítica que me parece muito mais acutilante, relativamente à atuação do Governo.

Escrevia o Sr. Deputado Nuno Barata da Iniciativa Liberal o seguinte e cito:

“Estamos perante um Governo que está exonerado há meses e que só os três Partidos da Coligação ainda não perceberam que o está.” Ora, estava à

espera, que neste debate perante uma matéria tão importante para a Região, a Iniciativa Liberal tirasse outras conclusões e anunciasse outras conclusões neste debate, não o fez. Estava à espera, também, que o CHEGA, para além de vir aqui dizer que vota contra qualquer moção de censura que vise derrubar este Governo, fosse consequente com aquilo que disse há alguns meses após a aprovação do Orçamento para 2022 numa entrevista em que dizia que se as suas exigências não fossem concretizadas até janeiro ou fevereiro tirava o apoio político ao Governo. Ora as exigências de remodelação, de criação de uma medida para a natalidade que exclui os mais pobres não foram satisfeitas, o que é que faz o Sr. Deputado? Chega aqui e diz que vota contra qualquer moção de censura que vise remover este Governo do poder. E, também, não posso deixar de dizer Sr. Presidente do Governo, o que é que faz o Sr. Presidente do Governo aturar todas as faltas de respeito, as demissões de Secretários Regionais por membros da Coligação, líderes partidários da Coligação, o anúncio de demissão de Secretárias Regionais por Diretores Regionais, dirigentes da Administração Pública que nem Membros do Governo são? O que é que leva o Sr. a aturar

tudo isto? As faltas de respeito pela Autonomia por parte de Partidos que a partir de Lisboa tratam assim de forma insultuosa os Órgãos de Governo Próprio? O que é que leva que esta confusão, que esta degradação da vida política que se vive nos Açores subsista apesar de tudo? Só sei que não é a defesa dos Açores que leva a tudo isto, não é a defesa dos Açores que explica tudo isto!

O que explica tudo isto é uma e tão somente uma coisa: a manutenção do poder a todo o custo! É isso que une PSD, é isso que une CDS, é isso que une PPM, CHEGA e Iniciativa Liberal, estes últimos que dizem que o Governo está demitido, mas chegam aqui e dizem que no caso do CHEGA que vota contra qualquer moção de censura, porque no fundo é o poder que os une.

Muito obrigado

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o PO?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado António Lima, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate, vamos dar continuidade, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Fiz aqui um compasso de espera porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ia a entrar na sala, mas não tive sorte dele estar presente, para eu poder dirigir-lhe algumas palavras sobre a intervenção que fez, vou ter que fazê-lo na mesma porque, naturalmente ele poderá ver a gravação e, tendo ocasião, se quiser pode também tentar perceber aquelas palavras que eu tinha para lhe dirigir.

E diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que esta é a última oportunidade, a última oportunidade de convergência, de podermos beneficiar destes Fundos para aproximar os Açores de uma Região que se possa considerar desenvolvida, é verdade, é a última oportunidade, e, é a última oportunidade

porque todas as outras antes falharam, todas as oportunidades que os Açores tiveram...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): O senhor sabe que isso é falso

O Orador*: ... para aproveitar os Planos Operacionais e os Quadros Comunitários os Srs. falharam, falharam no combate à pobreza, falharam no combate às desigualdades em 2018, não é nenhuma comparação maldosa, mas em 2018 o nível de desigualdade dos Açores era igual ao da Rússia, em termos de desigualdades dentro de uma Região, era um péssimo valor para nos podermos sequer deixar de falar nisso, e, a Sra. Deputada Andreia Cardoso anda há anos a negar que existe este nível de pobreza e desigualdade nos Açores e quando teve responsabilidades políticas pouco ou nada fez para combater esses números.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Portanto, tenha decência Sra. Deputada, relativamente àquilo que tem sido o trabalho já deste Governo no combate às desigualdades e no combate à pobreza.

É de facto esta a oportunidade e é de tal forma esta oportunidade importante que este Governo optou, ao contrário dos Governos anteriores, este Governo fez uma opção, de dar a conhecer, de colaborar, de chamar todos os que quisessem, pudessem fazer críticas, sugestões, e, é por isso que os Srs. agora dizem: bem toda a gente anda para aí a fazer críticas, é verdade, no vosso tempo não havia críticas, também ninguém era ouvido como deve ser como este Governo fez...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: ... relativamente a este Programa Operacional.

Há uma diferença substancial no comportamento deste Governo daquele que era o comportamento tido anteriormente.

E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro fala V. Exa., pegou para citar aí relativamente à convergência com a Europa, esqueceu-se foi de ir ver o documento retificado, é que o documento que o Sr. leu já não é o documento que, entretanto, foi retificado e que repõe a verdade relativamente àquela que é a ausência de convergência que nós temos tido com a União Europeia e que o Sr. teima...

Deputado Berto Messias (PS): Qual documento?

O Orador*: ... em insistir que não existe, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro esquece-se também de outra coisa, execução Sr. Deputado Vasco Cordeiro, execução, o PO 2020 fomos os penúltimos em Portugal em termos de execução do Programa e, portanto, qual é o motivo de satisfação para o Partido Socialista de termos sido os penúltimos das Regiões do País a ter execução no PO 2020? Não acha que isso o devia fazer pensar e baixar um bocadinho a guarda da crítica...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A execução ainda não terminou!

O Orador*: ... crítica destrutiva, que foi aquilo que os Srs. fizeram aqui neste debate desde o seu início.

Aliás o início do debate nem sequer é sobre o PO, é sobre, comentário político que o Sr. Deputado Berto Messias entendeu fazer da tribuna e o Sr. Deputado António Lima seguiu-lhe o exemplo, o Sr. Deputado António Lima

começou a sua intervenção por criticar a ausência de discussão neste debate sobre o Programa Operacional e depois fez tudo menos falar do Programa Operacional, falou de *fait divers*, de coisas que se falam nas redes sociais, de coisas que só interessam, de facto, só interessam à trica politica e de facto este Programa e este assunto é demasiado importante para os Srs. Partido Socialista e Bloco de Esquerda se limitarem e se entreterem com a critica politica e com a trica politica, este é um assunto demasiado importante e volto ao inicio, é demasiado importante porque nós de facto da perspectiva do Partido Social Democrata do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata temos que apostar nas Pessoas, temos que apostar na sua qualificação, formação e educação.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não esta na anteproposta!

O Orador*: Temos que apostar na sua saúde, e, essa aposta é tão necessária quanto foi a ausência de empenho dos Governos anteriores para resolver um problema de pobreza estrutural que temos nos Açores e que os Srs. deixaram arrastar até ao ano de 2020. E isso é que é, de facto, o que é importante em termos de procurarmos ter resultados, estabelecer as metas.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro V. Exa. diz que não há metas estabelecidas e que, portanto, não há aqui padrões para nós sabermos onde é que queremos chegar, ó Sr. Deputado o problema é que o Sr. estabelecia metas fictícias, que depois não atingiu de maneira nenhuma...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que mudar a cassete! Já ninguém ouve isso, pelo amor de Deus!

O Orador*: ... e o caso mais vertente é o caso da convergência, ou do crescimento do PIB e outras metas em termos de valorização das Pessoas, dos açorianos, de crescimento da nossa sociedade, de aumento da nossa massa crítica, de potenciar os nossos valores que estão em primeiro lugar nas Pessoas, que os Srs. falharam redondamente nos Programas Operacionais que executaram até esta data, e portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro V. Exa. que propôs este debate com o intuito de discutirmos um documento

importantíssimo para o futuro dos Açores, perdeu uma excelente oportunidade do Partido Socialista poder contribuir para este debate. O Partido Socialista limitou-se a vir a esta casa fazer truca política e isso ficou-lhe muito mal e perdeu uma excelente oportunidade de poder discutir a sério, com este Governo Regional aquele que é o futuro dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Deputado Bruto, o sr. é muito bruto! Tem que mudar a cassete! Fala do passado para não falar do futuro!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

É impossível concluir esta discussão sem reafirmar alguns dos princípios que nos regem e reforçar a questão essencial: é que nós chegamos a esta situação com um conjunto de políticas que falharam, falharam na convergência económica, falharam redondamente na convergência social, e, é daqui que nós temos que tirar...

(*) Deputado Berto Messias (PS): O Sr. escreveu ao contrário, pelo amor de Deus!

O Orador*: ... eu apresentei isto de uma forma delicada, citando terceiros, a armadilha do desenvolvimento é uma forma delicada de falar do falhanço dos Açores, e, esta armadilha é reconhecida pelas autoridades e é exatamente à

partida dos resultados que se tem que corrigir as políticas e vamos de facto dizer, para evitar ao que nós estamos a fazer, uma futura armadilha de desenvolvimento, aquela que acabamos de viver.

As Regiões menos desenvolvidas, nós, terão de impulsionar a Educação e a Formação, é o que faremos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

O Orador*: Aumentar os investimentos em Investigação e Inovação, é o que faremos!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade! O Sr. reduz na inovação!

Ó Sr. Presidente, isto é mentir com todos os dentes que tem na boca!

O Orador*: Melhorar a qualidade das suas Instituições, sim, vamos fazer, vamos por no sistema de incentivos, mesmo que lhe custe, vamos fazer!

Segundo lugar não há redução do apoio às Empresas e vamos na versão definitiva mostrar isto, porque não é só na competitividade empresarial que está o apoio às Empresas, é de facto na digitalização que é um fator enorme de desenvolvimento, mas também de desigualdade, mais de 1/3 da população dos Açores tem zero de competências digitais e isso é absolutamente central para o processo de desenvolvimento.

Este mesmo relatório que convidei todos a ler refere o problema da pobreza e da exclusão social como fator crítico de sucesso do desenvolvimento futuro, as disparidades em matéria de saúde, tudo matérias que estivemos aqui a abordar e que os Srs. discordam, ainda bem que discordam, queremos resultados bons e não os que os Srs. obtiveram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Nós discordamos da sua proposta e os parceiros sociais também discordam da sua proposta, Sr. Secretário!

O Orador*: E não é só aqui, é de facto as questões que se põem, relativamente às matérias também das diversas desigualdades que nós hoje em dia nos temos que confrontar no processo de desenvolvimento.

Mas eu ainda queria dar-vos mais uma ideia, numa Região nós que estamos com um quociente de desigualdade 0.33 vindos de 0.38 em 2017, o tal da Rússia, ou seja, com um quociente de desigualdade que hoje em dia é líder na Europa, só o Reino Unido tem maior do que o atual dos Açores. E portanto, Países como a França que têm quociente de desigualdade de 0.29 e elegem, tenho aqui o discurso do Presidente Macron na França 2030, exatamente um programa de desenvolvimento, os desafios da França são: 1º o desafio Climático, o 2º é o Demográfico e o 3º o da Desigualdade, vejam lá, com uma desigualdade totalmente diferente e o da Educação, é extraordinário que um país como a França, faça o seu juízo e diga, soube, investiu na Educação na Formação e no ensino ao longo da vida, a França...

Deputado Berto Messias (PS): O sr. reduz 20 milhões na educação!

O Orador*: ... e os Srs. Deputados discordam que se faça isso nos Açores com os níveis de literacia que nós temos, está mal, os Srs. é que estão enganados, nós estamos no caminho certo e é isso que estamos aqui a reafirmar.

Quanto às questões dos Acordos que foram aqui desmentidos, pois eu tenho aqui a passagem da pasta do Dr. Rui Amann para o Dr. Melo Alves e aqui diz: para o novo quadro financeiro plurianual 2021/2027 foi acordado com o Governo da República a alocação regional tal, tal do FEDER e do FSE, blá, blá, blá, blá o que foi aqui dito que não tinha sido e foi!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Quanto à concretização, faremos tão bem como fizemos a execução orçamental 2021, em que reduzimos o déficit em contabilidade

pública para 1/3, em que executamos, tivemos uma execução de 86%, a melhor dos últimos 13 anos, em que tivemos despesas de funcionamento não registaram qualquer acréscimo, tirando as medidas excepcionais. Na Administração Regional Direta crescemos 1,01%, na Administração em termos consolidados foi de 13,5%, os 0,1% compara com 7% em 2020 na Administração Pública.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: O déficit em 2020 foram 224 Milhões e agora são 92, 1/3 Srs. Deputados e isso custa, incompetência Sr. Deputado Berto Messias? Incompetência era o que se estava a passar!

Obrigado

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário não percebeu nada do que se passou nas últimas semanas!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é o currículo académico que conta aqui, é o voto!!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Mas ajuda saber matemática!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário está a meter-se por caminhos sinuosos...

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado Sr. Presidente
Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo (Interrompido pelos apertes na sala)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente

Novamente saúdo as Sras. e os Srs. Deputados

O Sr. Presidente do Governo

As Sras. e os Srs. Membros do Governo

E apenas para esclarecer muito rapidamente quanto a cortinas de fumo, foi o que eu acabei de ver, isto é tudo um embuste e o que eu vejo aqui não é falar do PO, eu vejo aqui, é sim fazer uma moção de censura ao Governo descaradamente, quanto a remodelações o Sr. tem péssima memória, eu tenho excelente memória, o Sr. não ouviu o que eu disse? Abril, maio? O Sr. quer me citar, cite-me bem. E nunca me ouviu, nunca me ouviu, o Sr. quando vai à página do CHEGA engana-se sempre, fica nervoso, eu compreendo, a ladeira está a descer, isto está mesmo a acontecer e é isto que vai acontecer. O Sr. nunca me ouviu falar em moções de censura nem a favor, nem contra nem de abstenção, não ponha na minha boca o que eu não digo, o Sr. nunca faça política com a mentira, porque a mentira tem sempre perna curta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Interpelação

Presidente: Tem a palavra, faça favor Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente muito obrigado.

Eu vou fazer chegar à Mesa a entrevista do Sr. Deputado José Pacheco da Representação Parlamentar do CHEGA, ao Órgão de Comunicação Social “NO Revista”, em que refere claramente que se até janeiro, fevereiro, não houvesse satisfação das suas reivindicações retirava a confiança política ao Governo e todos nós poderemos comprovar essa afirmação do Sr. Deputado

José Pacheco, o que é certo é que estamos em março, dia 8, e até hoje não vi nenhuma retirada de confiança política, pelo contrário, ouvi dizer da sua boca que votaria contra moções de censura dirigidas a este Governo. Como se prova não há qualquer credibilidade nas declarações do Sr. Deputado José Pacheco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, está registado e assim que a Mesa rececionar tal documento, será distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

Vou tentar inserir, novamente no debate o PO Açores 2030, que as pessoas estão-se a esquecer um bocadinho o que é que é este debate entre as tricas políticas.

Não vou, obviamente, repetir aquilo que já foi dito e, que, obviamente concordo, há coisas, que obviamente discordo de todas as bancadas, mas o mais importante e antes de meter um bocadinho de areia na engrenagem e dizer pelo menos aquilo que toda a gente espera como a solução melhor para a nossa Região, é dizer que eu esperava mais, obviamente deste documento, este documento tem uma execução demasiado amadora e eu já vi este Governo com capacidades bem maiores na escrita, a própria eloquência técnica do que neste documento que a execução não é das melhores, não sei que tipo de gestão que foi, se foi, obviamente, uma gestão do timing e por falta de tempo arranjam as pessoas erradas para fazer este documento, só sei que este Governo tem mais capacidade do que isso, tem pessoas dentro da Administração Pública, pessoas dentro dos Membros do Governo com maior capacidade do que este documento que foi apresentado como anteproposta

para a Sociedade Civil, também um pouco atrasado porque nós também recebemos **(impercetível 01:10:13)** da parte da Sociedade Civil que não concordaram, mas a vida é assim, como se costuma dizer, não podemos concordar todos exatamente com um documento e a estratégia é assim do Governo, apesar de nós sabermos que a maior parte são imposições da União Europeia que podem ser, e devem ser negociadas, têm que ser negociadas, e, se calhar a negociação não está a ser da melhor forma por parte do Governo e esse é o cuidado que nós queremos.

Qual é a solução necessária? É agarrar neste documento e dar uma grande volta novamente sobre aquilo que é mesmo necessário e para que haja também, para que esses Açores tenham orgulho deste documento que o Governo já teve documentos do qual nós podemos até orgulharmo-nos e este não é um documento do qual nós orgulhamos, não sabemos quem é que fez, não queremos saber, mas sabemos que este Governo faz bem melhor do que isto.

De resto é ouvir, obviamente a Sociedade Civil e para mais do que tudo é ter um pensamento de não do mesmo, neste caso olhar para o passado e saber à partida o que é que foi feito do passado e tentarmos fazer sempre um bocadinho mais apenas, para nós ficarmos felizes, se nós tivermos sempre comparando para o passado então os açorianos em 2020 demonstraram à partida o que é que aconteceu no passado. Se temos como bitola e como a nossa margem que é uma linha ténue entre a capacidade para fazer melhor, então à partida se tivermos sempre a olhar para o passado, Sr. Deputado Bruto da Costa, não saímos da cepa torta, e, posso agora ser sincero o PO 2020, independentemente das estratégias políticas, estratégias, obviamente são políticas, eu não estou a falar das estratégias, mas em termos técnicos o PO 2020 foi bem melhor do que esta proposta que nós temos agora.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Bem, eu não estava para voltar a fazer uma intervenção, mas a intervenção do Bloco de Esquerda suscitou a minha inscrição.

Porque em relação ao Partido Socialista já vimos ao que vinha, aliás uma coisa que é bastante substancial na intervenção que o Sr. Deputado Berto Messias fez e que categoriza, e, que define bem o tipo de intervenção que o Partido Socialista tinha selecionado para fazer aqui, foi quando fez referências à vida interna do PSD na Terceira, este é o grande contributo que o Partido Socialista tinha para discutir o PO, era discutir a vida interna e as fações, as pressupostas fações do PSD na Terceira e portanto só por ai fica caracterizada e bem caracterizada a intervenção que o Partido Socialista e as preocupações que o Partido Socialista tinha para este debate, porque há um mês, Sr. Presidente não sei se se lembra, lembra-se daquela frase: nós queremos discutir para fortalecer a posição do Governo dos Açores, para fortalecer a sua posição, veja bem como é que estava montada a emboscada. Afinal o que aqui chega é a intervenção do Partido Socialista é sobre a vida interna do PSD na Terceira. Depois em relação ao Bloco, pois o panorama não é muito melhor, o Bloco também diz que vinha discutir o PO, mas o que é que tinha para dizer? O que tinha para dizer era que é um leitor assíduo dos post's do Sr. Deputado Nuno Barata, lê o Facebook e, portanto, até teve direito a citação aqui no Parlamento dos Açores, já sabe Sr. Deputado Nuno Barata tem ali um leitor assíduo, e, também o CHEGA, porque é evidente também que o Bloco de Esquerda precisa, é uma espécie de caça fantasmas, anda sempre à procura dos fantasmas e para se manter de pé precisa de encontrar fantasmas, e, então tem sempre que procurar o CHEGA, para ver se lhe pode fazer também uma citação, tudo isto, veja-se, no âmbito da discussão sobre o PO e depois tem mais umas quantas referências ao PPM

também e a outros Partidos, sobre o PO Sr. Deputado, zero! O Sr. Deputado não tem para dizer nada sobre o PO, zero Sr. Deputado...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. não estava na sala, sequer!

O Orador*: ... é o que o Sr. tinha para dizer.

Bem o que eu lhe quero dizer da parte do PPM sobre o PO, oiça, o que se verificou é que a estratégia seguida até ao momento não resultou, a estratégia do betão, a estratégia que o Partido Socialista seguiu ao longo todos esses anos, com 4 Mil Milhões de euros em que não arrancou os Açores e a sociedade açoriana de profundas desigualdades e não arrancou para o desenvolvimento dos Açores, pois não, nós achamos que com bolsas de pobreza não se consegue desenvolver os Açores, nós não queremos uns Açores que se desenvolvam com injustiça social gritante que nós temos neste momento e, portanto, nós estamos a canalizar o dinheiro para aquilo que é fundamental, para as Pessoas! Para resolver os problemas Sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: É para aí! Se tivermos uma sociedade mais igualitária, se tivermos uma sociedade mais justa, se tivermos uma sociedade com mais formação, vamos ter uma sociedade mais desenvolvida, é nisto que nós acreditamos, é nisto que nós acreditamos, Sr. Deputado, esta é a nossa estratégia, no final vamos fazer as contas, como dizia o Sr. Deputado vamos olhar para o passado, vale a pena olhar para o passado, para comparar os resultados. Nós temos uma estratégia, o Partido Socialista tinha outra, já vimos no que deu a estratégia do Partido Socialista, pois nós estamos absolutamente convencidos que a nossa é que é a correta e a nossa é que vai arrancar os Açores para o desenvolvimento social, para a justiça e para construir uma sociedade mais justa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Paulo Estevão essas questões não estão na anteproposta, o sr. pode dizer isso tudo, mas não esta na anteproposta, lamento!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. O PPM esgotou o seu tempo para este debate, pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo Regional tem a palavra, faça favor.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Secretários Regionais

Estamos na fase final, senão mesmo a parte final, deste debate de urgência sobre, ou pretendia ser, o debate relativo ao Plano Operacional Açores 2030. Gostaria, em nome do Governo, deixar uma nota de convicção democrática, o processo participativo é em democracia a melhor solução para aperfeiçoar pontos de partida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: A aposta relativa à disponibilidade para a crítica, para a sugestão, para o aperfeiçoamento, para o melhor conhecimento de documentos estratégicos não inibe, nunca inibiu este Governo, desde o seu primeiro dia de tomada de posse, e, nunca prescindiu de dar o seu contributo para que a centralidade parlamentar pudesse assegurar participação política nos documentos estratégicos do futuro da governação nos Açores.

Iniciamos, pois, este procedimento no quadro dos vínculos regulamentares políticos assumidos previamente a este Governo por parte da União Europeia, por parte do Estado Membro Português, e, encontramos não só no que diz respeito aos valores globais, como também nos objetivos estratégicos

predefinições e valores mínimos relativamente à aplicação dos agora designados na nova nomenclatura deste período de programação financeira plurianual da União Europeia 2027 com os eixos estratégicos, não temos dúvida deste Governo, da assunção destes objetivos estratégicos quais sejam: a Europa mais inteligente, a Europa mais verde, a Europa mais conectada, a Europa mais social, a Europa mais próxima dos cidadãos, a alocação específica para as RUP e a importância de assegurar assistência técnica para a execução desta operação.

Foi isso que, no processo de audição iniciado no passado dia 1 de fevereiro que o Governo, por mim próprio liderado e acompanhado do Sr. Secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública, bem como, com a Autoridade de Gestão dos Fundos Comunitários, iniciamos, com os Parceiros Sociais e com os Partidos Políticos, fazendo uma explicação neste processo de audição relativamente aos regulamentos e aos condicionamentos pressuposto da preparação de uma anteproposta.

Fomos bem claros, desde o primeiro instante, que se tratava de uma anteproposta, formulada pela Autoridade de Gestão dos Fundos Comunitários, e, observada obviamente, no quadro, não só dos regulamentos comunitários, como também nas opções políticas relativas ao XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, e, sim, clarificamos com precisão de que a Agenda da Convergência Social e Económica era uma prioridade máxima e que poderia colocar na alocação dos meios financeiros a este objetivo o máximo possível nos termos do regulamento.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: E foi assim que executamos neste processo de audição uma explicação aos Parceiros Sociais e aos Partidos Políticos, sinalizamos com

clareza máxima uma anteproposta com um tempo de apreciação e, também, para o público em geral praticamente de um mês. Aceitamos aqui, como já foi lembrado neste debate, a oportunidade de vir ao Parlamento, inovador, processo de participação aqui neste debate que agora se realiza.

Não podem dizer quanto ao procedimento que não fomos capazes de ouvir, disponíveis, com tempo...

Deputado Berto Messias (PS): Nas agendas mobilizadoras, Sr. Presidente, não foi bem assim!

O Orador*: ... para apreciar a participação de todos, sem exclusão e também respeitadores, porque estas são regras incontornáveis, dos Regulamentos Comunitários relativamente a essa aplicação e os valores pré-determinados.

Estamos, pois, confortáveis com todas as críticas, com todas as apreciações e em Sede de Proposta, também importa esclarecer, passando da anteproposta para a proposta, serão acolhidas aquelas que se compatibilizem com esta opção política estratégica, com os regulamentos comunitários e com a negociação que ainda estará a ser submetida à Comissão Europeia e ao Estado Membro Portugal, este é que é o verdadeiro procedimento.

Mas quando realizamos esta atitude de liderança, de assunção da pluralidade democrática, da participação do Parlamento e da Cidadania em geral, somos regra geral, confrontados com um Partido Socialista, ainda hoje magoado pela perda de poder...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador*: ... com todos, que, primeiro desconfiava da tarifa Açores e, portanto, o ponto de partida do Partido Socialista com qualquer atitude relativamente a esta governação é: não vai dar certo, a mudança, a reforma está mal preparada, enganou-se, temos uma tarifa Açores aplicada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Mas o Partido Socialista insiste nessa tese, disse e repetiu: discordamos da redução dos impostos, os impostos e a sua redução será um problema grave para o equilíbrio orçamental, e, nós reduzimos os impostos e hoje a nossa economia está menos penalizada pela via tributária porque este Governo, esta maioria assumiu esta reforma.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: O Partido Socialista desconfiou e discordou.

Vinte e quatro anos com modelos de execução dos períodos de programação financeira plurianual da União Europeia, a convergência foi a que aqui já foi debatida, fazer o mesmo? Não, não faremos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: ... somos mesmo alternativa Sr. Deputado Vasco Cordeiro e antigo Presidente do Governo.

Nos últimos anos os profissionais de saúde, os docentes nas nossas escolas reclamaram de uma política de liderança governativa nos Açores, apoio e valorização às suas carreiras, foram-lhe sempre negados esses objetivos, este Governo, esta maioria parlamentar com os acordos de incidência parlamentar, realizaram o que antes não tinha sido realizado, o Partido Socialista desconfiou sempre e viu realizado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: Nós tivemos uma solução reformista para acabar com a desgraça incompetente do abastecimento à ilha do Corvo pela via marítima, desconfiaram e tudo fizeram para não viabilizar a solução que alcançamos,

resultado positivo, boa execução, apesar da desconfiança do Partido Socialista, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: ... não desviamos o nosso percurso. Em julho do ano passado quisera discutir a execução orçamental do Plano e Orçamento 2021, nós chegamos à conclusão que foi a melhor e a maior execução dos últimos doze anos...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ver isso! Ainda é cedo!

O Orador*: ... desconfiaram, não acreditaram, é por isso recorrente a atitude do Partido Socialista magoado com a perda do poder, não acredita na capacidade de quem faz diferente, se afirmou como alternativa e tem realizado as concretizações...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador*: ... fica pois para as açorianas e para os açorianos a firmeza de que nós queremos fazer diferente no processo participativo e democrático, ouvindo com humildade democrática as apreciações, as propostas, as críticas, mas assumindo uma liderança numa agenda de convergência...

Deputado Berto Messias (PS): Numa agenda mobilizadora!

O Orador*: ... Social e Económica da vida nos Açores, para as famílias, para as Pessoas, para as Empresas, é este o caminho que nós não revogaremos e cá estaremos sempre disponíveis para o veredicto popular.

Muito obrigado e Vivam os Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Presidente do Governo Regional.

O Governo Regional também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente

Srs. Membros do Governo

De facto, não era para intervir mais neste debate, até porque apetece-me fazer como no debate do Plano e Orçamento, e as Pescas? Neste caso e o PO 2030?

O Sr. Presidente do Governo acabou por tecer uma série de considerações sobre humildade democrática, aqueles discursos que nós já nos vimos a habituar há algum tempo, o Sr. Deputado Paulo Estevão em tom jocoso a falar de Redes Sociais, o Sr. Deputado Bruto da Costa também entendeu dar um toque nessa matéria, eu pergunto se de facto a democracia e a humildade democrática também despreza o povo na rua, porque as Redes Sociais são o povo na rua, este é um facto insofismável, e, aliás, devo dizer que estes alertas que se deixam nas Redes Sociais, algumas delas têm mais seguidores do que alguns dos votos que alguns Deputados adquirem nas urnas, estes alertas que se deixam nas Redes Sociais são para levar em atenção, são para levar muito em atenção, mas não são para levar em atenção, como por exemplo alguns Presidentes de Conselho de Administração de algumas Empresas andam a catar comentários nos post's da Iniciativa Liberal, para depois levantar processos disciplinares aos seus funcionários, porque comentam os post's da Iniciativa Liberal nas Redes Sociais para isso já serve as Redes Sociais, para seguir os avisos que se deixa nas Redes Sociais: bem isto é apenas a vox pop das Redes Sociais, fiquei deveras incomodado, Sr.

Presidente do Governo com a desumildade democrática de um Presidente de um Conselho de Administração que levanta um processo disciplinar a um funcionário da Empresa, porque comentou um post da Iniciativa Liberal, isto é que é falta de humildade democrática.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado, pergunto se há mais inscrições?

Bom, Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições, quer o Governo, quer o Partido Socialista não têm tempo para encerrar o debate e, portanto, ele está encerrado por natureza.

Conforme deliberação da Conferência de Líderes o ponto 4 da nossa Agenda será o outro Debate de Urgência feito na manhã de amanhã e avançamos assim para o ponto 5 da nossa Agenda – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º. 24/XII, segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º. 12/2016/A, de 8 de julho – Medidas de Controlo da População de Animais de Companhia ou Errantes, apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

Sr. Deputado Bruno Belo pede a palavra para?

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Interpelação.

Presidente: Faz favor, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Peço a palavra para uma interpelação para dar entrada na Mesa de um requerimento de baixa à Comissão da Iniciativa, que agora iríamos discutir, na medida em que após o relatório ter sido concluído terem dado entrada na Assembleia duas Petições, cujo objeto é semelhante à Iniciativa em causa e, já tendo sido despachada por V. Exa. para a Comissão, entendemos que, é de valor e valorizará a Iniciativa no seu todo se ouvirmos aquelas que forem as diligências deliberadas em Comissão, relativamente a essas Petições, o que permitirá naturalmente, às Representações e Grupos Parlamentares poderem apresentar Propostas de Alteração, relativamente ao Diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está efetivamente entregue aqui na Mesa o requerimento e, portanto, ao abrigo do art.º 134º conjugado com o art.º 87º, rececionado o requerimento, a Mesa colocará à votação sem discussão, nem declarações de voto orais.

Portanto está à votação o requerimento de baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo nº. 24/XII, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão, faz favor Sra. Secretária.

Secretária: O requerimento colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Bom, nós íamos avançar para o ponto, íamos e vamos avançar para o ponto 6, mas eu acabei de despachar uma Iniciativa, que é uma substituição integral. Eu acho melhor fazermos um intervalo para vermos essa substituição integral, e, então, faremos um intervalo agora e regressamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Presidente:

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Vamos então reiniciar os nossos trabalhos, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos entrar então no ponto 6. da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 88/XII – "Implementação de testes de diagnóstico antigénico rápido (TDAR) do streptococcus beta-hemolítico do grupo A e sua disponibilização nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência"**.

É um Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que deu entrada de uma substituição integral e sobre ela é que deve incidir quer a apresentação, quer o nosso debate e votação.

E para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, faz favor Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado Tiago Lopes (PS): - Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Após um século de progressos alcançados na área da Saúde, os agentes antimicrobianos, incluindo os antibióticos, antivirais, antifúngicos e antiprotozoários, constituíram-se como ferramentas fundamentais para combater as doenças nos seres vivos.

Contudo, pese embora, toda a evolução verificada estas ferramentas estão a tornar-se ineficazes. Por todo o mundo os sistemas de saúde confrontam-se com o desafio do aumento da resistência antimicrobiana, dificultando assim o tratamento das doenças mais comuns, em resultado do uso indevido e excessivo dos atuais antimicrobianos, acelerando significativamente este problema em países de todos os níveis de rendimentos.

A Organização Mundial de Saúde, ciente deste problema, já chamou a atenção, não há tempo a perder, a menos que o mundo tome urgentemente uma atitude, a resistência antimicrobiana irá ter um impacto desastroso dentro de uma geração, estima a OMS que as doenças resistentes aos antimicrobianos já causam, pelo menos, 700 Mil mortos por anos em todo o mundo, pelo que até 2050, aproximadamente 2,4 Milhões de pessoas poderão morrer se não se fizer um esforço sustentado para conter essa resistência.

Os danos económicos dessa resistência descontrolada são comparáveis ao choque provocado no setor da saúde durante a crise financeira mundial de 2008/2009, pelo que um pacote de intervenções simples nos países mais desenvolvidos podia pagar-se a si próprio devido a custos que seriam evitáveis.

Em pleno inverno e com o início da primavera são recorrentes as idas aos serviços de urgência, com sinais e sintomas de infeções respiratórias, de entre estas deslocações ao serviço de urgência encontram-se com uma significativa predominância os casos de crianças e jovens com sinais e sintomas de amigdalite aguda, a amigdalite aguda é um dos frequentes motivos de ida aos serviços de urgência e de cuidados de saúde primários em idade pediátrica, atingindo no inverno e na primavera cerca de 20 a 40% das crianças e jovens em idade escolar, entre os 5 e os 15 anos de idade, sendo maioritariamente de etiologia vírica, ou seja, causada por um vírus.

De entre as possíveis causas da amigdalite aguda, apenas a causada por bactérias, da qual se destaca o *Streptococcus* beta-hemolítico do Grupo A (SGA) tem indicação para a prescrição de um medicamento antibiótico.

Este é responsável por uma baixa percentagem de casos, contudo, a cerca de 80% dos utentes que se apresentam nos serviços de saúde, com dores de garganta ao engolir alimentos, bebidas ou até a própria saliva, é-lhes prescrito um medicamento antibiótico, contribuindo-se, assim, para uma incorreta prática clínica e o conseqüente aumento das resistências antimicrobianas.

Tratando-se de crianças e jovens entre os 5 e os 15 anos de idade, a clínica nem sempre é suficiente e fácil para distinguir entre o agente viral ou bacteriano que possa estar na causa da doença, daí que é recomendável a identificação do agente bacteriano para a devida e correta prescrição de um medicamento antibiótico.

É neste contexto que surge como pertinente a utilização de um meio complementar de diagnóstico e terapêutica, o teste de diagnóstico antigénico rápido, este teste é realizado através da colheita com uma zaragatoa de uma amostra por via oral detetando o antigénio do *Streptococcus* de forma não invasiva, específica e custo-eficaz em poucos minutos.

Um projeto piloto realizado em 2017 em Portugal Continental avaliou o impacto do uso destes testes e, considerando o custo do tratamento com medicamentos antibióticos e o custo dos testes, demonstrou uma poupança de

40%, constituindo o investimento 80% do total de poupança, ficando por quantificar a diminuição da probabilidade de surgimento de resistências antimicrobianas com inegáveis benefícios para a saúde, pela dificuldade da sua mensuração.

Na Região Autónoma dos Açores também um projeto piloto, dinamizado na Unidade de Saúde de Ilha Graciosa, demonstrou a mais-valia da implementação do teste de diagnóstico antigénico rápido do *Streptococcus*.

Neste contexto faz sentido que se munam as Unidades de Saúde dos recursos que possibilitem uma atividade assistencial mais célere e dirigida à luz da melhor *leges artis* que atenda ao bem-estar dos utentes.

Neste sentido é importante, e, como tal, recomendável que o Governo Regional diligencie junto das unidades de saúde da Região a aquisição de testes de diagnóstico antigénico rápido do *Streptococcus*, os disponibilize nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência das unidades de saúde da Região e que a Direção Regional da Saúde diligencie junto das unidades de saúde da Região a aplicação e monitorização efetiva do algoritmo de atuação clínica para a sua implementação nas unidades de saúde, materializando uma estratégia, um plano e uma intervenção, com uma visão a longo prazo, com inegáveis e comprovados ganhos em saúde.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Tiago Lopes.

Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições.

Já está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

O Partido Socialista traz-nos aqui um Projeto de Resolução cuja substituição integral muda algumas premissas, mas no global é um pouco mais do mesmo.

Esta é uma prática que, ao que sabemos, já é implementada em algumas unidades de saúde primárias e nomeadamente nos serviços de urgência dos principais hospitais da Região, o que, até me poderia levar a perguntar o que é que o Partido Socialista fez no passado para resolver esse assunto...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Boa pergunta!

O Orador*: ... mas parece que já resolveu, parece que já resolveu, porque na verdade aquilo que consegui apurar esta é uma prática que já é corrente, quer nas unidades de saúde, em algumas unidades de saúde, quer nos principais serviços de urgência dos hospitais dos Açores.

Assim sendo não vejo necessidade desta Resolução, sendo que, ela encerra ainda um outro problema, que é uma questão de ingerência até nas opções clínicas dos médicos...

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador*: ... daqui a dias estamos aqui a fazer Resoluções a dizer aos médicos como é que vão fazer os seus diagnósticos...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador*: ... e isto aí parece-me de todo uma ingerência da nossa parte naquilo que é um ato médico, e, isto parece-me um pouco abusivo, mesmo da parte de um legislador, como é o caso da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, e, nessa medida a Iniciativa Liberal não pode acompanhar essa Resolução do Partido Socialista, e, portanto, o nosso voto será desfavorável a esta Resolução que o Partido Socialista aqui apresentou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor Sr. Secretário, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

O assunto que é trazido aqui de uma forma particular, assenta num problema de fundo e genérico, que é o problema da resistência microbiana, como foi aqui identificado, e, parece-nos que é sempre complexo tentarmos confundir o todo com a parte, e, se há um problema global relativamente à resistência microbiana, não nos parece que seja com a particularização dos aspetos em que isto se pode verificar que se está a combater efetivamente este problema. Não está aqui em causa a importância da utilização deste teste, em termos genéricos está assumida e consensual de que é importante a utilização destes testes de diagnóstico antigénico rápido, de resto, conforme acontece, conforme acontece já, e, como foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, nas várias unidades de saúde, nos três hospitais da Região, é uma utilização normal deste tipo de testes, sendo certo, que há aqui um aspeto que me parece muito relevante que tem a ver com o seguinte e de alguma forma o Sr. Deputado Nuno Barata também já o aflorou, há aqui uma margem de análise clínica, de autonomia clínica, e, essa dimensão não pode ser quartada por qualquer determinação de dimensão política, como este caso desta recomendação, e, é importante termos em conta que há aqui uma base de autonomia na avaliação clínica em que a evidência clínica é em muitos casos determinante para a terapia que é aplicada.

De qualquer forma, não posso deixar passar esta oportunidade sem fazer referência àquilo que está aqui em causa verdadeiramente neste Projeto, é porque, não podemos confundir a questão genérica da resistência microbiana, não podemos confundir isto com o problema que está aqui em causa, não podemos confundir o mérito da aplicação deste teste, da utilização deste teste, com aquilo que está aqui em discussão, porque se formos ver o que é que está aqui em discussão, de resto houve aqui uma alteração à última da hora, isto é, há uma Circular Normativa Nacional de 2012, Circular Normativa 020/2012, uma Circular Normativa de 2012, Nacional da Direção Geral da Saúde, o Governo Regional e a Direção Regional da Saúde nada fez até 2017, em 2017 há um Projeto Piloto na ilha Graciosa que foi estudado, na sequência disso há

a generalização da aplicação deste teste em várias unidades de saúde e nos hospitais, por exemplo: no Faial, no Pico, S. Jorge, Santa Maria, Graciosa, tudo isto já aplicavam naquela altura 2017, 2018, na sequência do Projeto Piloto, em 27 de fevereiro de 2019 o Diretor Regional da Saúde, agora Deputado, determinou que se divulgasse isso, em 2019, 27 de fevereiro, em 10 de setembro de 2019 voltou a determinar que se proceda a uma Circular Normativa, isto é, o Governo anterior e a Direção Regional de Saúde é que determinaram que isso acontecesse, 2012, 2017, 2019, 2020, depois à pressa apresenta uma urgência de uma coisa que estava há espera de decisão desde 2012, imagine-se, há mais de 8 anos, e depois, era urgente, mas, e depois aparece aqui está em discussão, em análise em sede de Comissão há meses e no minuto antes de começarmos a discussão alteram a Resolução e apresentam aqui à pressa aquilo, parece-me que isto não é propriamente promover a centralidade e a dignidade do Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: Por isso, relativamente ao ponto resolutivo que tem a ver com a divulgação, parece-nos que é completamente extemporâneo estarmos aqui a promover uma divulgação de algo que já existe desde 2012 a nível nacional, que o Governo Regional, a Direção Regional da Saúde, perdão, determinou em 2019 por duas vezes, entretanto percebeu-se que aquilo que foi determinado em 2019 não foi feito, apesar de que as unidades de saúde estavam a cumprir e que teve que ser a atual Direção Regional da Saúde a publicar a Circular Normativa que está em vigor e, que, determina, no fundo replica para a Região aquilo que já existe a nível nacional.

Ora, relativamente à divulgação parece-me que estamos entendidos, o Parlamento recomendar que se divulgue algo que já está divulgado, que já existe, já está a ser praticado não me parece que seja propriamente, como dizia, a forma mais adequada de promover a dignidade do Parlamento.

Depois temos aqui a confusão do número dos testes, que esta aqui é que me parece ainda mais, vou ter cuidado com a adjetivação, menos adequada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: É o seguinte: quanto aos testes, o Projeto inicial falava em dez mil testes, parece dez mil testes, vamos consultar o processo todo na Direção Regional e o que está lá são mil testes

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos?

O Orador*: Mil! E fica a dúvida porque é que antes a Direção Regional da Saúde que era dirigida pelo atual Deputado dizia que era mil testes e passado um ano diz que já são dez mil. Será certamente pelo buraco financeiro da Saúde que o Sr. sentia que tinha, não podia comprar muitos e acha que este Governo está a dotar a Saúde dos meios financeiros adequados e então já pode comprar dez mil. Porque em sede de Comissão questionado sobre esta matéria o Sr. Deputado não deu um argumento para ser dez mil testes, é dez mil testes e pronto! A Região que pague, ...

Deputado Tiago Lopes (PS): Isso é falso!

O Orador*: ...isto não é nosso, não, é verdade! São dez mil testes, tanto reconheceu o erro dos dez mil testes que já retirou os dez mil testes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Pode ouvir a audição da Comissão!

O Orador*: O Sr. Deputado é que agora retirou os dez mil testes, percebeu que era ridículo, estar aqui a promover os dez mil testes.

Deputado Tiago Lopes (PS): Isso é falso!

O Orador*: O que está aqui é um Projeto de Resolução que é, tem uma substituição, que retira os dez mil testes, porque não havia qualquer fundamento para os dez mil testes e é com essa leviandade com que se faz política numa área importante como é Saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso vindo de si!

O Orador*: A questão é esta, é que todas as informações que estão, e posso ler, já agora que o Sr. Deputado está a dizer ao contrário, eu não queria ler, mas vou ter que ler! Então dizia o seguinte: *O consumo é mínimo, não se justifica o contrato de aquisição de testes*, isto foi feito na Direção Regional

em 20 de setembro de 2019, depois é dito: *A quantidade de kits a adquirir normalmente para a Região não devem chegar a mil, não justifica uma aquisição centralizada*, isso em 23 de outubro de 2019, e por aí adiante entre várias etapas deste processo em que todos aqueles que intervêm e que falam em números de aquisição de testes, todos eles referem o máximo mil, a Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel até fala apenas quinhentos por ano.

A questão da ilha Graciosa, a verdade é que a ilha Graciosa, que agora é tida como exemplo e, ainda bem, porque foi um projeto piloto importante que foi lá realizado, é um projeto importante, é referido que *envolva os profissionais de saúde da ilha Graciosa que desenvolveram*, sim, vão envolver para divulgar aquilo que já está divulgado e para adquirir aquilo que é adquirido normalmente, isto é muito mau para ser verdade, é que estamos aqui a envolver o Parlamento dos Açores, todos estes Deputados, tudo isto para divulgar aquilo que já está divulgado, para adquirir dez mil, que já não são dez mil, que eram mil e que agora é o que for, e é isto, é este o contributo positivo que dão, da minha parte entendo que não é um contributo que dignifique o Parlamento e muito menos os Profissionais de Saúde e a Saúde da Região, porque temos aqui um problema...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: ... de facto mundial, global, que tem a ver exatamente com a resistência microbiana, mas não é por aqui que se resolve. De facto o Sr. Deputado, então Diretor Regional, muito bem, determinou que fosse divulgado, e bem, tanto é que já isto é utilizado, o que é certo é que neste momento a ilha Graciosa, por exemplo, só para conhecimento dos Srs. Deputados, a ilha Graciosa o ano passado comprou vinte e cinco testes, a tal ilha que é o exemplo, custou 25 euros, estamos a falar é disto! E nem sequer estes vinte e cinco testes foram utilizados, pronto é isto que estamos a falar, estamos a falar de algo que é relevante, é de facto importante a utilização do teste de diagnóstico nestes termos, agora a forma como está a colocar isso em termos políticos é absolutamente, na nossa perspetiva, e os Srs. Deputados

aqui vão votar, obviamente, mas na nossa perspetiva não faz sentido, eu terei muita dificuldade como Membro do Governo que tem a tutela da Saúde em cumprir uma Resolução que é aprovada nestes termos, porque isto vai contra tudo aquilo que está a ser, está a existir na Região ao nível destes testes.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, obrigada prescindo.

Presidente: Prescinde. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Na sequência daquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, não podia deixar aqui de contrapor, contra-argumentar, aquela que foi a sua intervenção, porque se esta, e, indo um bocadinho também ao encontro da intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto e também contra-argumentando, se esta efetivamente é uma prática corrente, então, por que razão as Unidades de Saúde da Região deram parecer favorável?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): À utilização!

O Orador*: Conforme consta nos pareceres da Comissão de Assuntos Sociais? E relativamente à questão da ingerência e relativamente à ingerência poderiam ter dito que já estava a ser implementado, ninguém disse nada, todos deram parecer favorável!

E relativamente à ingerência, é interessante a preocupação manifestada pelo Sr. Deputado Nuno Barata e pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, há falta de melhor argumento, surge a ingerência, porque se esta Resolução parte, não de uma Circular, como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto disse, Normativa da DGS, mas de uma NOC, uma NOC é uma Norma de Orientação Clínica, e, é feita em conjunto com a Direção Geral da Saúde e com a Ordem dos Médicos, portanto, a própria Ordem dos Médicos que foi ouvida na Comissão de Assuntos Sociais e que nada se opôs ao nosso Projeto de Resolução, que deu parecer favorável, portanto, onde é que está a ingerência? Não há efetivamente aqui ingerência nenhuma. Portanto querer ignorar os pareceres das Unidades de Saúde, o próprio parecer da Ordem dos Médicos é um pouco a linha de conduta deste Governo, é ignorar também os pareceres dos Parceiros Sociais, relativamente à anteposta do PO 2030 e, portanto, é por demais evidente que este é efetivamente um Governo que acaba por fazer um pouco de conta tudo aquilo que é contributo.

Agora a questão aqui que é apontada pelo Sr. Secretário, isto não é uma particularização, é um passo, com vista precisamente ao combate à resistência dos antimicrobianos, e, portanto, há falta de melhor, não sabemos de nenhum plano da parte da Secretaria Regional da Saúde neste aspeto, aliás com 15 meses de Governo...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Foi o que o senhor deixou!

O Orador*: ... nem sabemos quem é a Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica, está nomeada Sr. Secretário? Quem são? Qual é o plano? Não tem nenhum Sr. Secretário, portanto há falta de melhores argumentos, passados 15 meses, a verdade é que não há nenhum plano relativamente a esta matéria e isto é um passo e lamento que efetivamente da parte do Governo e dos Partidos que o suportam não exista, efetivamente qualquer tipo de humildade democrática para aquilo que são contributos construtivos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador*: ...para dar os primeiros passos aqui na Região, relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Só para esclarecer duas questões aqui que foram referidas, e, eu tive oportunidade na minha primeira intervenção exatamente de esclarecer isto, há consenso relativamente à utilização deste teste, há consenso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Só o senhor é que não!

O Orador*: É uma situação que todos, ninguém discorda! E, obviamente as Unidades de Saúde, a Ordem dos Médicos e todas as entidades ligadas ao setor da Saúde concordam, dão parecer favorável à realização deste teste, isto é uma coisa diferente, do que aquilo que está aqui em causa, e, obviamente que deram parecer favorável, exatamente à utilização de testes, como eu próprio afirmei aqui que era importante.

No entanto, há aqui uma particularidade que é, esta tentativa de dizer que não se respeita os pareceres, não, quem não respeita é o PS, que tem pareceres sobre um Projeto de Resolução e à pressa apresenta outro Projeto de Resolução com outra redação, sem ouvir as Entidades Médicas, esse é que é o desrespeito para com os pareceres.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador*: Porque apresenta um Projeto à pressa que é diferente daquele sobre o qual, os Parceiros se pronunciaram, isto é que é verdade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador*: A Sra. Deputada inscreva-se.

Deputada Ana Luís (PS): Quanto eu quiser, Sr. Secretário!

O Orador*: Sim, porque está sempre um ruído, cada vez que eu falo a Sra. Deputada Ana Luís, parece que gostava de estar noutro lugar para falar mais tempo e mais vezes, para interromper.

Dizia eu que...

Deputado José Ávila (PS): O senhor também faz o mesmo!

O Orador*: ... é de facto, o que acontece é que os pareceres favoráveis são sobre a utilização deste teste, e, obviamente que isto acontece, foram dados relativamente a um outro texto e este texto, de facto, tem uma ingerência na autonomia clínica, o novo ponto resolutivo que foi apresentado, a esse sim que é uma ingerência na autonomia clínica e sobre o qual, obviamente, que não tenho uma opinião favorável a algo que é limitar a autonomia dos profissionais de saúde na respetiva atuação profissional e deontológica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Quanto a esta matéria, reconhecemos a importância ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não vão aprovar!

A Oradora*: ... da utilização destes testes rápidos de diagnóstico da amigdalite aguda, para adequar quer a posologia, quer a própria terapêutica, isso já é estudado e é reconhecido cientificamente, e, como tal, não deixamos de salientar esta questão.

Mas a verdade, e aquilo que é aqui apresentado por parte do Partido Socialista e o nosso entender é que o ponto de partida para esta iniciativa é que existe, existiu em 2012 uma Norma emitida pela Direção Geral da Saúde, em 2017 inicia-se um processo piloto em Portugal Continental, em 2018 é dinamizado um processo piloto na ilha da Graciosa que se comprova efetivamente a eficácia da utilização deste teste, em 2019 é emitida uma Circular por parte do então Diretor Regional da Saúde a divulgar esta Norma de 2012 e, como tal, não existe nenhuma controvérsia quanto à utilização deste teste, e, a verdade é que a maior parte dos pareceres que nos chegaram eram favorável, dizendo que já aplicavam, já recorriam à utilização destes testes, e, como tal, parece-nos...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora*: ... que isto não é uma matéria que exista a necessidade de fazer uma intervenção, na medida em que tudo decorre dentro daquilo que é a normalidade.

Quanto a esta Proposta de Alteração que agora é apresentada, levanta aqui uma outra questão que não existia na primeira iniciativa, e, que agora, que é levantada aqui e a forma como também está exposta, que é o ponto 2., em que diz que a Direção Regional da Saúde diligencie junto das Unidades de Saúde da Região, a aplicação efetiva do algoritmo de atuação clínica para a sua implementação das Unidades de Saúde da Região, e, como tal parece-nos que não deve ser a Assembleia a pronunciar-se ou a decidir qual é a aplicação efetiva do algoritmo, quando tem de existir uma autonomia do próprio médico...

Deputado Tiago Lopes (PS): Não faz sentido!

A Oradora*: ... para fazer o seu diagnóstico, para fazer a definição da terapêutica e como tal, parece-nos que não devemos fazê-lo, e, para além disso, como já disse anteriormente, parece-nos que isto é uma matéria que não gera controvérsia junto dos profissionais de saúde, eles recorrem a este recurso, esta Norma é divulgada, e, eles claro, como profissionais de saúde certamente acompanham aquilo que são Estudos, que são Estudos que são realizados também quanto a esta matéria, aquilo que foi desenvolvido quer a nível Regional, mas também quer a nível Nacional, a nível Internacional sobre esta matéria, e, como tal não nos parece fazer sentido esta iniciativa e por isso não vamos poder acompanhar o Partido Socialista neste Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Relativamente à aquisição dos testes de deteção rápida para diagnóstico das amigdalites, tem duas premissas, este Projeto de Resolução tem duas premissas, os antibióticos na prática médica tem todo o sentido de o ser, A amigdalite é uma doença frequente em crianças e adultos e o *Streptococcus* do grupo A é o agente bacteriano mais comum nas amigdalites e a sua cultura pede diagnóstico em meios laboratoriais, é pouco prática por ser demorada, os vírus são igualmente agentes causadores desta doença e o quadro clínico é muita vez comum, o que dificulta o diagnóstico causal e tem implicações no

tratamento, uma das formas de chegar a esse diagnóstico é através do teste rápido de deteção, aquilo que está a ser pedido no Projeto de Resolução.

Portanto tem todo o interesse, para evitar o uso indevido de antibióticos, nós concordamos, obviamente, o que é uma medida de impacto em Saúde Pública, designadamente pela crescente resistência antibiótica. Mas, na realidade o teste está disponível há muito, tanto no nosso País, como também na Região Autónoma dos Açores. É certo, que possivelmente nem todas as instituições o têm, por opção, ou têm e nem sempre o fazem, quanto à segunda premissa evitar a afluência dos serviços de urgência somos céticos em relação a este objetivo, desde logo, porque sendo, a amigdalite é uma doença aguda, os doentes recorrem quase de imediato a um serviço médico, como aos Centros de Saúde, que têm horários limitados e nem sempre coincidem muitas vezes com as reais necessidades dos mesmos, portanto não queremos que se retirem doentes dos serviços de urgência, com a realização dos ditos testes.

Posto isto, o PAN vai-se abster a esta votação, uma vez que sendo útil para o diagnóstico, parece ser uma medida redundante, e, porque nos parece inclusivamente um pouco arriscado e possivelmente abusivo trazer este tipo de matérias para uma Assembleia Legislativa, local que não é propriamente o indicado para emanar decretos com recomendações médicas, assuntos que deveriam ficar a cargo tanto da Direção Regional da Saúde, também como da Ordem dos Médicos, que deu o parecer favorável, mas deu o parecer favorável a um projeto que já não é o mesmo que nós temos aqui, porque houve uma alteração.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, faça o favor Sra. Deputada.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

As questões relacionadas com a Saúde, nomeadamente as ações e medidas adotadas pelos governantes para assegurar o acesso dos cidadãos a cuidados completos de acordo com as suas necessidades de Saúde durante toda a sua vida são muito desejadas, bem acolhidas pela população e também por isso um bocadinho, eu diria apetecíveis, do ponto de vista político. O assunto aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PS, pela sua relevância, merece-nos toda a nossa atenção e vários são os motivos, em primeiro lugar, efetivamente, as doenças respiratórias estão documentadas como sendo das principais causas de ida ao médico em idade pediátrica e não só, ainda que nos últimos dois invernos tenha-se constatado uma diminuição da incidência destas doenças, por via das medidas preventivas implementadas para evitar o COVID, dizem as Autoridades de Saúde Infantil, em segundo lugar, e muito bem, impõe-se efetivamente um firme combate ao uso indevido e desnecessário dos antibióticos, e até aqui estamos efetivamente todos de acordo, e, esta iniciativa tem, de facto, o mérito de nos fazer discutir uma matéria sobre a qual o consenso é generalizado, foi claro nas audições e está claro hoje, a realização dos testes ou a recomendação para a realização dos testes não é efetivamente nova, é um procedimento que data de 2012 e que foi emanada pela Direção Geral da Saúde e este assunto que agora aparece tão pertinente, eu lembraria que no Plano Regional de Saúde 2014/2016 extensão 2020, ele não aparece mencionado, a não ser numa lista em que esta Norma aparece referida numa listagem entre outras catorze Normas e Circulares e Orientações e entre outros vinte e dois documentos de interesse a consultar, no subcapítulo que tem a ver com a Área Infantojuvenil, de qualquer forma, e, nestes que são os pontos propostos na iniciativa aqui trazida, eu diria que o mérito é de abordar a temática, na temática que aborda, mas que é um bocadinho ilusório, e eu explico porque é que falo de ilusão, porque, e, mencionando cada um dos pontos, portanto este ponto 1º que diligencie a

aquisição de testes e não se fala hoje de dez mil que se falava até há meia hora atrás, eu diria que o discurso muda, mas a ideia é de facto a mesma, e portanto, o que está aqui em causa é que efetivamente das audições que tivemos e do conhecimento que nos foi veiculado neste momento grande parte das instituições já dispõem do teste, e portanto, parece desnecessário que se trate de uma aquisição ou se recomende uma aquisição quando esta aquisição é feita tal como milhares de outros artigos que são usados de forma rotineira, e portanto, para além de disporem dos testes também assumem que os usam sob critério médico, portanto o que se constatou foi que cada Unidade neste momento adquire individualmente os testes de acordo com as suas necessidades e, estes testes, que até tem um preço muito simpático, portanto nem é um artigo dispendioso, está, daquilo que nos foi possível saber, não há sequer problemas no seu fornecimento, e, está disponível às instituições.

Não é pelo facto, para além de que não é pelo facto de obrigarmos a adquirir que faz com que o seu uso seja melhorado,

Relativamente ao ponto 2., eu diria também que é ilusório, porque vem, que se diligencie a aplicação efetiva do algoritmo, ora vejamos, se em 2018 já a Unidade de Saúde de ilha da Graciosa teve o mérito de fazer um estudo que veio depois divulga-lo e penso que terá sido na senda disso, pronto, neste caso, a Direção Regional da Saúde da época, veio novamente, veio por o assunto na ordem do dia, em 2018 a Unidade de Saúde da ilha Graciosa mostrou que conhecia o algoritmo e que sabia aplica-lo.

Portanto a Ordem dos Médicos, eu relembro ao Sr. Deputado Tiago Lopes, que lá esteve nas audições como eu, a Ordem dos Médicos disse que desconhecia, não disse que não era utilizado, disse que efetivamente desconhecia que fosse utilizado e até deu-nos um exemplo e foi um exemplo do continente português.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora*: De qualquer forma, das audições que realizamos presencialmente ou por escrito, foi possível constatar que é conhecido dos profissionais e houve até mesmo quem declinasse a necessidade de criação de mais orientações sobre esta matéria.

Eu lembro que este procedimento, e, quem conhece os procedimentos que a Direção Geral da Saúde emana, que são muitos, elas são difundidas pelos profissionais e não costumam carecer à partida de medidas excecionais para a sua implementação, até porque, à semelhança de todas as outras Normas há lá uma referência de que *é efetividade a implementação destas nos cuidados de saúde hospitalares e de saúde primários*, e estou a citar, *bem como a emissão de diretivas e instruções para o seu cumprimento é da responsabilidade das suas direções clínicas individualmente de cada Unidade de Saúde*.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora*: Eu diria que a inclusão deste ponto, que é uma novidade levamos à questão da premissa, que já foi aqui referido de, levanta o véu sobre alguma falta de confiança no juízo médico, e, nós sabemos, que o recurso a estes testes encontra-se na esfera da decisão clínica, com base em critérios clínicos, e entendemos que a autonomia do exercício da atividade médica deve ser respeitada tendo em conta os seus conhecimentos e a liberdade de escolha dos meios de diagnóstico e tratamento, daí que tenho sérias dúvidas se deve o Parlamento sobrepor-se a esta autonomia sugerindo algoritmos de decisão médica.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Com certeza, como é óbvio!

A Oradora*: Relativamente ao ponto 3. e ao envolvimento dos profissionais da Graciosa, da Unidade de Saúde de ilha da Graciosa, eu iria repetir que efetivamente o mérito é deles, por em 2018, de sua iniciativa e não terem estado à espera de nenhuma orientação, nem do Parlamento, nem da Direção Regional da Saúde, terem tido a iniciativa de fazer um projeto piloto, de o

terem levado a um workshop, de até terem ganho um prémio e depois a partir daí é que isso houve aí um aproveitamento de que isto é assunto para...

Sendo assim, pronto, face a tudo isto o Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, não poderá votar favoravelmente esta Proposta, por ser extemporâneo, redundante, não obstante a importância da matéria e, contamos que os profissionais de saúde e as Unidades de Saúde de Ilha estão conscientes e sensibilizados.

Obrigada

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Eu gostaria, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, de o instar a entregar, na medida do possível e o mais rápido possível, atendendo até que já tem esses números consigo, na sequência da audição que teve na Comissão de Assuntos Sociais...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador*: ... o número de testes utilizados no ano passado pelas Unidades de Saúde da Região, que fizesse chegar este documento durante o ato deste ponto e durante essa Sessão Plenária para que nós pudéssemos efetivamente saber o número de testes que foi utilizado na Região Autónoma dos Açores para o diagnóstico rápido.

Por outro lado, se o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto considera que a utilização de vinte cinco testes por uma Unidade de Saúde ilha Graciosa corresponde a uma utilização generalizada destes testes, eu não

consigo compreender como é que pode fazer esse raciocínio, isso só evidencia o contrário, Sr. Secretário, ou seja a utilização não está a ser generalizada e a pergunta e o desafio que eu lhe coloquei para entregar nesta Assembleia e distribuir a todas as Sras. e Srs. Deputados estes números de testes utilizados na Região no ano passado, já lha tinha feito na audição da Comissão de Assuntos Sociais, onde também lhe expliquei a razão de ser do número que constava inicialmente na Proposta, que o Sr. não ouviu e consequentemente também não respondeu à pergunta que eu lhe coloquei.

Portanto a questão aqui que se prende é, nós efetivamente alteramos a Proposta que tínhamos para este Plenário na sequência daquilo que foram os contributos das próprias audições e dos pareceres que chegaram à Comissão de Assuntos Sociais, e, portanto, tendo a Sessão Plenária iniciado hoje, a proposta deu entrada hoje.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Os contributos não foram hoje!

O Orador*: Portanto Sr. Secretário querer fazer essa cortina de fumo de que o PS está, ou o Grupo Parlamentar do PS está a fazer alterações em cima do joelho, isso não corresponde à verdade Sr. Secretário, lamento informá-lo isso não corresponde à verdade, portanto a iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, como eu referi, recolhe os pareceres positivos das Unidades de Saúde, tuteladas por V. Exa., portanto, reconhecem a pertinência da iniciativa, a própria Ordem dos Médicos reconhece a pertinência da iniciativa e não falou em qualquer tipo de ingerência, aquilo que consta no segundo ponto resolutivo é a implementação do algoritmo que já consta da Norma de Orientação Clínica 2012 com a Ordem dos Médicos e com a Direção Geral da Saúde, portanto esta Assembleia não está a ingerir sobre a atividade de qualquer profissional de saúde, aliás se assim o fizesse não tinha aprovado por unanimidade a aquisição de 250 mil testes rápidos no âmbito da COVID. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não tem nada a ver uma coisa com a outra! Essa é que é intelectualmente desonesta!

Deputado Berto Messias (*PS*): Que arrogância, Sr. Vice-Presidente! Se fosse do PSD, já esperava, mas vindo do CDS!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): - Obrigada Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

A iniciativa aqui trazida pelo Partido Socialista recomenda que a Direção Regional da Saúde diligencie junto das Unidades de Saúde da Região Autónoma dos Açores a aplicação efetiva do algoritmo de atuação clínica para a implementação de testes de diagnóstico antigénio rápido da amigdalite aguda com etiologia *Streptococcus beta-hemolítico* do Grupo A (SGA), nos Cuidados de Saúde Primários e Serviços de Urgência, uma vez que apenas as amigdalites com esta etiologia devem ser tratadas através da antibioterapia, ou seja, através do tratamento com antibiótico.

A Norma 20/2012 de 26 de dezembro da Direção-Geral da Saúde emana que nas crianças e adolescentes, antes do início da antibioterapia, deve ser realizado o teste diagnóstico antigénico rápido por forma a diagnosticar a etiologia da amigdalite aguda, reconhecendo a importância desta utilização.

Dos nove pareceres escritos pedidos no âmbito das Comissão Permanente de Assuntos Sociais, apenas um considera que não necessita de medidas adicionais para fazer o diagnóstico da etiologia das amigdalites agudas e que pretende manter o seu atual modelo de funcionamento, refiro-me ao Hospital da ilha Terceira, todos os outros pareceres concordam com a implementação destes testes de diagnóstico antigénico rápido no âmbito dos cuidados de saúde primários e dos serviços de urgência, até porque já algumas destas

entidades fazem uso deste meio complementar de diagnóstico, o que mostra que o consideram eficaz.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Quando é necessário!

A Oradora*: Além disso, em audição, a Ordem dos Médicos representada pela Dra. Patrícia Santos, mostrou concordância em relação à proposta que estamos aqui a debater.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Já expliquei!

A Oradora*: A Comissão de Farmácia e Terapêutica no seu Boletim n.º 1/2019 reforça a importância da disponibilização dos testes mencionados a todas as unidades de cuidados de saúde primários para confirmação microbiológica e tratamento racional da amigdalite aguda.

Como tal não compreendemos a relutância do Sr. Secretário Regional Da Saúde e Desporto e a insistência em desvalorizar esta iniciativa.

Se são as próprias pessoas que estão no campo de ação a concordar com a importância deste meio complementar, se inclusive a OMS já se pronunciou acerca do uso abusivo de antibióticos; ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sra. Deputada, leia o Parecer do Conselho de Administração do Hospital da Horta!

A Oradora*: ... se se pretende diminuir o recurso ao serviço de urgência; e se estes testes podem contribuir para isto, se estes testes são já utilizados por algumas unidades de saúde, Sr. Secretário, continuamos sem perceber.

Aliás, porque o uso destes testes, como já foi dito, podem combater o uso inadequado de antibióticos.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não pretende, de forma alguma, se intrometer na prática de qualquer médico, de cada médico, no entanto, naquilo que nos for possível contribuir para o recurso adequado de antibióticos cá estamos, afinal é de Saúde que falamos, e, a Saúde é um bem primordial.

Mas o Sr. Secretário já nos habituou a que qualquer proposta que chegue a esta Casa, independentemente do teor que tenha, nada começa por aqui, para

o Sr. Secretário da Saúde aquilo que é bom é aquilo que vem dos seus pares, tudo o resto, não é para começar por aqui, já foi assim com a Saúde Mental para as Crianças, “*não se começa por aqui, não se começa por aqui*”, agora temos aqui esta proposta que pode contribuir efetivamente para a redução do uso de antibióticos, “*isto não se começa por aqui*”, ó Sr. Secretário, o Sr. Secretário ou está na Secretaria errada ou estamos todos aqui enganados, portanto, para o Bloco de Esquerda esta iniciativa contará com a sua posição favorável.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Secretário da Saúde, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Eu de facto percebo que há aqui uma confusão enorme sobre o que é que se está efetivamente aqui a discutir.

Chegamos ao ponto, ridículo, de confundir testes antigénio para COVID com testes antigénio para amigdalites, isso diz muito da fundamentação e da sustentação daquilo que aqui é afirmado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP,
PPM e dos Membros do Governo)*

O Orador*: De resto esta confusão nem é nova, porque é a mesma pessoa que antes desconfiava da fiabilidade dos testes rápidos antigénio para COVID, fez grandes ataques aos testes antigénio para COVID e no fim já dizia que se devia fazer mais, pronto a confusão não é nova, mas o que é novo aqui é esta forma de fazer política em Saúde de trazer para aqui recomendações desta natureza, porque, vamos tentar recapitular, o que é que

está aqui em causa? Que se compre testes em número proporcional à população alvo, sim! É isso que está a acontecer! Os testes são comprados por cada Unidade de Saúde de acordo com as respetivas necessidades, haver uma determinação política para isso é um completo atestado de incompetência a todas as Unidades de Saúde e aos médicos que as compõem, relativamente a esta matéria, isto é inadmissível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador*: Obviamente que isto é feito, Sra. Deputada Alexandra Manes não é por eu, como Secretário Regional da Saúde, tutelando a Saúde de uma forma responsável, não posso aceitar que, de uma forma leviana se tente impor por Decreto ou por Resolução atos clínicos, isto é inadmissível. Imagine-se por exemplo que agora passavam a haver determinações por Decreto, por Resolução, como é que eram aplicados protocolos clínicos, como é que eram aplicadas guidelines clínicas, como é que eram recomendadas aplicados testes de diagnóstico ou exames complementares de diagnóstico, ou este antibiótico ou aquele anti-inflamatório, isto era o caos, mas parece que para alguém chegamos ao ponto em que esta determinação da liberdade clínica dos respetivos médicos fosse feita por Decreto ou por Resolução, isto é um completo enviesamento da responsabilidade política de um Parlamento.

A questão da Graciosa, eu falei na Graciosa exatamente, porque são os Srs. que dizem que se tem que envolver os profissionais de saúde da Graciosa, porque são um exemplo para isso, por isso é que falei nos vinte e cinco, mas também parece que há aqui uma confusão, por um lado temos que seguir o exemplo e o aconselhamento dos profissionais de saúde da Graciosa, mas por outro lado entendem que não aplicaram adequadamente o número de testes às

peças da Graciosa, mais uma vez é preciso que se entendam relativamente aquilo que pretendem que seja determinado por este Parlamento

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador*: Mas para finalizar, Sr. Presidente, penso que a questão já está mais do que esclarecida, devo esclarecer que a Circular Normativa, Sr. Deputado Tiago Lopes em à parte perguntou é a 2022/6, que já está distribuída, a Circular Normativa...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a data?

O Orador*: ... que no fundo vem concretizar aquela que foi a determinação...a data que o Sr. Deputado determinou isso, enquanto Diretor Regional foi 27 de fevereiro de 2019.

Deputado Tiago Lopes (PS): E a outra?

O Orador*: A outra data foi 10 de setembro de 2020, que o Sr. voltou a dizer para fazer e teve que ser o atual Diretor Regional da Saúde no mês de março, no início do mês de março a determinar aquilo que o Sr. determinou em 2019.

Deputado Tiago Lopes (PS): Depois da audição, deixe-me adivinhar!

O Orador*: Isto estava a ser preparado há algum tempo, como o Sr. sabe, não...

Deputado Tiago Lopes (PS): Que coincidência!

O Orador*: ... não, estava a ser preparado, Sr. Deputado eu vou esclarecer, não, não, isto estava a ser preparado desde 2019, desde 2019 que isto está a ser preparado, como o Sr. bem sabe, vamos esclarecer...

Deputado Tiago Lopes (PS): Então se estava publicado porque é que é vai fazer uma circular normativa? Está a passar um atestado de incompetência aos profissionais de saúde!

O Orador*: ...vou explicar...a questão é o seguinte, quando o Sr. em 2019 determinou em todos os documentos da Direção Regional está determinado, partimos do princípio de que isto estava determinado, fomos ver e afinal aquilo que o Sr. disse não se escreveu, literalmente, aquilo que o Sr. disse não

se escreveu, mas o Sr. está a criticar este Governo por num ano não ter feito aquilo que o Sr. achava que se devia fazer num ano, isto é a maior crítica que o Sr. está a fazer a si próprio, porque foi aquilo que o Sr. não fez desde 2012, desde 2012 até 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador*: Faz uma crítica tremenda a si próprio, só com esta atitude está a demonstrar absoluta incapacidade para gerir o setor, se de 2012 a 2019, duas vezes isso para fazer, mas nunca conseguiu fazer! Neste caso é mais um caso é mais um exemplo que aquilo que os Srs. prometiam, aquilo que os Srs. diziam somos nós a fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Ó Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, o Sr. acabou efetivamente, de assumir perante esta Assembleia a sua contradição, então o Sr. Secretário Regional da Saúde informa-nos que uma Circular Normativa da Direção Regional da Saúde relativamente a esta matéria foi publicada no início de março.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sim!

O Orador*: Já depois deste Projeto de Resolução ter dado entrada?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não, depois de dar entrada não!

O Orador*: Para quê? Para chumbar a iniciativa Sr. Secretário? Mas o Sr. acabou de dizer, a contradição está Sr. Secretário é que o Sr. disse que isto já estava implementado, então se já estava implementado...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Já estava implementado!

O Orador*: ... para que é que foi sobre a Circular e as Orientações que já existiam publicar uma Circular Normativa Sr. Secretário? É isso que não se compreende, o Sr. está-se a contradizer, o Sr. disse há pouco que estávamos confusos, penso que a confusão está efetivamente do seu lado e é isso que não se compreende, e, portanto, a questão que eu lhe coloquei há bocadinho Sr. Secretário, gostaria de saber se me pode responder e se pode entregar a documentação ou os dados que foram solicitados, que é o número de testes realizados de teste de diagnóstico antigénio rápido do Streptococcus na Região no ano passado, com todo o rigor e transparência que este Governo propala, e, portanto, se o que é proposto nas suas palavras Sr. Secretário, é consensual, faz sentido, se a Unidade de Saúde de ilha Graciosa, como o Sr. referiu, apenas e só utilizou no ano passado vinte e cinco testes, manifestamente insuficientes, evidenciando ao fim ao cabo a pouca generalização desta metodologia, se este Governo Regional diz que intervém na Saúde com toda a base técnico-científica, ora se a base técnico-científica, precisamente foi o que suportou esta iniciativa com base nos pareceres que chegaram das Unidades de Saúde e da própria Ordem dos Médicos, porque é que ela não é aprovada? Porque é do PS, Sr. Secretário? Porque é do PS?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Já expliquei!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Pensei que já estava esclarecido, obviamente que, e vou repetir, se isto está implementado, está implementado de facto! Porque as Unidades de Saúde estão a utilizar este método, no entanto, a Circular que o Sr. determinou que fosse feita em 2019, o Sr. não fez! Teve que ser este Governo, foi assim com a Circular para isto, com o Plano Regional de Vacinação, com a Radioterapia na Terceira...

Deputado Tiago Lopes (*PS*): O Sr. Disse que a circular é da Direção Regional da Saúde!

O Orador*: ... é com tanta coisa que os Srs. prometeram, prometeram, prometeram e teve que ser este Governo a resolver, a questão é tão simples quanto isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador*: Quanto ao número de testes, Sr, Presidente, permita-me eu gostava de continuar...

Deputado Tiago Lopes (*PS*): Se já havia uma, porque o é que o senhor vai publicar outra?

O Orador*: Porque não havia nenhuma, porque não havia nenhuma, eu já expliquei!

Deputado Tiago Lopes (*PS*): Já existe desde 2012 Sr. Secretário da DGS.

O Orador*: A DGS, então porque é que o Sr. Deputado enquanto Diretor Regional, porque é que o Sr. disse no dia...

Deputado Berto Messias (*PS*): Não seja arrogante!

O Orador*: ... até posso dizer a hora, no dia, tinha antes sido em setembro, mas depois em outubro...

Deputado Tiago Lopes (PS): Se calhar é melhor ver o vídeo!

O Orador*: ... no dia 10 de setembro de 2020 o Sr. Deputado às 19h14 disse: “*Solicito que preparemos Circular Normativa que explicita o procedimento, bem como requisitos técnicos exigidos*”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): 8 anos depois!

O Orador*: 8 anos depois, em 2012 o Sr. diz que se havia em 2012 não precisava, em 2012 havia e o Sr. em 2019 disse para fazer a Circular, não fizeram Circular nenhuma, Sr. Deputado, não fizeram, teve que ser este Governo, mais uma vez, este Governo a fazer aquilo que os Srs. não fazem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP,
PPM e dos Membros do Governo)*

O Orador*: E, quanto a haver chumbos de Resoluções e Decreto Legislativos nesta Casa, porque as situações já estavam resolvidas, foi este o comportamento normal, a prática política corrente do Partido Socialista, de quantas vezes que apareciam aqui Projetos de Resolução e os Srs. chumbavam o Projeto...

Deputado Tiago Lopes (PS): Os senhores estão a fazer pior!

O Orador*: ... chumbavam o Projeto porque diziam que estavam a fazer, neste caso é diferente, nós não fazemos igual, neste caso o que estamos a fazer é a cumprir com aquilo que os Srs. disseram que iam fazer e não fizeram! É esta a diferença!

Quanto ao número de testes, como bem percebe o Sr. Deputado, o Sr. Deputado gosta de fazer é chicana política, o Sr. Deputado bem percebe, bem percebe, que é impossível eu saber o número de testes que foram realizados, eu não sei o número de Raio X que foram feitos nos Açores, eu não sei o

número de Análises Clínicas ao Sangue ou à Urina que foram feitos nos Açores...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas pode saber, ou não pode?

O Orador*: ... é impossível saber isso, mas o Sr. Deputado faz a perguntinha várias vezes para depois dizer: “*não responde*”, obviamente que eu não sei o número de testes que são feitos nos Açores, obviamente que isso é impossível, nem eu sei, nem o Sr. sabia, nem nenhum Deputado nesta Casa pode saber números destes!

Estamos a falar de política e em termos políticos este Projeto de Resolução que os Srs. apresentam apenas e só vem reiterar...

Deputado Tiago Lopes (PS): Quem é o Secretário Regional da saúde aqui?

O Orador*: ... aquilo que está a ser feito e sobretudo a ingerir-se na autonomia clínica, passando um autêntico atestado de incompetência aos médicos, aos profissionais de saúde e às Unidades de Saúde, que têm trabalhado num ano de pandemia e trazer isto numa altura destas, com esta absoluta falta de fundamentos, num tempo em que a pandemia já acabou...

Deputado Berto Messias (PS): A pandemia já acabou, Sr. Secretário?

O Orador*: ...o Sr. Deputado tem que se agarrar a uma outra coisa qualquer, agarra-se a isso! Agarrou-se mal e felizmente os Srs. Deputados já perceberam a falácia da vossa proposta que está bem evidenciada com a falta de fundamentos com que a apresentou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados:

Só para duas ou três notas, relativamente a esta matéria, precisamente para evidenciar, mais uma vez, as contradições...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Nem por isso!

O Orador*: ... e eventual confusão, daqui, da parte do Governo Regional.

Se já estava implementado, para que foi então publicada uma Circular Normativa, curiosamente, depois de ter dado entrada um Projeto de Resolução da parte do Grupo Parlamentar do PS...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador*: ... relativamente a esta matéria?

Deputado João Vasco Cordeiro (*PS*): É só procurar!

O Orador*: Mas a contradição não se fica só por aqui.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Como era antes?

O Orador*: Perante a acusação, depois, Sr. Secretário, não diga que não ouve, que não foram explicadas as coisas, nem foram colocadas as questões. Mas a contradição, dizia eu, não se fica só por aqui, porque perante a acusação de ingerência que é feita, tanto por parte do Governo Regional, como por parte dos Partidos que suportam este Governo, de que esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS irá ingerir sobre aquilo que é a atividade clínica dos profissionais de saúde, das Unidades de Saúde, eu gostaria aqui de recordar, e vou fazer chegar à Mesa, Sr. Presidente, um Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente à abertura de uma sala de pequena cirurgia nos centros de saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande. Isso não é ingerência?

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): É igual!

O Orador: Tenho aqui também uma proposta que vou fazer chegar à Mesa, Sr. Presidente, de um Projeto de Resolução do CDS-PP...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mas há outras recomendações!

O Orador: ... que recomenda ao Governo Regional a priorização da realização de testes de despistagem da Covid-19, no universo dos testes dos utentes de lares de idosos.

Deputado Berto Messias (PS): Isto também não é ingerência?

O Orador: Também não é ingerência?

Deputado Berto Messias (PS): Também não é um atestado de menoridade aos médicos?

O Orador: Coerência é absolutamente zero, Sr. Secretário!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Tiago!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Ingerência é a inatividade política!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Berto Messias (PS): O resultado da ingerência, é o estado em que chegou o Serviço Regional de Saúde!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é que é mau!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Qual serviço?

Deputado Tiago Lopes (PS): Transferir doentes com COVID para enfermarias com doentes não COVID!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é inatividade política!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Um protesto, Sr. Presidente, um protesto!

Presidente: Sr. Secretário Regional, pede a palavra para um protesto. Vai ter de fundamentar o protesto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, o protesto tem a ver com um aparte dirigido pelo Sr. Deputado

Tiago Lopes, que mais uma vez insiste num problema que causou grande suspeições e grande alarme na sociedade açoriana, e já está mais do que esclarecido.

Era para um protesto relativamente a essa matéria.

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu não lhe posso dar a palavra porque eu não ouvi o aparte, eu não consigo avaliar se é motivo ou não...

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Mas eu repito.

O Sr. Deputado Tiago Lopes disse que ingerência era transferir doentes não Covid para enfermarias Covid!

Deputado Berto Messias (*PS*): Sim! E o que é que isso tem demais?

O Orador*: O contrário: foi doentes Covid para enfermarias não Covid!

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador*: Foi isto que foi dito pelo Sr. Secretário.

Eu, eu nome do Serviço Regional de Saúde, dos profissionais de saúde e do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador*: ... não posso deixar passar mais uma vez esta tentativa de alarmar...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ... e criar medo na sociedade açoriana.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu não lhe dei a palavra para um protesto. Portanto, quando muito, o que posso conceder-lhe, é pedir aos

serviços que façam essa transcrição e se ela foi audível, facultar-lhe essa transcrição do diário.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Deve ter sido inaudível, como sempre! Já é costume não ouvirem os apartes daquele lado!

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está de cabeça perdida!

Presidente: Vamos dar continuidade ao debate.

Tinha pedido a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Para participar no debate, tem a palavra a Sra. Deputada.

(*) **Deputada Salomé Matos** (*PSD*): Obrigada Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente

Srs. Membros do Governo

Eu pedi a palavra só para eventualmente fazer alguns esclarecimentos, penso que foi a Sra. Deputada Alexandra Manes que fez uma referência, discriminou algumas respostas e eu vinha só, na sequência daquilo que já foi dito, recordar, nomeadamente o parecer do Hospital da Horta dizia que, para além de, aproveitando para informar que já possuía e aplicava estes testes há alguns anos, que, quer os Hospitais, quer as Unidades de Saúde de ilha sempre puderam adquirir livremente estes testes, sem que fosse preciso qualquer legislação nesta matéria.

O Hospital do HSEIT...

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Eu não disse que era HSEIT!

A Oradora*: ... sim, sim, estou fazendo um esclarecimento, quando o HSEIT diz que não carece de medidas adicionais e que pretende manter o modelo de funcionamento, penso que está claro, subentende-se que não precisam de guidelines do exterior para cumprir a sua boa prática.

Por último e vou, apenas aqui uma nota, lamentar que, tendo tido a oportunidade de apresentar uma substituição integral deste documento de ontem, de hoje, que o Grupo Parlamentar do PS tenha, e, parece-me, correndo

o risco de semear algum sentimento de insegurança e alarmismo, ao enquadrar este assunto e sinto ter repetido o mesmo parágrafo que estava no texto, que havia sido entregue a 12 de janeiro, que é: num contexto pandémico evolui desfavoravelmente as restantes patologias, não podem, nem devem ser descuradas, e parece-me que ficou, já ficou claro que o contexto pandémico não evolui desfavoravelmente à data de hoje.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução: **Projeto de Resolução n.º 88/XII – "Implementação de testes de diagnóstico antigénico rápido (TDAR) do streptococcus beta-hemolítico do grupo A e sua disponibilização nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência"**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Faz favor Sra. Secretária.

Secretária: O Projeto de Resolução colocado à votação foi rejeitado com os votos contra: 21 do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, votos a favor: 25 do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretária. Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda, vamos avançar para os pontos seguintes, definiu e decidiu e

deliberou a Conferência de Líderes que o ponto 7., 8. e 9. seriam discutidos em conjunto, e, portanto, para esse debate em conjunto os proponentes, o Partido Socialista e o Governo dispõem de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS/PP de 14 minutos, o CHEGA de 10 minutos, a Iniciativa Liberal de 10 minutos, o Sr. Deputado Independente de 5 minutos, ao que acresce aos Grupos e Representações Parlamentares mais 8 minutos e ao Sr. Deputado Independente mais 4 minutos.

Vamos iniciar pelo ponto 7. Com a apresentação da iniciativa, é o

Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na

Região Autónoma dos Açores”, é uma iniciativa que é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PPM, tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo

A iniciativa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Primeiro partido ambientalista em Portugal!

O Orador*: ...exatamente, primeiro Partido Ambientalista da Península Ibérica.

Deputado Berto Messias (PS): Quiçá, da Europa!

O Orador*: É verdade, é verdade, é por uma razão, é que nós, livramo-nos da Ditadura mais cedo que os Espanhóis e por isso tivemos Partidos mais cedo também.

Mas a questão é simples, vou sintetizar aqui aquela que é a Proposta do PPM na sua parte resolutiva, que propõe o seguinte: no prazo máximo de um ano, após a aprovação da presente recomendação proceda à atualização do Regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente transpondo para a Ordem Jurídica Regional as

Diretivas Europeias referentes ao Regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, adotadas após entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A de 15 de novembro e termine com o quadro de menor exigência por comparação com o Regime Jurídico Nacional existente no âmbito dos Normativos Regionais referentes à caducidade da Declaração do Impacte Ambiental.

Portanto, a questão é simples e que tem a ver com a desadequação do nosso Regime, do Regime Regional, em relação ao grau de exigência que existe a nível da Legislação Nacional e também das Diretivas Europeias, e, portanto, é basicamente isto, é uma necessidade que o Governo Regional reconheceu e a generalidade das forças políticas, assim como também as diversas entidades que foram ouvidas, por isso, nesse sentido, é uma iniciativa largamente consensual e mais do que isso, é muito necessária!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos então passar à apresentação do **Projeto de Resolução n.º 31/XII – “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, para a sua apresentação.

Deputado António Lima (BE): - Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Na Região Autónoma dos Açores foram produzidas durante o ano de 2020 cerca de 141 mil toneladas de Resíduos Urbanos, dos quais 87 mil toneladas na ilha de São Miguel e 33 mil toneladas na ilha Terceira.

Estas duas ilhas produzem cerca de 84% de todos os resíduos sólidos urbanos da Região Autónoma dos Açores.

Na ilha de São Miguel, apenas pouco mais de 30% destes resíduos foram sujeitos a valorização orgânica ou material.

Ou seja, quase 70% dos resíduos foram colocados em aterro.

Estes números estão muito longe das metas previstas no Plano Estratégico de Prevenção de Gestão de Resíduos (PEPGRA) para 2020 para a ilha de São Miguel: 50% de reciclagem e 40% de deposição em aterro.

As metas de reciclagem definidas na legislação europeia, onde são definidas as novas metas de preparação para a reutilização e reciclagem, estabelecidas para 2025 (55%), 2030 (60%) e 2035 (65%) e a nova meta para a deposição em aterro (10%) afiguram-se ainda mais difíceis de atingir no panorama atual, acrescem a estas as metas de redução da produção de resíduos de cerca de 15% até 2035.

Não esquecendo a obrigatoriedade de recolha seletiva de resíduos orgânicos que compõem 36,2% dos resíduos produzidos nos Açores em 2020.

A estratégia de gestão de resíduos para a ilha de São Miguel desenvolvida pela Associação de Municípios da ilha de São Miguel (AMISM) tem caminhado no sentido de resolver o problema da deposição de resíduos em aterro através da incineração de resíduos.

O projeto de construção de uma central de valorização energética na ilha de São Miguel arrasta-se há longos anos.

O seu Estudo de Impacte Ambiental data de 2010 e o concurso público para a construção da central de valorização energética já vai na sua terceira versão.

O Estudo de Impacte Ambiental prevê uma capacidade de incineração de 138 mil toneladas/ano (quase que daria para incinerar a totalidade dos resíduos produzidos nos Açores em 2020).

O atual projeto lançado a concurso prevê uma central de capacidade energética com uma capacidade bastante inferior – 55 mil toneladas / ano – mas que ainda assim poderá incinerar mais de metade dos resíduos

produzidos na ilha, o que matematicamente inviabiliza o cumprimento das metas de preparação e reciclagem.

Este estudo e a respetiva declaração de impacte ambiental estão significativamente desatualizados.

Se os pressupostos para a construção de uma central de valorização energética na ilha de São Miguel com a capacidade prevista já eram altamente discutíveis em 2010, hoje são ainda mais, tendo em conta as metas mais ambiciosas e a capacidade instalada na Região.

O caminho para a construção de mais uma central incineradora é uma subversão da hierarquia da gestão de resíduos na Região.

Mas mais do que um mero cumprimento de metas, os motivos para se optar por outras soluções são, acima de tudo, ambientais: não é aceitável que se incinerem resíduos passíveis de serem reciclados.

Ninguém acredita na lógica económica e até operacional que nos é vendida de que será uma incineradora que só funcionará a meio tempo.

Na ilha Terceira já existe uma central de valorização energética em funcionamento.

Os resultados estão à vista: há uma estagnação da valorização material e orgânica – cerca de 30% – o que demonstra que garantir o funcionamento de uma incineradora sobredimensionada inviabiliza o aumento da reciclagem pela pressão que existe para alimentar o funcionamento da central.

Para além disso é conhecida a opção pela mineração de resíduos em aterro para alimentar a central de valorização energética da ilha Terceira, resíduos estes que são de baixa qualidade para valorização energética.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador*: Foi já assumido, no passado, pela TERAMB, empresa que gere a incineradora na ilha Terceira, em parecer enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a Central de Valorização Energética da ilha Terceira está sobre dimensionada pois, de acordo com a empresa,

esta “*tem capacidade para absorver a fração resto da RAA, desde que sejam instaladas unidades de reciclagem (TMB) em todas as ilhas*”.

Curiosamente, mais tarde, os mesmos responsáveis já vieram dar o dito por não dito, destruindo qualquer credibilidade dos seus responsáveis quando se pronunciam acerca desta matéria.

Perante estes factos será um erro avançar-se com a construção de mais uma central de valorização energética na Região sem avaliar a viabilidade de todas as opções.

É fundamental abandonar o projeto da incineradora de São Miguel, implementar alternativas e reforçar medidas para o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem e deposição em aterro.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que:

1 – Encete negociações com a AMISM de modo a delinear medidas conjuntas para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos não recicláveis da ilha de São Miguel que permitam à Região o cumprimento das metas europeias de prevenção, preparação para reutilização e reciclagem e deposição em aterro.

Essas medidas devem passar:

- a) Pelo aumento significativo da valorização material e orgânica;
- b) Pela utilização de toda a capacidade instalada de processamento de resíduos na Região;
- c) Pelo estudo da possibilidade de transporte de resíduos não recicláveis a partir da ilha de São Miguel para local com capacidade de tratamento desses mesmos resíduos, de modo que seja possível abandonar o projeto de construção de uma central de valorização energética em São Miguel;
- d) Pela disponibilidade de comparticipação financeira do Governo Regional dos Açores às soluções encontradas.

2 – Promova negociações com a TERAMB com vista à instalação de uma unidade de tratamento mecânico e biológico completo a montante da unidade de incineração da TERAMB na ilha Terceira.

O Governo Regional não se pode demitir da responsabilidade de que as metas ambientais que dizem respeito à gestão de resíduos são cumpridas na Região.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Esta iniciativa que hoje debatemos, foi entregue nesta casa com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão a 18 de fevereiro de 2021.

O pedido de urgência, legitimamente, foi rejeitado pela maioria, embora discordemos dessa opção.

No entanto, o que não podemos de modo algum deixar de denunciar e censurar é o veto de gaveta a que esta e outras iniciativas que hoje se debatem foram alvo por parte da Coligação que suporta o Governo.

Só mais de um ano depois de entregue esta iniciativa chega a debate.

Em Comissão a Coligação propôs inúmeras audições e visitas que tiveram lugar durante um ano.

Para quê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade! O Sr. Deputado sabe que a justificação não é essa!

O Orador*: Única e exclusivamente para atrasar o debate sobre esta iniciativa, de modo, a que, o concurso da incineradora de São Miguel terminasse.

Demonstra-se assim o incómodo que esta iniciativa gera ao Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, isso é falso!

O Orador*: E demonstra-se assim a vontade de proteger acima de tudo o negócio da incineradora, colocando em causa o ambiente.

A preocupação sempre esteve mais em garantir a construção e viabilização de incineradoras...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Seja intelectualmente honesto!

O Orador*: ... do que em garantir uma gestão de resíduos eficiente que permita, não apenas cumprir metas, mas acima de tudo um melhor ambiente para os Açores.

Ontem soubemos que até no Pico os municípios já pensam em construir mais uma incineradora, justificando, a Sra. Presidente das Lajes do Pico que a pirólise é uma forma de reciclagem, imagine-se!

Nos Açores, pelos vistos, vende-se aos autarcas a ideia de que incinerar é o mesmo que reciclar.

E, a julgar pela proposta de Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos em consulta pública, o governo assina por baixo.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado, está apresentada mais esta iniciativa.

Vamos passar à apresentação da 3ª iniciativa, que é o : **Projeto de Resolução n.º 33/XII – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel – MUSAMI”**, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, para a sua apresentação, faça favor Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): - Obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

O PAN apresenta hoje, aqui nesta câmara, a iniciativa que pretende por termo a uma situação que se arrasta há mais de uma década e sob a qual o PAN se tem debatido vincadamente desde 2016.

Desde o pronúncio da sua construção, a Central de Valorização Energética de São Miguel, vulgo Incineradora de São Miguel, tem gerado querelas, começando pela contestação pública de movimentos cívicos e ambientalistas

que manifestaram e continuam a manifestar fundadas preocupações de salvaguarda ambiental e de saúde pública.

Todo este processo tem estado envolto em muitas tentativas de bloqueio, desde a entrega em Tribunal de uma Providência Cautelar até a uma Petição, que será apresentada e votada hoje aqui nesta Assembleia.

Mas mesmo assim, os vários Governos Regionais, acompanhados em grande parte pelos executivos camarários, não tem assumido qualquer sensibilidade para com a vontade civil, ignorando todas estas manifestações públicas de apreensão pelo inegável impacto ambiental que virão a ser causados se, porventura, se avançar com a obra megalómana da construção da Incineradora de São Miguel.

Mas vamos à cronologia dos factos para melhor se perceber o absurdo que a construção da referida Incineradora representa e à qual queremos por termo, com esta iniciativa:

- O Estudo de Impacte Ambiental, realizado para analisar os efeitos diretos e indiretos no Ambiente do Ecoparque de São Miguel, foi executado entre Maio de 2010 e Dezembro de 2010, tendo sido revisto entre Maio e Junho de 2011;
- A Declaração de Impacte Ambiental que resulta do referido Estudo, emitida em Novembro de 2011, assumiu um resultado condicionalmente favorável, impondo, no entanto, o cumprimento de medidas de minimização do impacte ambiental previsto;
- Em 2016, a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel - AMISM decidiu, por unanimidade, avançar com a construção de uma incineradora de resíduos;
- O primeiro concurso para a construção da incineradora foi anulado pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, em 2017;
- Em Outubro de 2019, foi anulado pelo Tribunal Administrativo de Ponta Delgada o segundo concurso público para esse fim;

- A 30 de Março de 2020 foi aberto novo concurso. O prazo das candidaturas findava 90 dias após a publicação, havendo uma retificação do anúncio que colocava o prazo de aceitação de candidaturas para 78 dias após a publicação da publicação inicial. A 12 de Junho desse mesmo ano, houve uma prorrogação do prazo, concedendo mais 57 dias para a apresentação de candidaturas.

- Do terceiro concurso resultou vencedora a empresa italiana Termomeccanica, tendo o contrato entre esta entidade e a MUSAMI sido firmado a 25 de Fevereiro de 2021.

- O projecto inicial estava orçado em cerca de 64 milhões de euros. No último concurso vigente, a obra foi posta a concurso pelo preço base de 58 milhões de euros, em resultado do substancial redimensionamento do projeto inicial.

Ora, desta cronologia resulta um hiato temporal de 10 anos entre a emissão da Declaração de Impacte Ambiental e a adjudicação da obra de construção da Incineradora, com a agravante da D.I.A. ter sido emitida sem que tenha sido iniciada a respetiva empreitada ou quando o procedimento concursal tenha sido concluído.

Neste período, as metas legais de reciclagem não foram atingidas, sendo que esta é uma obrigação legal inerente à execução do projeto de construção da Central que não foi cumprida, conforme publicamente assumido pelo Secretário Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, a 2 de Fevereiro de 2021.

Após três concursos públicos e volvida uma década, o projeto inicial e sob o qual vertia a D.I.A sofreu alterações substanciais, sobretudo na redução significativa da respetiva capacidade instalada.

Não é por isso passível de compreensão lógica, por tudo o que acima manifestei, a não declaração da caducidade da D.I.A da Central de Valorização Energética de São Miguel.

A recorrência no manifesto erro que constituirá a construção de mais uma incineradora nos Açores irá ser lesivo, comportando sobre si, ao passo que irá também, comprometer a saúde pública dos açorianos.

Mais, a construção de uma incineradora na ilha de São Miguel irá colocar a ilha e, conseqüentemente, o nosso arquipélago, longe das metas europeias de reciclagem.

Irá dar um sinal errado ao cumprimento das metas comunitárias da gestão dos resíduos e a promoção da reciclagem, junto da população. É também por isso necessária que se proceda à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores.

Vimos aqui, em último reduto, e após serem ignoradas todas as manifestações públicas de civis e organizações ambientais contra a construção da incineradora, tentar travar a construção da incineradora, apelando ao reconhecimento por parte desta Assembleia da caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de São Miguel, enquanto estrutura matriz do Ecoparque de São Miguel.

Quero também lembrar que esta iniciativa foi apresentada há um ano atrás.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Pedro Neves, está apresentada a sua iniciativa.

Sras. e Srs. Deputados eu queria chamar a atenção da Câmara que o Bloco de Esquerda deu entrada de uma Proposta de substituição integral, e, que no meu despacho a data está incorreta, eu vou pedir para corrigirem, eu pôs 08/03/2021 e é 08/03/2022, naturalmente, e, portanto, vou pedir que isto seja corrigido.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Eu quero, fazer aqui, no âmbito do que será uma intervenção comum, fazer um protesto, em relação à intervenção do Sr. Deputado António Lima.

O Sr. Deputado tem que agir com seriedade no âmbito do debate parlamentar Sr. Deputado, e, o que eu lhe quero dizer é que o Sr. Deputado sabe qual é, e sabe muito bem e todos os açorianos sabem qual é a posição do PPM sobre esta matéria, não lhe é lícito chegar ali e não diferenciar as posições dos diferentes Partidos, não pode dizer a Coligação, porque o PSD, o CDS e o PPM têm posições diferentes sobre esta matéria, e V. Exa. sabe que eu apoio a sua iniciativa, como apoio também a iniciativa apresentada pelo PAN.

E, portanto, em relação a esta matéria o Sr. sabe, tem consciência disso, e, portanto, lamento profundamente que o Sr. Deputado não tenha a honestidade do ponto de vista intelectual dizer aquilo como as coisas são, o Sr. não pode fazer essas simplificações, que são simplificações que acabam por não corresponder àquela que é a verdade do posicionamento dos diversos Partidos e, portanto, V. Exa. não gostaria de, que o posicionamento, o seu discurso está a ser ouvido por muitos açorianos e está a ser ouvido por muita gente, e, portanto, está a induzir em erro sobre a posição do PPM nesta matéria um conjunto de pessoas e eu estou aqui a fazer esta intervenção para desmentir V. Exa. e protestar contra a atitude de V. Exa. que sabe perfeitamente qual é a minha posição sobre esta matéria e digo-lhe já, como V. Exa. bem sabe votarei favoravelmente a sua iniciativa e também a iniciativa do PAN nesta matéria, e, portanto que agiu incorretamente na minha perspetiva em relação à forma como fez o seu discurso, sabendo que não correspondia à verdade daquilo que estava a dizer.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Paulo Estevão.

Estão abertas as inscrições, a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado José Contente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação a essas iniciativas, como foi vastamente conhecido, ou conhecidas as posições em Comissão, tem alguns entendimentos que gostaria aqui de partilhar com a Câmara.

Em primeiro lugar em relação ao Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”, que foi apresentado pelo PPM, nós, sem prejuízo de considerarmos que é uma atribuição própria e legítima do Governo Regional, que, aliás como o Sr. Secretário disse em Comissão, estava no seu Programa de Governo, ainda que isso tenha sido, não posso deixar de dizê-lo em 28 de maio de 2021 e que tenha dito também, tive há pouco a rever, que era possível cumprir o prazo de um ano para que essa nova legislação de impacte ambiental pudesse vir a ser realizada, o facto é que já passamos quase um ano e isso ainda não foi conseguido.

De qualquer modo, sei que aprovando esta iniciativa o Governo fica com mais um ano para poder aprovar essa declaração de impacte ambiental.

Bom, mas isso não tira mérito à necessidade de aprovar uma legislação que seja própria dos Açores e que não tenha por princípio só a questão de replicar a legislação nacional é por isso que nós temos autonomia e que temos que, de algum modo fazer essa conformidade, como aliás, provavelmente, vamos fazer ao PEPGRA, de qualquer modo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma diretiva!

O Orador*: ... Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu gostaria de esclarecer um pouco essa questão das diretivas, porque houve aí de facto que tinha um conjunto de argumentos no proémio ou no preâmbulo da sua Resolução, mas o nosso entendimento, que aliás foi subscrito também pelo Governo e nem poderia deixar de sê-lo, é que o Decreto Legislativo Regional 30/2010 não está desatualizado face à possibilidade que a Região tem, de acordo com a diretiva 2014, que é somente uma compilação das diretivas anteriores, e portanto, não há desatualização da legislação regional em relação a esta

matéria de licenciamento ambiental, e mais, e isso pode ser facilmente comprovado quando na diretiva se diz uma coisa tão simples que é para o efeito os Estados Membros podem fixar prazos para validar da conclusão fundamentada no referido art.º 1.º e 2.º alínea g) sobre a alínea IV, qualquer uma das decisões referidas no ponto 3., que se refere exatamente a esta questão de avaliação de impacte ambiental também.

E, por isso, a Região não prevaricou ou não está desfasada para aquilo que fez no passado e que continua a estar em vigor, enquanto não forem alteradas qualquer um desses pressupostos, ou seja, há conformidade do Decreto Legislativo Regional de 2010 com as Diretivas Comunitárias, sem prejuízo da legitimidade do Governo de querer, como foi dito em Comissão pelo Sr. Secretário de poder alterar algumas situações que estão previstas no Decreto de 2010, e conformando-as mais à realidade dos Açores do que à questão nacional, que já foi, onde já foi revertida alguma aplicação dessas diretivas.

É para isso que serve a nossa autonomia, no nosso entendimento.

Depois, queria também dizer que em relação às iniciativas quer do PAN, quer do Bloco de Esquerda, o Partido Socialista tem algumas reservas às posições destas duas iniciativas, porque, também foi bastante discutido com várias pessoas que foram às Comissões, sob ponto de vista de esclarecer alguns dos pontos que constituem as principais objeções que estão vertidas nessas outras iniciativas, quer o Projeto de Resolução 31, quer o Projeto de Resolução 33, porque, nomeadamente, há aqui uma coisa que é, e que para nós constitui extemporaneidade dessas iniciativas.

A incineradora está num estado, de facto, de resolução e de adjudicação, que por exemplo seria preciso que as Associações voltassem, no caso de S. Miguel, a MUSAMI tivesse que despende 5 ou 10 Milhões de euros, para que o processo se revertesse, portanto era voltar atrás com um processo que está numa fase muito adiantada, e, depois também nos parece, porque isto faz parte da questão que também foi aqui invocada, que não há desconformidade com a Diretiva Europeia, nem com a Legislação Nacional, pelos motivos

também que nós já há pouco apresentamos, quer dizer, não há de acordo com o tal, como eu disse há pouco, art.º 8.º n.º 6 da Diretiva 2014, nenhuma desconformidade com a possibilidade da Região poder não só fazer a avaliação de impacte ambiental e mais, nós já estamos em fase de RECAPE - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e, por isso, não nos parece que haja nenhuma desconformidade.

Há também, outra situação que tem sido invocada e que foi esclarecida na Comissão, e que nós já tínhamos essa noção, não é possível sob ponto de vista da eficácia por um lado e dos custos que isso teria, levar resíduos de S. Miguel para, ou da MUSAMI para a Terceira por uma razão muito simples, é porque nós temos que considerar qual é a capacidade instalada da TERAMB e o que é que em S. Miguel se produz, nomeadamente, com resíduos urbanos e não urbanos e subprodutos de origem animal e vegetal não valorizáveis, que são cerca de 50 mil toneladas por ano, ora isto, só isto daria para encharcar a Central de Valorização Energética da Terceira, e portanto, há também associado a isso, como disse o Presidente da Câmara de Angra, ainda numa audição recente, muitos outros fatores que não aconselhariam esse transporte, não só fatores da própria poluição que causaria esse transporte, como o custo desse transporte, e portanto, há um conjunto de situações que gravitam em torno desta ideia que não só em termos quantitativos, como em termos qualitativos não aconselhariam a esta posição.

E, por isso, o PS não pode acompanhar estas duas iniciativas do PAN e do Bloco de Esquerda, porque elas efetivamente nos parecem que tenha alguns pontos de fragilidade, nomeadamente com as questões que foram invocadas, não só em termos de conformidade com a Diretiva Europeia, como também com a questão da possibilidade da Central de Valorização Energética da Terceira poder assumir tudo aquilo que seriam os resíduos que existem em S. Miguel de vária natureza e não só aqueles que podem ser comumente considerados os resíduos que vão para a Central de Valorização Energética,

há outros resíduos que eles próprios acabariam por resultar numa impossibilidade da Terceira receber esses resíduos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Marco Costa, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Gostaria de começar por fazer duas referências iniciais ao trabalho em Comissão, situamo-nos em polos opostos com a leitura que foi feita pelo BE, estranhámos até e muito aquilo que foi a leitura feita pelo Sr. Deputado António Lima que reclamou do tempo em Comissão, do timing de entrega da iniciativa e de subida a Plenário, mas foi depois do Sr. estar a apresentar a iniciativa que chegou a todos nós uma substituição integral, portanto há aqui uma contradição.

Deputado António Lima (BE): Isso são números!

O Orador*: Mas as referências que queria fazer à Comissão é pelo bom trabalho e os documentos que ficaram produzidos em Comissão.

E, portanto, nós não podemos também estar sempre só com a questão do calendário sobre a nossa oportunidade política, e este é um daqueles casos em que pelas Entidades auscultadas, seja no Poder Regional, do poder Autárquico, as Empresas Privadas envolvidas no setor dos resíduos, os Especialistas do setor Nacionais e Regionais e as Entidades representativas da Defesa do Ambiente, acho que ficaram documentos produzidos que serviram em muito para esclarecimento da realidade e das diferentes posições envolvidas e portanto são documentos para o futuro, para os decisores e para os cidadãos açorianos que ficaram de valia, portanto consideramos que foi bom para a discussão desse assunto o trabalho que foi desenvolvido em Comissão, e, com isto deixar uma palavra aos dois presidentes de Comissão

que acompanharam estes processos, a Deputada Bárbara Chaves e o Sr. Presidente de Comissão José Eduardo pelo acompanhamento que fizeram e pela dedicação que se percebeu que foi preciso ter em alguns dos pontos aqui discutidos.

E, portanto, são dois documentos, são vários documentos que ficam em Comissão e que pela sua dimensão, pelo seu valor técnico consideramos que são mais valias.

Achamos que deve ser feita aqui uma reflexão, depois daquilo que foi o denso trabalho em Comissão sobre aquilo que nos une neste setor.

E o que é que nos une neste setor?

Une-nos a sensibilidade ambiental, acho que é de todos nós, depois a defesa unanime da economia circular e o objetivo de proteção ambiental da nossa Região.

Portanto estes são pontos que devemos ter como de unidade em todos, quando olhamos para as questões ambientais.

Façamos então um enquadramento sobre as iniciativas que nos trazem a este debate.

Estamos perante iniciativas que partem de uma linha comum de pensamento de oposição clara à opção de valorização energética dos resíduos – a incineração.

Portanto, direta ou indiretamente, seja por argumentos ligados ao alcance, ou cumprimento das metas europeias de reciclagem, ou pela interpretação da legislação, nomeadamente sobre a atualização ou não da mesma.

Mas com um objetivo direto ou indireto de inviabilizar a construção da uma segunda Central de Valorização Energética nos Açores, neste caso em S. Miguel, por iniciativa da AMISM.

Esta é uma discussão longa, que motivou muita discussão pública, e legítima mobilização da sociedade civil, e até posições distintas sobre a incineração de resíduos.

Chegados aqui existem algumas questões que devemos colocar:

1. Temos ou não capacidade neste momento para valorização energética dos resíduos não recicláveis produzidos na Região?
2. Mesmo com o alcance das metas de reciclagem, temos capacidade para eliminar, de forma responsável, todos os resíduos não recicláveis produzidos na Região?
3. É viável, no plano técnico e económico, transportar resíduos entre ilhas, nas quantidades que se afiguram?

Num mundo ideal, não seria necessária a Valorização Energética dos Resíduos.

Mas esta é a posição mais responsável e equilibrada perante a nossa realidade?

Estas são questões que ficam!

Ex.mos Senhores

Estamos todos no lado da diminuição da produção de resíduos, mas existem fatores que não podem ser deixados de lado, como sejam os nossos elevados níveis de importações e a nossa realidade arquipelágica.

Os dados conhecidos e publicados mostram-nos uma realidade muito diferente entre ilhas, principalmente pela dificuldade de cumprimento das metas na Terceira e S. Miguel.

Mas os dados de 2020 também nos demonstram que mesmo alcançando as metas europeias, as quantidades de resíduos não recicláveis continuam a justificar a existência de uma segunda Central de Valorização Energética nos Açores.

Outro dos pontos propostos nas resoluções é a revisão do PEPGRA, propósito que o governo já está a cumprir, com a versão PEPGRA +, neste momento em consulta pública, com a qual concordamos, porque apresenta metas ambiciosas.

Mas devemos mesmo ter objetivos ambiciosos na área ambiental.

Este é um caminho difícil, para o qual somos todos convocados e no qual os municípios tem um papel fundamental.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador*: E não temos dúvidas que os municípios trabalham todos os dias para melhorar a condição ambiental dos seus territórios e com custos económicos razoáveis, tanto para os próprios municípios como para os seus munícipes.

Mas este trabalho está longe de estar concluído, em primeiro lugar porque a pedagogia tem de ser continua e depois porque têm de existir investimentos que garantam eficiência.

Sras. e Srs. Deputados

Como aqui referi pela leitura que fiz da entrada também de uma substituição integral da Resolução do BE (31/XII), no início desta discussão, mas vou um pouco atrás e foi à sua leitura que a primeira versão, claramente que foi depois corrigida, condicionava de uma forma um bocado, digamos dura, aquilo que são as decisões tomadas ...

Deputado António Lima (BE): O problema é esse!

O Orador*: ... era uma posição de “impor”, quando, acho, que ao ser dessa forma perante a legislação em vigor era infringir a Lei.

Em segundo lugar propõe que se estude o transporte de resíduos para o exterior de S. Miguel.

Propõe também que se estude a possibilidade de apoio financeiro para o transporte em causa.

E faz propostas que, digamos assim, intervém naquilo que é o objeto de funcionamento, tanto da TERAMB como da MUSAMI, como se esta Assembleia fosse deliberar sobre a gestão interna daquele que no fundo é a razão de ser de existirem essas duas Empresas, que são da autonomia do Poder Local.

E, portanto, não podemos concordar com estas propostas.

Deputado António Lima (BE): Isso já vem há um ano!

O Orador*: Relativamente à proposta do PAN...

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso é uma ambição do PAN há anos!

O Orador*: ... prevê digamos que, seja Declarada a Caducidade de Documentos já emitidos, que têm a sua aplicação legal, que devem ser fiscalizados e defendemos essa fiscalização, mas também, como aqui já foi referido consideramos que no plano das regras existentes é que devem ser condicionadas e não por uma deliberação de caducidade emitida pela Assembleia Regional.

E o mesmo acontece, mas num plano muito diferente, a recomendação do PPM que é a atualização da legislação em vigor e, portanto, consideramos que é perfeitamente natural, como aqui já foi justificado essa atualização da legislação.

E, portanto, estamos perante propostas resolutivas completamente diferentes e algumas, convergentes em objetivos comuns, mas a nossa votação será claramente numa leitura sobre os pontos resolutivos de cada uma das Resoluções aqui apresentadas.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados

Sras. e Srs. Membros do Governo

Começo esta segunda intervenção por me pronunciar sobre as restantes iniciativas em debate, antes de responder também às intervenções que se seguiram.

Relativamente à proposta que o PPM nos traz, bem, é daquelas propostas típicas do “*melhoral*”, porque é uma proposta que sobre este assunto, sobre a construção de uma, ou pelos vistos mais incineradoras na Região, não faz

bem nem mal, porque já não fazia na altura a proposta não tem nenhum problema, recomenda ao Governo que no prazo de um ano apresente uma proposta de alteração à legislação de avaliação ambiental, nada contra, como é óbvio, mas qual era o efeito há um ano dessa proposta relativamente ao projeto em questão? Nenhum!

Porque naturalmente essa proposta não teria efeitos retroativos, muito menos agora, nesta fase, um ano depois.

Mas Sr. Deputado Paulo Estevão deixe-me que lhe diga eu senti e notei um claro arrefecimento na sua luta contra a inceneração, principalmente desde que o Sr. se senta aí desse lado e desde que o Sr. apoia, integra, o seu Partido um Governo, e não me venha dizer que o PPM é contra este projeto, porque o PPM enquanto Partido que integra o Governo, se quisesse efetivamente fazer alguma coisa sobre o assunto, já tinha efetivamente feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está a ser um bocado injusto!

O Orador*: E a proposta que o Sr. apresenta não temos nada contra ela, não terá, nem teria nenhum efeito no que respeita a este projeto da incineradora de S. Miguel, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado se quiser ser consequente tinha feito outra proposta, ou então tinha dito aos seus Membros do Governo que apoia, que deveriam fazer alguma coisa para parar o processo, o que é que o Sr. fez relativamente a esse aspeto?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Fez o que o senhor nunca fez!

O Orador*: Bem, eu não sei, não ouvi nada, provavelmente ou não fez nada ou não o ouviram, mas isso é assunto interno da Coligação que terão que resolver entre vós.

Relativamente à proposta do PAN, ela parece-me que parte de um pressuposto que nos parece correto, não temos certezas absolutas relativamente à interpretação do ponto de vista jurídico, relativamente à

caducidade da Declaração de Impacte Ambiental, ela de facto tem condicionantes que não foram cumpridas, ou seja, o projeto está condicionado. Sr. Deputado Marco Costa, as condições já existem, ou existiam, as condições já existem na chamada Declaração de Impacte Ambiental, por isso o condicionamento não é uma invenção do Bloco de Esquerda, o condicionamento existe! Chama-se Declaração de Impacte Ambiental, e, que se impõe condições e uma das condições Sr. Deputado era exatamente o cumprimento das metas de preparação e reciclagem para 2020. Ora, esse condicionamento não foi cumprido, aliás como já reconheceu o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas e tenho aqui uma citação de uma entrevista sua em que diz o seguinte: “*A MUSAMI enquanto entidade gestora do ecopark terá de demonstrar em sede de RECAPE que estão definidas soluções de gestão que evidenciem, que embora com atraso, face a 2020, atraso, quer dizer incumprimento, a meta de reciclagem será atingida, sendo que o incumprimento persiste até que a meta seja alcançada.*” Ora bem, então afinal houve incumprimento da Declaração de Impacte Ambiental. O Sr. Secretário na mesma entrevista, refere que isso não significa que ela deva ser revogada, não vou entrar por aí...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Pode entrar!

O Orador*: Mas eu concordo com a interpretação do PAN, mas eu vou seguir a sua linha de raciocínio e vou pedir uma resposta, relativamente à Declaração de Impacte Ambiental, o Sr. Secretário diz que: o incumprimento de uma condicionante da DIA, Declaração de Impacte Ambiental, constitui uma contraordenação ambiental muito grave, devendo ser notificada a Inspeção Regional do Ambiente, para efeitos de instauração de um processo de contraordenação e consequente decisão, Sr. Secretário gostaria que nos esclarecesse é: como é que está esse processo? Qual foi a contraordenação? Qual foi a multa aplicada? A contraordenação aplicada e se já pagou, porque, de facto isto parece-me por demais importante.

Relativamente à nossa iniciativa, voltando um pouco atrás, eu, percebo a posição do Partido Socialista, sempre foi essa, aliás, por diversas vezes, tentamos, ainda na anterior legislatura, apresentar propostas nesse sentido, na altura a justificação era outra, agora é porque é extemporâneo, há um ano talvez não fosse, há dois anos seria outro motivo, eu nem vou entrar por aí, porque de facto, essa posição é sobejamente reconhecida, mas a proposta não é, nem era extemporânea, muito menos era extemporâneo há um ano atrás, porque de facto ela só é discutida um ano depois, porque as Sras. e os Srs. Deputados assim o quiseram!

Por isso acusar a proposta de ser extemporânea não é, evidentemente uma crítica que se possa fazer ao Bloco de Esquerda, mas sim ao conjunto dos Deputados que chumbou o pedido de urgência.

De facto, muitas vezes salienta-se a incapacidade da incineradora que já existe em receber mais resíduos, apontando para os resíduos orgânicos, resíduos do matadouro, biomassa florestal, etc., etc. Bem, todos esses resíduos têm métodos de tratamento que não necessitam necessariamente de ser a incineração, pelo menos na sua totalidade, basta para isso haver vontade política mais uma vez de investir noutros métodos, para que resíduos que não têm qualidade, nem têm grande valor energético, não sejam incinerados, mas como é preciso justificar a manutenção e a construção de mais incineradoras, somam-se esses resíduos todos, põe-se resíduos orgânicos sem valor nenhum para a incineração, põe-se para incineração somente para fazer número.

Mas, já estamos habituados a esses argumentos que surgem sempre que se debate esta matéria.

Eu gostaria de referir, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Marco Costa, em que falou da proposta que está em consulta pública do PEPGRA, bem, essa proposta é por demais interessante e será, julgo eu, chegará a esta Casa para debate, porque uma das justificações é exatamente esta, para a continuação do projeto da incineradora de S. Miguel é que produzimos

demasiados resíduos e então não há nada a fazer, tem de ser, temos mesmo que construir mais uma incineradora.

Mas então o que é que faz o Governo para o futuro? O que é que está a pensar o Governo, o que é que está a planear o Governo relativamente aos resíduos? Vamos produzir menos, vamos implementar medidas para produzir menos resíduos? Eu, julgo eu, que deveria ser esse o caminho que o Governo estaria a implementar, olhamos para a proposta que está em consulta pública do PEPGRA e aquilo que vemos é que o Governo prevê, relativamente a 2019 um aumento até 2035 de 7% da quantidade de resíduos, ou seja, exatamente o oposto àquilo que dizem as metas ...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Essa meta não **confirmada!**

O Orador*: ... da União Europeia para a produção de resíduos, em que se prevê 15% a menos de produção de resíduos.

O que é que o Governo quer? Produzir mais! Sempre produzir mais, para viabilizar a intenção, agora de mais uma ilha, em construir uma incineradora, neste caso, duas incineradoras.

Produzir mais para viabilizar o negócio do lixo, essa parece ser a intenção e a estratégia que o Governo apresenta no PEPGRA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Vice

Srs. Membros do Governo

Eu acho que até com jeitinho o PS chega lá e é capaz de votar a favor, apesar de serem iniciativas extemporâneas, que, pudera, quando existe o veto gaveta, e foi, Sr. Deputado Marco Costa, um veto de gaveta, isto não é culpa, obviamente das Comissões, mas é, existe e será, existirá sempre um bloco

central entre o PS e o PSD, quando temos estes temas, que são tão importantes para a Região.

Isso é que é a verdade! E houve um veto de gaveta por parte, não da Comissão, mas pela parte dos Partidos dentro da Comissão relativamente a termos várias diligências e as mais morosas possíveis e isto não tem a ver com informação técnica que nós retiramos, que é sempre válida e servirá sempre de futuro, mas não serviu para o Sr. Deputado Marco Costa, porque você chegou aqui, na sua intervenção com várias perguntas, acho que você precisava de mais dois anos...

Deputado Marco Costa (PSD): Por isso o senhor não dá as respostas!

O Orador*: ... para conseguir perceber as partes técnicas de todas as pessoas, porque se esta Assembleia demorar um ano para tratar cada iniciativa, estamos muito mal e esta Região é melhor fechar para obras, porque não vamos muito longe.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não há mão de obra!

Deputado Nuno Barata (IL): Massa crítica! Falta massa crítica!

O Orador*: Sr. Deputado Paulo Estevão eu concordo consigo, e tenho que dizer todo o mérito que você teve, relativamente a esta temática, neste caso para usar todas e quaisquer ferramentas para conseguir travar a incineradora, neste caso a segunda incineradora nos Açores, aliás, foi até a primeira vez que eu conheci o Sr. Deputado, foi mesmo, numa mesa da Comissão, eu como cidadão e o Sr. Deputado que prontificou-se logo a ajudar em tudo o que fosse preciso e aliás a fazer tudo em termos também da parte jurídica.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E fez!

O Orador*: Fez e continua a fazer e não posso dar razão ao Bloco de Esquerda no aspeto que dizia que tinha que retirar o PPM da equação da Coligação, não, não, não, nós temos que tirar também o CDS, porque o CDS é contra a incineradora, isto no meio da campanha de 2020, para ter votos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ninguém disse isso!

O Orador*: ... e para ter deputados era contra a incineradora, e, então o problema aqui é só um o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda tinha que dizer que só o PSD é que não quer, de resto na maioria, neste caso, dos Partidos da Coligação são a favor não da incineradora, mas para travar a todo o custo a (**impercetível**) da incineradora de S. Miguel.

Sim, Sr. Vice, vocês têm que mandar abaixo ainda do vosso Site, que ainda não mandaram, e, está aqui...

(neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à camara!)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Que foto é essa?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas olhe que essa sua informação não está completa! Tem que a complementar! Era o Sr. Deputado a defender a sua ilha! Era a favor da incineradora e eu também sou!

Deputado Nuno Barata (IL): Os votos todos contam!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Se fossemos ver os votos! A maioria dos votos também contam!

O Orador*: E por isso é que eu acho que com jeitinho, e, se o PS pode fazer o jeitinho e com, obviamente, com sentido de voto do CDS e do PPM nós conseguíamos aprovar as três iniciativas hoje.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sr. Vice-Presidente

Sras. e Srs. Membros do Governo

Eu começaria por dizer Sras. e Srs. Deputados, são três os Diplomas que estão em análise e que exigem seriedade na análise e que não seja feita contra informação, efetivamente a discussão dos três Diplomas em conjunto, tendo por base os pressupostos que todos reúnem tem esta virtude de evitar a repetição de argumentos que são aplicáveis e são válidos para os vários Diplomas, no entanto, eu, enfim, esta última intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado António Lima, é preciso seriedade Sr. Deputado, as metas de redução da produção de resíduos não são Comunitárias, são metas definidas a nível Nacional, não são Comunitárias, portanto, não vale a pena pegar nas metas metê-las no mesmo saco.

As metas de preparação para a reutilização e reciclagem de produção em aterro são Comunitárias, a meta de redução da produção de resíduos não é Comunitária.

Deputado António Lima (BE): Assim já está correto! Pronto!

O Orador*: É uma meta adotada a nível Nacional! Bom, então não é Comunitária, não é Comunitária como o Sr. disse, muito bem!

Todos estes Diplomas estão, de facto, como já se viu mais ou menos diretamente ligados ao processo de construção de uma Central de Valorização Energética integrada no Ecopark da ilha de S. Miguel. Neste sentido, importa reafirmar desde logo alguns aspetos que marcaram aquela que foi a posição do Governo Regional desde a sua tomada de posse:

Desde o início se disse que a decisão de construção da Central de Valorização Energética da ilha de S. Miguel é da inteira e exclusiva competência e responsabilidade da Associação de Municípios da ilha de S. Miguel...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador*: ... e foi tomada por unanimidade.

O segundo aspeto é que o que o Governo Regional sempre disse é que seria fundamental encontrar um projeto que permitisse tratar os resíduos da ilha de S. Miguel do modo mais ambientalmente sustentável possível, que se respeitasse a hierarquia da gestão de resíduos, que visasse o cumprimento das

metas de reciclagem de deposição em aterro e que cumprisse com o quadro normativo em vigor na Região, nomeadamente com o Programa, no caso na altura, Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores.

Ora, o projeto do Ecopark de S. Miguel, com todas as suas valências, incluindo a Central de Valorização Energética, foi a solução que a Associação de Municípios da ilha de S. Miguel, legitimamente entendeu ser a melhor para permitir assegurar uma gestão de resíduos sustentável na ilha de S. Miguel, e, a verdade é que esse projeto respeita os pressupostos de todos que acabei de referir como fundamentais para o Governo Regional, senão vejamos, ao contrário do que é afirmado pelo Bloco de Esquerda...

Deputado António Lima (BE): Não cumpria o que é dito!

O Orador*: ... este projeto respeita integralmente a gestão hierarquia de gestão de resíduos. A hierarquia de gestão de resíduos constitui o princípio geral da política de prevenção e gestão de resíduos e deve obedecer às seguintes prioridades:

- Prevenção e redução
- Preparação para reutilização
- Reciclagem
- Outros tipos de valorização, incluindo a valorização energética
- E eliminação

A verdade é que este projeto do Ecopark de S. Miguel, que está em desenvolvimento, prevê a instalação de soluções integradas para todos estes aspetos de forma a respeitar a hierarquia de gestão de resíduos. E, vejamos, reutilização com o Ecocentro, reciclagem com o Centro de Triagem, com tratamento mecânico biológico e compostagem, outros tipos de valorização, incluindo a valorização energética com o Tratamento Biológico e com a Incineração e finalmente eliminação com Salas de Aterro para resíduos perigosos e banais, portanto, cumpre rigorosamente com a hierarquia.

Em relação às metas de preparação para reutilização e reciclagem de deposição em aterro, de facto, a Comissão Europeia definiu, recentemente metas muito ambiciosas, e, que representam um desafio para todos os Países e em relação às quais a Região Autónoma dos Açores está ainda bastante distante, aliás, qualquer País nesta altura ainda está bastante distante dessas metas e, se nós virmos a situação a nível Nacional e a nível da Madeira também percebemos, que apesar de estarmos distantes estamos melhor do que o resto do País, a taxa de reciclagem a nível nacional é de 38% e a da Madeira é de 20%, portanto, os Açores foram 40%, apesar de tudo estamos, há muito por fazer e há um longo caminho a percorrer, mas há uma melhoria em relação àquilo que se verifica no resto do País.

Depois, também nunca é de mais relembrar, que essas metas, que foram definidas pela Comissão Europeia são uma imposição para os Estados Membros, não para uma Região, não para uma ilha, não para um sistema de gestão de resíduos, mas sim para os Estados Membros, atendendo à autonomia que temos, as metas aplicáveis à Região Autónoma dos Açores são aquelas que estiverem definidas no Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores.

Naturalmente, que o Governo Regional quer que essas metas sejam cumpridas também na Região, e, que nós possamos dar o nosso contributo para esse objetivo, esse é um objetivo já assumido e, que aliás, como já alguém aqui hoje disse, está vertido também na versão preliminar do PEPGRA 20+, que entrou hoje para consulta pública, e, portanto, seguramente estaremos todos juntos neste desafio e comprometidos com este objetivo.

A este propósito, importa também referir que o projeto da MUSAMI teve o apoio técnico da JASPERS, portanto o apoio técnico da Comissão Europeia, foi aprovado e financiado pela Comissão Europeia, que é quem também definiu as Metas Comunitárias, e, portanto, para além disso, em todas as reuniões que foram feitas, a MUSAMI garantiu sempre ter capacidade

instalada, para com as devidas adaptações e com o contributo de todos, poder atingir essas metas.

Quanto ao cumprimento do quadro legal em vigor, nomeadamente o PEPGRA, que agora está em revisão, são também respeitados todos os preceitos em vigor, até porque o PEPGRA, e é preciso recordar isso, Senhor Deputado António Lima, o PEPGRA já previa a construção de uma Central de Valorização Energética em S. Miguel, portanto, não vale a pena dizer que a versão preliminar foi colocada agora do PEPGRA + em consulta pública, vem alterar aquilo que já estava definido, não Sr.!

Deputado António Lima (BE): O Bloco de Esquerda votou contra!

O Orador*: Já estava definida a construção de uma Central de Valorização Energética na ilha de S. Miguel.

Ora, verificados estes aspetos que eram fundamentais para o Governo Regional dos Açores, se a Associação de Municípios da ilha de S. Miguel entende que este é o projeto adequado, se, este projeto, até foi aprovado e financiado pela Comissão Europeia, que é quem define aquelas referidas metas, através do PO SEUR, se o concurso foi lançado e adjudicado, se há um visto do Tribunal de Contas, evidentemente que o Governo Regional não tem qualquer intenção...

Deputado António Lima (BE): Nunca teve!

O Orador*: ... de interferir nas competências legítimas das Autarquias da Região, naturalmente, Sr. Deputado.

Depois, passando uma análise em relação a cada uma das iniciativas, em relação ao Projeto de Resolução apresentado pelo PPM, que recomenda ao Governo Regional que possa rever e atualizar o Regime Jurídico de Avaliação e do Licenciamento Ambiental na Região, de facto, desde o momento em que foi aprovado o Decreto Legislativo Regional 30/2010/A, de 15 de novembro, que estabelece esse regime jurídico, houve o surgimento de legislação, quer Comunitária, quer Nacional, e, por isso mesmo, que já tinha sido avançado que um dos objetivos do Governo Regional no quadro dessa

legislatura era fazer a atualização deste regime jurídico. Na realidade, já há neste momento e também respondendo um pouco à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado José Contente, já há uma base de trabalho que está em fase de revisão pelos técnicos da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e, portanto, este processo avançará a muito breve trecho.

Importa, também, esclarecer que este regime jurídico não representa, e, confirmar também aquilo que disse o Sr. Deputado José Contente, qualquer incumprimento ou qualquer desconformidade com aquilo que está vertido nas Diretivas da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu.

Aliás, na altura este Decreto Legislativo Regional até era um documento bastante avançado e, que cumpria com muitas das coisas que já estavam definidas e que vieram implementar-se posteriormente, e, portanto, grande parte das diferenças que existem entre a Legislação Regional e a Legislação Nacional, devem-se a opções que foram assumidas na altura, tendo em conta as especificidades da Região Autónoma dos Açores, mas o que é certo é que surgiram novas Diretivas e Legislação Nacional também nova, e, que por isso se justifica esta atualização do Regime em vigor, procurando, naturalmente uma melhoria, nomeadamente em aspetos que são relacionados com uma maior transparência do Regime de Avaliação de Impacte Ambiental, aumentando os prazos de consulta pública nos procedimentos que a isso estão obrigados, nomeadamente de 20 dias para 30 dias, dos projetos que estão no anexo 2 desse regime, estendendo, também, a consulta pública ao procedimento RECAPE, de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução, sempre que o processo de avaliação de impacte ambiental tenha decorrido em fase de estudo prévio, ou anteprojecto.

Alargando também os fatores ambientais integrar no conteúdo mínimo para a avaliação de impacte ambiental, nomeadamente construções relacionadas com as alterações climáticas e de saúde pública, reconhecendo o aparecimento de novas tipologias de projetos e tecnologias que devem ser integrados na avaliação de impacte ambiental, que não existiam

anteriormente, nomeadamente a extração de metano e recursos minerais em meio marinho, ou a possibilidade de injeção de CO2 em profundidade.

Aproveitando também a grande evolução das novas tecnologias para agilizar este procedimento de avaliação de impacto ambiental e também ao nível da articulação entre o Proponente e a Administração Pública Regional, introduzindo melhorias nos critérios que é para assegurar que a avaliação de impacto ambiental incide efetivamente sobre projetos com impacto significativo e que não incide e não recai sobre outros que não causem impactos significativos no ambiente e ainda, também, com a revisão do regime de prorrogação da DIA.

Ainda assim, Sr. Deputado Paulo Estevão, em relação a esta questão da existência de um quadro de menor exigência em relação à caducidade da DIA, é preciso ter em conta os condicionalismos que se exigem para a validade da prorrogação da DIA. É verdade que a nível Nacional só é possível haver uma prorrogação da DIA, mas também é verdade que a validade é de 4 anos, enquanto que na Região é de 2 anos, e isso significa que nos Açores, logo ao fim de 2 anos já é, o Proponente já tem de evidenciar que as condições de referência são as mesmas que existiam aquando da aprovação da DIA, para que haja uma prorrogação, no Continente, essa primeira abordagem só é feita ao fim de 4 anos e durante este período a DIA está sempre em vigor, mas, seguramente que teremos oportunidade no âmbito da discussão desta proposta, que virá a Plenário, e virá, sim Sr., Sr. Deputado António Lima, naturalmente será uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, teremos oportunidade de analisar estes aspetos.

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda, e para além de todos os aspetos que já referi, nomeadamente em relação ao respeito pela hierarquia da gestão de resíduos, ao cumprimento das metas comunitárias, há na exposição de motivos alguns considerandos que demonstram que o Bloco de Esquerda parte de pressupostos errados.

Por exemplo quando afirma que a Central de Valorização da ilha Terceira pode receber a fração resto da Região e como ficou bem patente, no âmbito...

Deputado António Lima (BE): Quem disse foi??? Já se esqueceu!

O Orador*: ..., como ficou bem patente no âmbito das audições realizadas em sede de Comissão, isso não corresponde à realidade.

Em relação ao 1º ponto resolutivo desta iniciativa, atendendo também àquilo que já tive oportunidade de referir, de que o projeto para S. Miguel já foi aprovado e financiado e que tem um concurso lançado e também já com o visto do Tribunal de Contas, a verdade é que isto é extemporâneo, nomeadamente no que se refere às alíneas c) e d) ...

Deputado António Lima (BE): Já passou um ano!

O Orador*: ... ou seja, ó Sr. Deputado António Lima essa justificação pode servir, eu acho que é um desrespeito pela Comissão, mas pode servir, não serve para mim, e eu vou lhe explicar porquê, a adjudicação foi feita a 24 de fevereiro de 2021 e a baixa da Comissão foi a 26 de fevereiro de 2021, portanto quando houve, quando baixou à Comissão...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Está a perceber?

O Orador*: ... já o projeto tinha sido adjudicado. Portanto, para efeitos de, enfim se tivéssemos que recorrer a soluções de indemnização, já não contaria, porque nessa altura em que foi votado aqui, que baixou à Comissão já o projeto estava adjudicado, e portanto, qualquer cancelamento desse projeto levaria a processos indemnizatórios, portanto esta justificação pode colher, eu acho que é, enfim, desrespeitosa para a Comissão, mas na verdade não se verifica, não é passado um ano, já naquela altura o projeto estava adjudicado, portanto não faria qualquer diferença discutir aquilo naquele dia ou discutir hoje, o efeito era exatamente o mesmo.

Depois, e, portanto, estas, especialmente aquilo que está nas alíneas c) e d) é extemporâneo, porque não faz sentido nenhum nesse momento encetar negociações para estudar a possibilidade de transporte de resíduos para fora da ilha de S. Miguel, muito menos equacionar o abandono da construção da

CVE de S. Miguel e a disponibilidade financeira do Governo Regional para esse efeito.

Ainda assim, permitam-me dizer que tive oportunidade no dia 19 de janeiro de reunir com a Associação de Municípios da ilha de S. Miguel na presença dos seis Presidentes de Câmara da ilha de S. Miguel e também com o Diretor Geral da MUSAMI e demonstrar esta disponibilidade do Governo Regional em dialogar e de encontrar soluções alternativas, não foi esse o entendimento da Associação de Municípios da ilha de S. Miguel, portanto em relação a estas alíneas c) e d), as mesmas além de extemporâneas são completamente desajustadas em relação àquilo que é a pretensão da Associação de Municípios da ilha de S. Miguel.

Mas, para além disso, o que é facto é que a Central de Valorização Energética da ilha Terceira não tem capacidade para receber os resíduos, a fração RESTO, dos resíduos produzidos em S. Miguel, como aliás, e, independentemente do parecer que o Sr. Deputado teve acesso, como aliás reconheceu a Sra. Administradora da TERAMB na última audição em Comissão.

A Central de Valorização Energética gerida pela TERAMB, na ilha Terceira, está licenciada para uma capacidade máxima de 40 Mil Toneladas/Ano, pode variar 20% até à capacidade máxima, sem obrigar a uma revisão da licença, mas isso dá 48 Mil Toneladas.

Na verdade, um dos grandes equívocos que se tem promovido resulta de fazer as contas apenas aos resíduos sólidos urbanos, não sei se propositadamente...

Deputado António Lima (BE): E os resíduos não recicláveis?

O Orador*: ... se por desconhecimento, mas na verdade qualquer uma destas instalações é projetada para tratar resíduos sólidos urbanos e não urbanos e, inclusive subprodutos de origem animal.

Em relação à Central de Valorização Energética da ilha Terceira não podem ser contabilizados apenas as 25 Mil Toneladas/Ano de resíduos sólidos urbanos, a incineradora da Terceira é o destino final de outros resíduos, que

não são valorizados e, que por isso também ou são incinerados ou são colocados em aterro, Sr. Deputado, se estiver a interrompê-lo, por favor diga-me, ou são incinerados, ou são colocados em aterro sanitário, como lamas de depuração, monstros e outros resíduos, bem como os subprodutos de origem...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O Sr. Deputado anda a fazer fotografias para os “apanhados”, é?

O Orador*: ... animal e vegetal.

Por isso mesmo em 2019 foram incineradas quase 42 Mil Toneladas de resíduos, o que inclusive ultrapassa a tal capacidade licenciada, mas ficando dentro daquela faixa dos 20%, por outro lado também, a Central de Valorização Energética da Terceira tem tido um papel importante na remoção de um passivo ambiental, através da mineração de resíduos, aliás, um dos pressupostos para a aprovação daquele projeto, uma vez que se encontra por cima do aquífero basal da ilha Terceira, e, portanto, este também é um papel importante da remoção de um passivo ambiental, que pode e tem seguramente efeitos ao nível do aquífero basal da ilha Terceira, e o mesmo acontece, também, com S. Miguel, mesmo com a instalação de um tratamento mecânico biológico, os dados de produção e gestão de resíduos urbanos e não urbanos e subprodutos de origem animal e vegetal, que não são, obviamente, são resíduos que não são valorizados, só em S. Miguel ultrapassam as 50 Mil Toneladas/Ano, que por si apenas ultrapassa a capacidade licenciada existente na ilha Terceira, e, portanto, Sr. Deputado, a ilha Terceira nunca poderia receber a fração resto dos resíduos da ilha de S. Miguel e, neste caso, do restante da Região, porque já recebe da maioria das ilhas.

Por outro lado, é preciso ter também em conta que a operação de transporte de refugo para a ilha Terceira, ou para fora de S. Miguel, teria uma logística difícil, com elevadíssimos custos a nível financeiro e a nível ambiental associados ao transporte marítimo e terrestre e os custos ambientais, nomeadamente associados à emissão de gases com efeito de estufa nos

transportes e também com o derrame de lixiviados que este tipo de processos gera.

O próprio PO SEUR ...

Deputado Marco Costa (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador*: ... que assegurou o financiamento deste projeto estudou a possibilidade do transporte de resíduos para a ilha Terceira e considerou que isso seria completamente inviável.

Portanto, a solução que foi encontrada pela AMISM, para além de legítima, é também mais equilibrada do ponto de vista financeiro e ambiental do que aquilo que o próprio Bloco de Esquerda propõe e, para além disso cumpre com todas as premissas que o Governo regional também tinha definido.

Finalmente, e, em relação ao ponto 2., onde se pretende que se promova negociações com a TERAMB, com vista à instalação de uma unidade TMB, a montante da unidade de incineração, importa dizer o seguinte:

A legislação regional em matéria de prevenção e gestão de resíduos determina os processos de licenciamento das operações e, impõe condições e objetivos à gestão, cabe aos operadores e sistemas de gestão determinar quais são as soluções técnicas que querem implementar para atingir esses objetivos, portanto à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas ou ao Governo Regional dos Açores cabe monitorizar e verificar o cumprimento das condições que foram impostas, e caso estas não sejam cumpridas, então desencadear os devidos processos, em todo o caso, das reuniões que também tivemos oportunidade de ter com as Câmaras Municipais da ilha Terceira, sabemos que há vontade de proceder à instalação de um tratamento mecânico biológico, que estão à procura de um enquadramento financeiro que o permita, como sabem esse tipo de instalações tem um custo avultado de vários Milhões de euros.

E já agora, também aproveitando e respondendo à sua questão, Sr. Deputado António Lima, no âmbito do incumprimento, e, sim, disse que havia incumprimento, disse-o publicamente, das condicionantes que estavam na

DIA, em relação às metas de reciclagem, foi enviado, quer à MUSAMI, quer à TERAMB, no passado dia 7 de janeiro, um ofício alertando para esse incumprimento, obviamente que era conhecido, e, pedindo que no prazo de 60 dias fosse apresentada a fundamentação que consubstanciava esse incumprimento e também a estratégia a adotar por essas, quer pela TERAMB, quer pela MUSAMI, para garantir o cumprimento da referida condicionante, que deverá incluir a definição e a justificação das medidas a implementar e a respetiva programação temporal, portanto já foi desencadeado esse processo a que o Sr. Deputado se referia, fique descansado seguirá a tramitação normal e aplicável.

Finalmente em relação ao Projeto de Resolução apresentado pelo PAN, que no fundo visa uma caducidade ou uma suspensão da Declaração de Impacte Ambiental do Ecopark de S. Miguel, permitam-me também dizer o seguinte e fazer aqui um pouco o histórico, a Declaração de Impacte Ambiental foi emitida como condicionalmente favorável a 24 de outubro de 2011, foram feitos três pedidos de prorrogação pela MUSAMI em outubro de 2013, em outubro de 2015 e em maio de 2017, os primeiros dois pedidos foram diferidos ao abrigo das disposições legais que estavam em vigor, em maio de 2017, aquando do novo pedido de prorrogação da DIA, por parte da MUSAMI, por despacho da Direção Regional do Ambiente, tendo em conta o início da construção de algumas valências do Ecopark de S. Miguel, foi considerado que, o pressuposto de caducidade da DIA já não existia, ou seja, mais concretamente considerou-se que após a emissão da declaração de conformidade das componentes respeitantes a uma cela e uma Etal, e, do início da construção dessas componentes do Ecopark de S. Miguel, deixaram de ficar reunidas as premissas que levariam à caducidade da DIA.

O despacho da então Direção Regional do Ambiente em 2017, dizia, determinava ainda que, assim sendo a Declaração de Impacte Ambiental em causa mantém-se válida até ao termo da fase de desativação do projeto e apenas fica sujeita a eventuais atualizações de acordo com as indicações

aprovadas pela Autoridade Ambiental e nos casos previstos na Lei, como tal, e, aqui neste caso, independentemente do jogo de palavras que foi feito pelo Sr. Deputado do PAN na exposição de motivos, enfim, mostrava ali a execução do projeto, como projeto de execução, o que é preciso frisar e ter em atenção é que este regime jurídico em vigor, de acordo com este regime jurídico em vigor, não corresponde à verdade que existam prazos de prorrogação da DIA largamente ultrapassados, nem que essas prorrogações devam ser pontuais e não sucessivas e intemporais, nada disto corresponde à realidade e nada disto está vertido na legislação em vigor na nossa Região.

Depois, também não se compreende a ligação que é feita pelo PAN, neste Projeto de Resolução entre a necessidade de um novo processo de avaliação de impacte ambiental e o cumprimento das novas metas Comunitárias, uma vez que o processo de avaliação de impacte ambiental nunca iria alterar a capacidade do projeto em atingir ou não as metas, pela simples razão de que não é esse o objetivo deste procedimento, como o próprio nome indica.

Depois, apesar da importância de nós podermos, como já foi discutido, proceder à atualização do regime jurídico de avaliação e do licenciamento ambiental, do impacto e do licenciamento ambiental na Região, que está sinalizado e bem no Programa do XIII Governo Regional, é também importante lembrar que, a atualização da legislação em vigor na Região não pode ter efeitos retroativos, portanto não se aplica aos processos de avaliação de impacte ambiental e às declarações de impacte ambiental que já estão em curso na Região, como acontece no caso de S. Miguel, aliás, isso mesmo se verifica na atualização que foi feita na legislação nacional, em que foi criado um regime transitório art.º 50º. , não importa, que define que a nova legislação não se aplica aos estudos de impacte ambiental e às declarações de impacte ambiental que estejam em curso à data da entrada em vigor, por outro lado, o procedimento para a execução da Central de Valorização Energética de S. Miguel, é de concessão e de execução e, portanto, o projeto de execução logo que esteja elaborado, ainda será submetido à fase de RECAPE.

Em relação aos pontos resolutivos em concreto e começando pelos dois primeiros, naturalmente que a caducidade não é determinada pelo incumprimento das medidas da DIA, o incumprimento da DIA, como disse há pouco determina uma inconformidade e um incumprimento, que por sua vez leva a um processo de um eventual processo de contraordenação e nunca à caducidade, para além disso a figura da suspensão da DIA, pura e simplesmente não existe!

Em relação ao ponto 3. O PEPGRA, como sabe, está neste momento já em revisão, já entrou, curiosamente, hoje em consulta pública e, portanto, este ponto também é extemporâneo.

Em suma, sendo esta decisão de construção da Central de Valorização Energética da ilha de S. Miguel da exclusiva competência da AMISM e da MUSAMI, e, não existindo evidências de incumprimento do quadro normativo vigente e também dos aspetos que o Governo Regional sempre disse que eram fundamentais, parece-nos que esta pretensão do PAN de determinar a caducidade da DIA, sem ter por base qualquer fundamento técnico ou jurídico, é irresponsável e representa um desrespeito pelas competências próprias dos Municípios e que o Parlamento Regional, obviamente, não se deve associar a esta iniciativa, parece-nos também, que ignora irresponsavelmente que existe um projeto da Associação de Municípios da ilha de S. Miguel, aprovado, financiado, adjudicado e com visto do Tribunal de Contas, cujo o cancelamento levaria seguramente às correspondentes processos indemnizatórios, inevitavelmente às expensas do erário público.

Quanto aos pontos 2. e 3., como disse há pouco o ponto 2. não tem enquadramento e o ponto 3. Está já em execução.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) Sr. Deputado António Lima, o seu fotografo quando quiser tirar fotos para mails, avise!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP,
PPM e dos Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estevão, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Vice-Presidente e Membros do Governo

Bem, depois desta intervenção à Avelino Meneses do Sr. Secretário do Ambiente...

(risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador*: ... fico sem vontade de lhe fazer perguntas Sr. Secretário...

Sr. Deputado António Lima, vou-lhe mostrar uma coisa, sabe o que é que isto é? Está ao telefone, não está a ver, mas a sua camarada de bancada está a ver.

Bom, isto são, é o pagamento de 714 euros que eu fiz o mês passado, isto é o que eu paguei ao Tribunal Constitucional devido ao recurso que remeti para o tribunal Constitucional e perdi, mas mesmo esses 714 euros, espero que a minha mulher não esteja a ver esta transmissão, mesmo estes 714 euros, não me faz arrefecer nesta causa, eu continuo empenhadíssimo como se vê, até há bem pouco tempo, empenhadíssimo nesta questão e sigo aqui duas vertentes:

A primeira é a vertente jurídica, já está visto, perdi nesta primeira fase, cheguei até ao máximo, ao Tribunal Constitucional, portanto, insisti sempre, isto, não arrefeci nada, mesmo com esta penalização, não arrefeci nada nesta matéria.

Em segundo lugar penso, obviamente, continuar também por este caminho jurídico, e, portanto, penso voltar a recorrer outra vez, portanto Sr. Deputado, quanto ao arrefecimento, nada, nada me arrefece, acabei de demonstrar aqui a fatura que eu paguei do meu bolso de 714 euros, exatamente por não ter arrefecido, em relação a esta questão.

A segunda vertente, para tentar parar este projeto, mas já lhe disse e garanto que vou, já estou a preparar uma outra ação, e vamos ver se agora tem um resultado diferente, a outra vertente é a vertente política e na vertente política não lhe vou dar o caso Sr. Deputado, não lhe vou dar o caso, a outra vertente é a vertente política e diz o Sr. Deputado: O Sr. Deputado só não impõe ao PSD se não quiser, mas que democracia é essa? Um Grupo Parlamentar com dois Deputados impõe a outro Grupo Parlamentar maioritário uma posição a respeito de uma outra matéria em que o PSD tem uma posição diferente, acha que isso é democracia?

Deputado António Lima (BE): Já lá vamos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Veja lá por onde se mete! Essa tá boa!

O Orador*: Portanto, é evidente que desde o início, no âmbito da negociação que foi feita que o PSD tinha uma posição sobre esta matéria e o PPM tinha outra posição sobre esta matéria, existia um histórico sobre esta matéria e, obviamente, no âmbito da negociação que foi feita, o que ficou garantido é que cada Partido mantinha a sua posição, de forma independente. Eu vou-lhe dar um exemplo, V. Exa., o Bloco de Esquerda apoiou até há muito pouco tempo o Partido Socialista, deixou de apoiar com os efeitos, a nível nacional, com os efeitos que se conhecem, não é? Passou de 19 Deputados para 5, mas V. Exa. durante muito tempo manteve o apoio, V. Exa., o seu Partido, o apoio a nível nacional ao Partido Socialista, certo? V. Exa. defende a saída da NATO, V. Exa., o seu Partido defende a saída da NATO de Portugal e do fim da NATO, não é? V. Exa., ainda bem que não foi feito, como se vê agora no caso da Ucrânia, os russos não paravam nas fronteiras da Polónia, como V. Exa. já está a ver, mas isso é uma discussão que vamos ter noutro momento, agora, V. Exa. defendeu o fim da NATO, no entanto, não impôs essa sua posição minoritária, em relação ao Partido Socialista, não impôs!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só falta só dizer que a NATO não acatou por causa do BE!

O Orador*: Não impôs, exatamente e como disse ali o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não foi por causa do Bloco de Esquerda que a NATO não terminou, evidentemente, porque o Partido Socialista tinha uma posição diferente sobre esta matéria, portanto, o que lhe quero dizer é que esse argumento é um argumento, que obviamente, não pode utilizar, os Partidos têm posições diferentes sobre matérias em que não foi possível consensualizar posições, mas sempre lhe digo o seguinte, é só fazer as contas, o seu aliado natural agora, o Partido Socialista tem 25 Deputados, V. Exa., o Bloco de Esquerda tem 2 Deputados, o PPM tem outros 2 Deputados, somamos 29, somamos uma maioria para inviabilizar este projeto, ora não é por causa do PSD que este projeto não será, e V. Exa. ali só falava no PSD, no CDS e no PPM, ou seja, se a sua iniciativa não for aprovada e a do PAN é porque o Partido Socialista...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É por causa do PS!

O Orador*: ... não a apoiou! Também é do Partido Socialista, também é do Partido Socialista, uma coisa é certa não é por causa do PPM.

E digo-lhe outra coisa, do ponto de vista político o que é que o PPM fez e, termino esta intervenção, vou ler, para não ler a sua, vou ler a do PAN, o que é que diz a proposta do PAN? E é a que eu vou votar favoravelmente, que é o que me compete, caminho jurídico, caminho político, e, o que o PAN defende é o seguinte: O PAN, estou a apanhar a do Bloco, espere, vou apanhar aqui a do PAN que está mais, na minha perspetiva, mais, não vou dizer mais bem elaborada, mas está mais assertiva, e então o que é que o PAN diz? *“Que declare a caducidade da Declaração de Impacte Ambiental publicada no despacho nº 1144/2011 de 3 de novembro com a produção dos respetivos efeitos legais, ou suspenda a Declaração de Impacte Ambiental e proceda à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos”*, ou seja, se esta iniciativa fosse aqui aprovada, nós de facto parávamos o processo de construção da incineradora, portanto eu estou a fazer Sr. Deputado, aquilo que eu posso fazer...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não está!

O Orador*: ... segui o caminho político, vou aprovar esta iniciativa e também a do Bloco, e eu próprio tenho uma iniciativa, que não é como V. Exa. diz, mas isso fica para outra intervenção, tem um efeito prático muito significativo desde já lhe posso dizer, e, que, do ponto de vista jurídico perdi o processo, isto é assim, isto é um Estado de Direito, mas fica desde já o meu compromisso de continuar a insistir por essa via, também pela via judicial, portanto Sr. Deputado eu faço o que posso fazer e estou de consciência muito limpa nesta matéria...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS*): Já chega!

O Orador*: ..., estou a fazer tudo o que posso, (risos) e, portanto, Sr. Deputado, estou, estou, estou a fazer tudo o que posso!

Não, não, eu vou dizer-vos aqui, eu estava-me a rir do à parte da Sra. Deputada, que já estava a achar a minha intervenção muito longa, e por isso mesmo, Sr. Deputado, por isso é que eu lhe digo, Sr. Deputado termine, Sr. Deputado não tenha este espírito sectário, não tenha este espírito sectário Sr. Deputado, reconheça as posições de cada Partido e não faça aqui chicana política, porque nesta matéria Sr. Deputado, nesta matéria estamos os dois do mesmo lado, nós e outros Deputados aqui, que mantiveram sempre essa posição.

E, portanto, deixe esse sectarismo, esse sectarismo é que prejudica sempre a sua posição Sr. Deputado.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP,
PPM e dos Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente é para uma interpelação, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, portanto atendendo à nossa hora encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 42 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que Suspende a vigência da Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro, e repristina o Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, no âmbito do modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade para as Regiões Autónomas - MF - (Reg. DL 1393/XXII/2021) - Novo texto - n.º 59/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 02 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 07;

Assunto: Que estabelece o regime geral do controlo metrológico legal dos métodos e dos instrumentos de medição - METD – (Reg. DL 1337/XXII/2021) - n.º 60/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 14;

Assunto: Que assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos - MS – (Reg. DL 1088/2021) - n.º 61/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 14;

Assunto: Que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 e do Regulamento (UE) 2019/1009 - METD – (Reg. DL 520/XXII/2020) - n.º 62/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 14;

Assunto: Que aprova o regime jurídico de criação de linhas de crédito no âmbito do setor agrícola - MA (Reg. DL 1087/XXII/2021) - n.º 63/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 14;

Assunto: Que transpõe diversas Diretivas de Execução relativas a variedades de espécies agrícolas e hortícolas de plantas - MA - (Reg. DL 1350/XXII/2021) - n.º 64/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 22;

Assunto: Que estabelece medidas excecionais e temporárias relativamente à realização, avaliação e conclusão dos ensinos básico e secundário e para efeitos de acesso ao ensino superior - MEDU - (Reg. DL 1476/XXII/2022) - n.º 65/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2022 – 03 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2022 – 03 – 14.

2- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 51/XII

Assunto: [Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A de 22 de outubro \(procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas\)](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 02 – 18

Comissão: Política Geral

Data Limite de parecer: 2022 – 04 – 08.

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 26/XII

Assunto: [Programa de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2022 – 04 – 02;

N.º 27/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2022 – 04 – 01;

N.º 28/XII

Assunto: [Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por “Solenerge”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 29/XII

Assunto: [Cria o Fundo de Emergência Climática](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4- Projetos de Resolução:

N.º 94/XII

Assunto: [Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 02 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2022 – 03 – 21;

N.º 95/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a anulação do processo de concessão do casino no Pavilhão do Mar e garantia de utilização de acesso público deste espaço](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 03 – 04

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Anteproposta de Lei:

N.º 6/XII

Assunto: [Nona alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 02 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data limite de parecer: 2022 – 03 – 21.

6- Petições:

N.º 24/XII

Assunto: Estatuto Antigo Combatente

Proveniência: Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial

Data de Entrada: 2022 – 02 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2022 – 04 – 19

N.º 25/XII

Assunto: Manifesto - Juntos pelos Animais

Proveniência: Ana Isabel Santos Castro Fagulha Braga

Data de Entrada: 2022 – 02 – 22

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Data limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 26/XII

Assunto: Pela não alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A,
de 8 de julho, Medidas de controlo da população de animais de companhia ou
errantes

Proveniência: Sandra Cordeiro

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Data limite de parecer: Em processo de admissão

N.º 27/XII

Assunto: Pelos quiosques dos Mosteiros

Proveniência: Paulo Manuel Viveiros Duarte

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Data limite de parecer: Em processo de admissão

7- Requerimentos:

Assunto: [SpacePort Santa Maria](#)

Autores: Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 10

Referência: 54.02.01 – N.º 290/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre continuidade de tratamentos com toxinas botulínicas no Hospital do Divino Espírito Santo \(HDES\)](#)

Autores: Vasco Cordeiro, Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, Tiago Lopes, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 10

Referência: 54.02.02 – N.º 291/XII;

Assunto: [Indeferimentos de Pré-Reforma](#)

Autores: Rodolfo Franca, Ana Luís e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 292/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre a entrada de denúncias de irregularidades](#)

Autor: Carlos Furtado (DI)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 11

Referência: 54.05.00 – N.º 293/XII;

Assunto: [Pedido de Informação](#)

Autores: Marco Costa, Bruno Belo e Alberto Ponte (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 294/XII;

Assunto: [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 295/XII;

Assunto: [Cancelamento de voos da Azores Airlines na rota Lisboa-Horta-Lisboa e planeamento para o verão IATA 2022](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 15

Referência: 54.02.07 – N.º 296/XII;

Assunto: [Obra de requalificação do cinema do aeroporto de Santa Maria](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 17

Referência: 54.06.01 – N.º 297/XII;

Assunto: [Antiga torre de controlo de tráfego aéreo do aeroporto de Santa Maria](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 17

Referência: 54.06.01 – N.º 298/XII;

Assunto: [APOIAR.PT Açores: empresas da região aguardam por mais de 30 milhões de euros de apoios anunciados](#)

Autores: Vilson Ponte Gomes, Carlos Silva e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 299/XII;

Assunto: [Projeto LIFE SNAILS](#)

Autores: Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 18

Referência: 54.02.01 – N.º 300/XII;

Assunto: [Monitorização Ambiental - Infestação por Térmitas](#)

Autores: Joana Pombo Tavares, Andreia Cardoso, Miguel Costa, Ana Luís, Berto Messias, Francisco César, José Contente, João Vasco Costa, Maria Isabel Teixeira, Mário Tomé e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 301/XII;

Assunto: [Concessão do Pavilhão do Mar](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 24

Referência: 54.10.02 – N.º 302/XII;

Assunto: [Dívidas da Região à EDA e à SATA](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 303/XII;

Assunto: [A ilha Graciosa não pode estar sem RX](#)

Autores: José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 24

Referência: 54.02.04 – N.º 304/XII;

Assunto: [Vending na Caldeira Velha](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25

Referência: 54.09.02 – N.º 305/XII;

Assunto: [Rentabilidade das Rotas da SATA Azores Airlines](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28

Referência: 54.09.00 – N.º 306/XII;

Assunto: [Consultas de especialidade de Psicologia e Psiquiatria](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28

Referência: 54.06.00 – N.º 307/XII;

Assunto: [PS/Açores solicita divulgação do Plano de Reestruturação da SATA, com urgência](#)

Autores: Carlos Silva, Sandra Dias Faria, Vilson Ponte Gomes, Miguel Costa e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28

Referência: 54.02.00 – N.º 308/XII;

Assunto: [Infraestruturas desportivas da Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: Paulo Gomes e Délia Melo (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 309/XII;

Assunto: [Dados sobre o número de casos - Doenças Neurodegenerativas](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02

Referência: 54.10.00 – N.º 310/XII;

Assunto: [Descarga de efluentes agropecuários na ribeira da Ribeira Grande](#)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03

Referência: 54.08.02 – N.º 311/XII;

Assunto: [Concessão informal de tolerância ponto na terça-feira de Carnaval em alguns departamentos do Governo Regional](#)

Autores: Tiago Branco, Andreia Cardoso, Berto Messias, João Vasco Costa, Manuel Ramos e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 312/XII;

Assunto: [Preocupação com a atualização do Sistema de Identificação Parcelar \(iSIP\)](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07

Referência: 54.01.00 – N.º 313/XII.

8-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Esclarecimentos sobre exercício de funções de Autoridade Regional de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 278/XII;

Assunto: [Implementação do guião de ensino à distância e distribuição dos equipamentos informáticos pelas escolas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 282/XII;

Assunto: [Projeto de requalificação da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 15

Referência: 54.02.09 – N.º 286/XII;

Assunto: [Limitações da Aerogare do Aeroporto João Paulo II](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 18

Referência: 54.03.02 – N.º 289/XII;

Assunto: [SpacePort Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Referência: 54.02.01 – N.º 290/XII;

Assunto: [Antiga torre de controlo de tráfego aéreo do aeroporto de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Referência: 54.06.01 – N.º 298/XII;

Assunto: [APOIAR.PT Açores: empresas da região aguardam por mais de 30 milhões de euros de apoios anunciados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 299/XII;

Assunto: [Cancelamento de voos da Azores Airlines na rota Lisboa-Horta-Lisboa e planeamento para o verão IATA 2022](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25

Referência: 54.02.07 – N.º 296/XII;

Assunto: [Obra de requalificação do cinema do aeroporto de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25

Referência: 54.06.01 – N.º 297/XII;

Assunto: [Nomeação de dirigentes na Administração Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 273/XII;

Assunto: [Protocolos de cedência de instalações desportivas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 285/XII;

Assunto: [Intervenção da Portos dos Açores, S.A. na obra de construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03

Referência: 54.06.03 – N.º 288/XII;

Assunto: [Pedido de Informação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 294/XII.

9- Informações:

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Congratulação do 25.º Aniversário da AVHH

Proveniência: Maria José Duarte, Presidente da Associação de Voluntários do Hospital da Horta

Data de Entrada: 2022 – 02 – 07;

Assunto: Requerimento a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a baixa à Comissão do Projeto de Resolução n.º 64/XII (Adotado pelo PS) – Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 02 – 09;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que passou a desempenhar o cargo não remunerado de Vogal da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo

Proveniência: Sabrina Furtado, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2022 – 02 – 10;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII - Décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro,

8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, e 15-A/2021/A, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 15;

Assunto: Solicitação de substituição integral da Anteproposta de Lei n.º 5/XII (PAN) – Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 02 – 16;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII (PAN) – Fundo Regional do Ambiente

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 02 – 18;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 18 de fevereiro de 2022 a CAS deliberou admitir a Petição n.º 23/XII – Criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 18 de fevereiro de 2022 a CAS deliberou admitir a Petição n.º 24/XII – Estatuto Antigo Combatente

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 18 de fevereiro de 2022 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Ofício ref.^a 30/2022 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia da proposta de deliberação da Mesa do Conselho de Ilha “Pela salvaguarda do bom nome e do prestígio do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores”, aprovada por unanimidade no passado dia 28 de janeiro de 202

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Ofício ref.^a 48/2022 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia da proposta de deliberação da Mesa do Conselho de Ilha “Contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para não residentes nas ligações aéreas”, aprovada por maioria no passado dia 28 de janeiro de 202

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Ofício n.º 36/2022 (2.ª Secção), referente ao Processo n.º 227/2022 - Autos de Fiscalização Preventiva, a notificar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para, no prazo de três dias, a que acresce a dilação de dois dias, se pronunciar, querendo, sobre o pedido que Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores solicitou de apreciação preventiva da constitucionalidade das normas constantes das alíneas b) e f), do n.º 2, do artigo 4.º e do artigo 13.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2022, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade de Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a Partir de Plataforma Eletrónica na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2022 – 02 – 21;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Pesar pelo falecimento do escritor Cristóvão de Aguiar

Proveniência: José Manuel Mendes, da Associação Portuguesa de Escritores

Data de Entrada: 2022 – 02 – 22;

Assunto: Ofício GSR-Sai/2022/11, a remeter o Relatório de Atividades da Provedoria da Saúde do ano de 2021

Proveniência: Brites Cunha, Adjunta do Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Saúde e Desporto

Data de Entrada: 2022 – 02 – 22;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, da Proposta de Resolução n.º 3/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 24;

Assunto: Ofício do Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que dando cumprimento à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 35/2014 – Criação de Grupo de Trabalho Furacão Lorenzo, a Comissão, na sua reunião de 24 de fevereiro de 2022, constitui o referido Grupo de Trabalho com os seguintes deputados: Coordenador: Marco Costa (PSD); Relatora: Vitória Pereira (PSD); Miguel Costa, Rui Anjos e José Ávila todos do PS, Rui Martins do CDS-PP e Carlos Furtado, Deputado Independente

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25;

Assunto: Análise e Pronúncia do CESA enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a propósito da anteposta do Programa Operacional dos Açores – PO Açores 2030

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25;

Assunto: Análise e Pronúncia do CESA enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

propósito da anteproposta do Programa Operacional dos Açores – PO Açores 2030

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25;

Assunto: Ofício S/035/2022/XII, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para o período legislativo de março, de um debate de urgência sobre a anteproposta de Programa Operacional Açores 2030

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a 99 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto contra o fim dos encaminhamentos gratuitos interilhas para não residentes, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, aprovado por unanimidade em sessão ordinária do dia 22 de fevereiro de 202

Proveniência: Álvaro José Alves Manito, Presidente da Assembleia Municipal da Madalena

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a 100 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto pela situação do Estaleiro Naval da Madalena, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, aprovado por maioria com onze abstenções do Grupo Municipal do PSD, em sessão ordinária do dia 22 de fevereiro de 202

Proveniência: Álvaro José Alves Manito, Presidente da Assembleia Municipal da Madalena

Data de Entrada: 2022 – 02 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do Projeto de Resolução n.º 37/XII – Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação do prazo da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII – Décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, e 15-A/2021/A, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, até 10 de março, dos Projetos de Resolução n.ºs 55/XII – Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes, até 10 de março e 89/XII – Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira, até 31 de março e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII – Regime Jurídico da Taxa Turística Regional, até 31 de março

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: Ofício refer.^a 23, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para o período legislativo de março, de um debate de urgência a respeito das consequências políticas, sociais e económicas, nos Açores, da invasão russa na Ucrânia: medidas e respostas

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de suspensão do mandato de Deputada/substituição temporária por motivo relevante, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, por um período de 10 dias, a partir do dia 5 de março de 2022, inclusive, informando que motivos de saúde fundamentam o pedido de suspensão

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: Ofício S/038/2022/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que na sequência da comunicação de suspensão do mandato de Deputada/substituição temporária por motivo relevante, da Deputada Joana Pombo Tavares, a vaga será preenchida, a partir de 5 de março de 2022 (inclusive), pelo candidato João Paulo Seródio Melo, que já tem os poderes verificados

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2022/333, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII - Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por “Solenerge”

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2022/334, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência na apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII - Cria o Fundo de Emergência Climática

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

10- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: [Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 3/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2020](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 02 – 14;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 02 – 25;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum \(Tribunal Singular\) n.º 8/21.2PBVPT](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Tiago Alexandre dos Santos Lopes possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 2646/21.4T8PDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01;

Assunto: [Sobre o pedido de inquirição para o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02;

Assunto: [Sobre o pedido de inquirição para o Deputado Sérgio Humberto Rocha de Ávila possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 03.02.01/2021/4, da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 02;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 29/XII – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 31/XII – Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 33/XII – Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel – MUSAMI](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 37/XII – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à inceneração de resíduos não recicláveis](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 47/XI - Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Estrutura orgânica da Secretaria Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 03;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 16/II – Pelo regresso urgente da colaboradora mais antiga do Serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo, a esta Unidade](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 02 – 24;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 83/XII – Revisão do regime da prestação do trabalho médico extraordinário nos serviços de urgência e de atendimento permanente das Unidades de Saúde de Ilha com serviço de urgência](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 88/XII – Implementação de testes de diagnóstico antigénio rápido \(TDAR\) do streptococcus beta-hemolítico do grupo A e sua disponibilização nos cuidados de saúde primários e serviços de urgência](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 01;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07;

Assunto: [Sobre a versão atualizada do Decreto-Lei que – Suspende a vigência da Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro, e reconstitui o Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, no âmbito do modelo de atribuição do subsídio social de mobilidade para as Regiões Autónomas – MF – \(Reg. DL 1393/XXII/2021\) – Audição n.º 59/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 07.

11- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50 e as Separatas n.ºs 14 e 15.

A redatora: Sónia Furtado